



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

EVERTON YUKITA

**REFRAÇÕES DA IDEOLOGIA CONSERVADORA NA  
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO GOVERNO  
BOLSONARO**

---

Londrina  
2025

EVERTON YUKITA

**REFRAÇÕES DA IDEOLOGIA CONSERVADORA NA  
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO GOVERNO  
BOLSONARO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Profa. Dra. Olegna de Souza Guedes

Londrina  
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de  
Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Yukita, Everton .

Refrações da ideologia conservadora na política de assistência social no  
governo Bolsonaro / Everton Yukita. - Londrina, 2025.  
144 f.

Orientador: Olegna de Souza Guedes.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade  
Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-  
Graduação em Serviço Social e Política Social, 2025.  
Inclui bibliografia.

1. Conservadorismo - Tese. 2. Assistência Social - Tese. 3. Bolsonarismo - Tese.  
I. de Souza Guedes, Olegna . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de  
Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e  
Política Social. III. Título.

CDU 36

EVERTON YUKITA

# **REFRAÇÕES DA IDEOLOGIA CONSERVADORA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO GOVERNO BOLSONARO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa. Dra. Olegna de Souza  
Guedes  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Profa. Dra. Sandra Lourenço de Andrade  
Fortuna  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo  
Universidade de São Paulo - USP

Londrina, 02 de abril de 2025

## AGRADECIMENTOS

A escrita desta dissertação foi um percurso de desafios, aprendizagens e transformações. Nenhuma caminhada acadêmica é solitária, e esta não teria sido possível sem o apoio de tantas pessoas fundamentais.

À minha esposa, Anaeliza, e ao meu filho, “Tonico”, minha gratidão mais profunda. Vocês foram minha fonte inesgotável de força, amor e motivação. Nos momentos de cansaço, seu apoio me manteve firme. Cada conquista desta jornada é também de vocês.

À minha orientadora, Olegna de Souza Guedes, meu sincero agradecimento. Seu rigor intelectual, paciência e incentivo foram essenciais para que este trabalho ganhasse forma.

Aos docentes da banca examinadora, Prof<sup>a</sup> Sandra Lourenço e Prof<sup>o</sup> Antonio Carlos Mazzeo, assim como à Prof<sup>a</sup> Melissa Ferreira Portes, sou grato pelas valiosas contribuições e críticas instigantes, que ampliaram horizontes e fortaleceram esta pesquisa.

Aos amigos, da pós-graduação e da vida, que compartilharam reflexões teóricas e momentos de descontração, agradeço pelo suporte e parceria.

À minha família: Vanessa, Bruno, Rodrigo e Vinicius, pelo apoio constante. Aos meus sobrinhos, Marvim e Betina, por tornarem essa caminhada mais leve. À minha sogra, meu sogro e meu cunhado, Dona Cida, Seu Carlito e o tio “Budigo”, minha imensa gratidão. Sem vocês, esta dissertação não poderia ter sido concluída.

Por fim, aos meus pais, Antonio Shigueharu Yukita e Ayako Sugitani Yukita, minha eterna gratidão. Desde sempre, me ensinaram o valor do conhecimento. Seu apoio incondicional, incentivo constante e amor foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Este trabalho é, também, fruto de vocês.

YUKITA, Everton. **Refrações da ideologia conservadora na política de assistência social no governo Bolsonaro**. 2025. 144 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

## RESUMO

A presente pesquisa, cujo objetivo central é analisar refrações da ideologia conservadora na política de assistência social durante o governo de Jair Bolsonaro no Brasil, surgiu em meio à crise política iniciada com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e a subsequente ascensão do bolsonarismo, um período marcado por reformas que afetaram duramente a classe trabalhadora e por um aumento do conservadorismo na sociedade. O estudo é estruturado em quatro capítulos. O primeiro dedica-se à apresentação da pesquisa e o percurso metodológico utilizado para construí-la. No segundo capítulo, concentra-se a análise dos fundamentos do conservadorismo, em suas raízes históricas, assim como na especificidade do contexto brasileiro. Procura traçar uma linha histórica que liga expressões do conservadorismo romântico, às expressões do conservadorismo moderno e seus rebatimentos no contexto neoliberal, com vistas a elencar como a ideologia conservadora se entrelaça e reforça as refrações políticas e econômicas deste contexto que incidem, especialmente, na configuração das políticas sociais no Brasil. O terceiro capítulo é uma análise de conjuntura que examina o período histórico entre o golpe de 2016 e a ascensão de Bolsonaro, focando nas políticas neoliberais que marcaram esse período, como a financeirização do fundo público e o conseqüente desmonte das políticas de assistência social. Enfatiza-se, nesse capítulo, como essas políticas foram justificadas por um discurso conservador que criminalizou a pobreza e marginalizou ainda mais as populações vulneráveis. Já no quarto capítulo, o foco é a análise específica da política de assistência social durante o governo Bolsonaro. Procurou-se explorar como o conservadorismo se manifestou nas reformas ministeriais e nas justificativas econômicas e políticas que visavam reordenar e desmontar programas sociais. A pesquisa utiliza uma abordagem metodológica que combina análise textual discursiva e revisão bibliográfica, permitindo uma interpretação detalhada dos discursos e das políticas públicas implementadas. Pode-se considerar que a ideologia conservadora, articulada com o neoliberalismo, desempenhou um papel crucial no desmonte das políticas de assistência social no Brasil, promovendo uma visão de mundo que privilegia a manutenção da ordem social estabelecida e a marginalização das classes trabalhadoras em seu conjunto. A pesquisa nos foi significativa para a compreensão das dinâmicas entre política, ideologia e assistência social no contexto brasileiro recente, oferecendo suporte para pensar os impactos sociais e políticos do conservadorismo no Brasil contemporâneo.

**Palavras-chave:** Conservadorismo; Assistência Social; Bolsonarismo.

YUKITA, Everton. **Refractions of Conservative Ideology in Social Assistance Policy During the Bolsonaro Government.** 2025. 144 p. Dissertation (Master's Degree in Social Work and Social Policy) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

## ABSTRACT

This research, whose central objective is to analyze the refractions of conservative ideology in social assistance policy during Jair Bolsonaro's government in Brazil, emerged amid the political crisis that began with the impeachment of Dilma Rousseff in 2016 and the subsequent rise of Bolsonarism. This period was marked by reforms that severely impacted the working class and by an increase in conservatism in society. The study is structured into four chapters. The first chapter is dedicated to presenting the research and the methodological approach used to develop it. The second chapter focuses on analyzing the foundations of conservatism, its historical roots, and the specificities of the Brazilian context. It seeks to trace a historical line that connects expressions of romantic conservatism to modern conservatism and its reflections in the neoliberal context, aiming to highlight how conservative ideology intertwines with and reinforces the political and economic refractions of this context, particularly in shaping social policies in Brazil. The third chapter is a conjunctural analysis that examines the historical period between the 2016 coup and the rise of Bolsonaro, focusing on the neoliberal policies that characterized this period, such as the financialization of the public fund and the consequent dismantling of social assistance policies. This chapter emphasizes how these policies were justified by a conservative discourse that criminalized poverty and further marginalized vulnerable populations. The fourth chapter specifically analyzes social assistance policy during the Bolsonaro administration. It explores how conservatism manifested in ministerial reforms and in the economic and political justifications aimed at restructuring and dismantling social programs. The research employs a methodological approach that combines discursive textual analysis and literature review, allowing for a detailed interpretation of the discourses and public policies implemented. It can be considered that conservative ideology, articulated with neoliberalism, played a crucial role in dismantling social assistance policies in Brazil, promoting a worldview that prioritizes maintaining the established social order and marginalizing the working class as a whole. This research has been significant in understanding the dynamics between politics, ideology, and social assistance in recent Brazilian history, offering support for reflecting on the social and political impacts of conservatism in contemporary Brazil.

**Keywords:** Conservatism; Social Assistance; Bolsonarism.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Número de beneficiários por ano .....	83
--	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>2 OS FUNDAMENTOS DA IDEOLOGIA CONSERVADORA</b> .....	13
2.1 REFLEXOS SOBRE O CONSERVADORISMO COMO APOLOGIA INDIRETA AO CAPITALISMO.....	16
2.2 UMA EXPRESSÃO ROMÂNTICA NA APOLOGIA INDIRETA AO CAPITALISMO.....	26
2.3 O CONSERVADORISMO MODERNO .....	32
<b>3 PARTICULARIDADES DA CONSTRUÇÃO DO CAPITALISMO: A AFIRMAÇÃO DE RELAÇÕES DE PODER SOB O IDEÁRIO CONSERVADOR</b> .....	39
3.1 DA QUEDA DO FEUDALISMO ÀS COLÔNIAS: O CASO BRASILEIRO .....	44
3.1.1 Alguns Apontamentos Sobre a Colonização Portuguesa do Brasil Escravista.....	51
3.1.2 A Formação do Estado Brasileiro: o Sentido do Surgimento do Estado Burguês.....	54
<b>4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO FORMA DE PROTEÇÃO NOS GOVERNOS: DO GOLPE DE 2016 A 2022</b> .....	66
4.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA COMO UMA FORMA DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL NOS ANOS 2016 A 2020.....	75
4.2 A RETRAÇÃO DA POLÍTICA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PERÍODO DE 2016 A 2022: CONFIGURAÇÕES DE RECRUDESCIMENTO DE UMA IDEOLOGIA CONSERVADORA ....	79
4.3 PARA UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA NO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO: CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E RECRUDESCIMENTO DA IDEOLOGIA CONSERVADORA.....	86
<b>5 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA NO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO: ENTRE O DISCURSO POLÍTICO DE SEU REORDENAMENTO E O DESMONTE DE PROGRAMAS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA</b> .....	92
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	118
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	123
<b>ANEXOS</b> .....	128

## 1 INTRODUÇÃO

O conservadorismo, como sistema ideológico, não se limita a preservar a ordem social vigente, mas funciona como instrumento de legitimação do poder burguês, neutralizando as resistências sociais e enfraquecendo as bases da luta classe trabalhadora. No contexto brasileiro, o golpe parlamentar de 2016 não apenas consolidou as bases para o avanço do projeto neoliberal, mas também criou condições para o fortalecimento de uma retórica conservadora que redefine o papel do Estado nas políticas sociais.

A compreensão do conservadorismo no Brasil exige uma investigação que vá além de suas manifestações políticas e culturais, pois é nas raízes históricas e econômicas que encontramos os fundamentos de suas ideias e práticas. Diante dessa exigência, a pesquisa ora proposta se articula em torno da interação entre as estruturas de poder, os discursos conservadores e a política de assistência social, utilizando como referência teórica os pressupostos marxistas, com destaque para as reflexões de Georg Lukács sobre a ideologia como uma ferramenta de mediação prática e teórica dos conflitos sociais.

Por isso, o estudo da emergência do pensamento conservador na atual sociedade brasileira não é uma tarefa simples e esforça-se, nesta pesquisa, para contribuir, mesmo que de maneira bastante incipiente, com reflexões teóricas sobre o necessário rompimento com as bases materiais sob as quais se sustentam tal pensamento: o capitalismo imperialista.

O problema de pesquisa emerge em meados de 2016, a partir do golpe que visou a presidente Dilma Rousseff, episódio que culminou na ascensão do governo subsequente, sob a liderança de Jair Bolsonaro (2019–2022). Esse período histórico abalou os já frágeis alicerces da democracia brasileira e veio acompanhado por inúmeras medidas governamentais antitrabalhistas e antipopulares, como as reformas da previdência, do teto de gastos do poder público e a do ensino médio. Todas atacavam de forma mais aberta a classe trabalhadora e seu conjunto.

Nesse período fomos inundados, em grande parte pela mídia burguesa, de manifestações favoráveis a tais medidas e justificativas do golpe e de uma sucessão governamental que garantisse a continuidade da diretriz política e econômica adotada após tal golpe.

A partir desse cenário, como assistente social de um CRAS na cidade de Ibiporã-PR, empiricamente, víamos o aumento da demanda atendida pela política de assistência; a dificuldade de acesso a benefícios previdenciários e o aparentemente encolhimento dessa política de assistência no município. Além desses pontos concretos, percebia-se um recrudescimento nos discursos da sociedade, no sentido de uma guinada conservadora no que antes parecia ter avançado, dentro dos limites do capital, para um patamar um pouco mais permeado pela proteção social.

Dessas percepções, ainda que no âmbito da mera experiência profissional como assistente social e de estudos iniciais a partir desta experiência, é que surge o objeto desta pesquisa. Inicialmente, pretendia-se realizar uma pesquisa cujo objetivo geral seria analisar o impacto do governo de Jair Bolsonaro no trabalho do assistente social na cidade de Ibiporã, mais precisamente dentro da política de assistência social. Porém, ao avançar na delimitação teórica do objeto, foi possível perceber as diversas análises, sob diversos olhares nas pesquisas já realizadas, e dentre estas destacou-se o conservadorismo, que, embora presente em grande parte dos estudos sobre esse período, carecia de mais entendimento diante do objeto que, até o momento, movia esta pesquisa.

Assim constatado, o foco da pesquisa passou a ter como cerne a ideologia conservadora. O objeto, portanto, foi redimensionado para: refrações da ideologia conservadora na política de assistência social. Objetiva-se com a pesquisa analisar refrações<sup>1</sup> políticas da ideologia conservadora na política de assistência social no período do governo Jair Bolsonaro.

Para alcançar isso, foram elencados dois objetivos específicos que passaram a subsidiar a pesquisa: situar os aspectos conjunturais que evidenciam progressivo desmonte da política de assistência social nos anos de 2016 a 2021 e analisar a reprodução do conservadorismo nos discursos sobre a política de assistência social durante o governo de Jair Bolsonaro.

Para responder aos objetivos específicos delineados, a pesquisa se inicia com breves considerações sobre o conservadorismo através de uma revisão

---

<sup>1</sup> Termo utilizado amplamente pelo Profº Jose Paulo Netto; o termo "refrações" nesta pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como a ideologia conservadora não se manifesta de maneira linear ou homogênea, mas sim atravessa mediações e adaptações conforme distintos contextos políticos, históricos, sociais e institucionais.

bibliográfica com base em artigos, teses, dissertações e livros nas áreas de Serviço Social, Ciência Política, Sociologia, Economia e História. Foi por meio dessa revisão bibliográfica sobre o conservadorismo que se tornou possível situar melhor o assunto abordado.

Buscou-se caracterizar e localizar teoricamente o conservadorismo e refazer um resgate da trajetória desse tema, procurando seus fundamentos históricos. Em um segundo momento, foi necessário pensar os rebatimentos do conservadorismo dentro dos moldes nacionais, ou seja, o que Jamerson (2021) chama de “Conservadorismo à Brasileira”. Para isso, igualmente recorreremos a referenciais bibliográficos em diferentes formatos para analisar o tema de maneira particular. Importa ressaltar que, ao longo desse capítulo, buscou-se, *a priori*, localizar o conservadorismo como ideologia, tendo como referência análises de Georg Lukács, em *Para ontologia do ser social*. Buscou-se, em seguida, entender que a trajetória histórica dessa ideologia sempre esteve ligada à luta de classes; anteriormente contra o liberalismo da burguesia nascente e revolucionária, para depois se transformar em uma disputa ideológica contra o comunismo.

No terceiro capítulo, intitulado “Particularidades da construção do capitalismo: a afirmação de relação de poder sob o ideário conservador”, foi possível abordar mediações dos fundamentos do conservadorismo brasileiro, tendo como base autores que analisam o desenvolvimento do capitalismo nas colônias. Esse percurso teórico, notadamente nesta pesquisa, ancora-se em análises de Antônio Carlos Mazzeo (2013) e Ruy Mauro Marini (2011), autores que nos explicam a peculiaridade do desenvolvimento do sistema capitalista brasileiro como particularidade da totalidade do capitalismo mundial. Entre as consequências diretas desse processo histórico, agora apoiado em estudos diversos, destaca-se a criação de um estado autocrático e a renitência de um conservadorismo latente.

No quarto capítulo, procurou-se tratar do período histórico delimitado para a pesquisa: desde o ano de 2016 até ao período da ascensão do bolsonarismo. Problematisa-se a conjuntura desfavorável às lutas da classe trabalhadora, à luz dos fundamentos históricos referenciados no capítulo anterior desta pesquisa. Igualmente, a partir de uma revisão bibliográfica, apoiados em Mauro Iasi (2019), Marcelo Braz (2017), Tatiana Brettas (2017), entre outras e outros autoras/es,

procurou-se traçar o caminho do golpe que colocou Michel Temer na presidência da República, o que abriu caminho para a governança de Jair Bolsonaro dois anos depois. A importância desse capítulo foi situar esse movimento histórico antipopular, antidemocrático e conservador como um movimento da grande burguesia internacional, imperialista, em tempo de crise do capital. Ou seja, buscou-se evidenciar a necessidade do capital de aprofundar o ataque às massas populares para resolver problemas que ele mesmo engendrou.

Em um segundo momento desse mesmo capítulo, buscou-se analisar por meio de documentos e referenciais bibliográficos o desmonte por que passou a assistência social nos últimos anos e a criminalização da pobreza que se deu de forma aberta por parte do Estado repressivo e conservador. Nessa direção, analisou-se de início, a fim de não mistificar a história política da assistência social no Brasil, o conservadorismo persistente que tal política carrega desde sua gênese como política social e que nunca foi superado; trata-se de problematizar a subordinação dessa política pública ao mundo do trabalho e seu caráter compensatório, assim como problematizar os limites que a própria legislação traz como objetivos, eixos e diretrizes. Na contemporaneidade, na normatização e nos subsídios que orientam essas políticas, termos como “autonomia”, “centralidade na família” e “superação de vulnerabilidades sociais” nos parecem evidenciar um conservadorismo renitente na concepção e orientação dessas políticas, mesmo antes dos governos analisados por este trabalho. Contudo, o que se pretende é evidenciar que esses limites da própria legislação se acentuam no período histórico selecionado como objeto da pesquisa.

A última seção dedica-se à análise da política de assistência no governo Bolsonaro, com ênfase na análise da relação entre o discurso político de seu reordenamento e os desmontes de programas de uma política pública. Assim, procuramos os discursos proferidos pelos agentes públicos (ministros de governo) justificando seus reordenamentos para que fosse possível aproximar com mais acuidade do objetivo geral da pesquisa.

A reforma ministerial foi comandada pelo presidente então em exercício, Jair Messias Bolsonaro, e seu fiel escudeiro, o ministro Paulo Guedes, logo após a cerimônia de posse que “rebaixou” o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para status de secretaria nacional do Ministério da Cidadania

– junto com Cultura e Esporte. Tal fato já evidencia o trato do governo para com essa política social.

Os discursos proferidos pelos que estavam à frente do comando da política de assistência foram analisados por categorias e foi possível observar, nesses discursos, algumas categorias marcantes do conservadorismo, como o presentismo, o elogio ao preconceito, a empiria exacerbada, centralidade na família, a construção da figura salvífica, o paternalismo e a caridade. Para chegar a esses discursos, foi realizada a coleta de dados através de entrevistas e reportagens em que ministros da Cidadania<sup>2</sup> discursaram sobre a assistência social.

Sobre a coleta de dados para esse percurso da pesquisa, inicialmente optou-se por ter como fonte uma seleção de reportagens em jornais de maior circulação no Brasil, que conforme o Instituto de Verificação de Comunicação (IVC) são *Folha de S.Paulo*, *Estadão* e *O Globo*, que têm maior número de assinantes físicos no país. Contudo, ao executar essa seleção, em buscador próprio dos meios de comunicação, não foi encontrado material suficiente que tratasse da assistência social e que contivesse discursos dos ministros, e estes últimos apareciam de forma fragmentada e bastante direcionada pelo editorial dos respectivos jornais analisados. Com base nisso<sup>3</sup>, recorremos à procura de materiais em audiovisual na plataforma *YouTube*, no Canal Oficial do Planalto (Canal GOV). Foi, então, possível encontrar uma série de discursos, entrevistas e declarações. Tornou-se, assim, a nossa fonte para coletar dados da pesquisa. A coleta respeitou os seguintes critérios: entrevistas, declarações, discursos dos ministros e que tivessem em parte ou no todo o tema Assistência Social.

Desde sua criação em 2009, o Canal GOV possui um acervo de pouco mais de 66 mil vídeos, que foram filtrados nesta ordem: por época de postagem (2018-2022); por nome de ministro, acrescido a palavra “ministro” na frente; por

---

<sup>2</sup> Foram 4 ministros da Cidadania no governo Bolsonaro: Osmar Terra (1º de janeiro de 2019-14 de fevereiro de 2020); Onyx Lorenzoni (18 de fevereiro de 2020-12 de fevereiro de 2021); João Roma (12 de fevereiro 2021-30 de março de 2022); e Ronaldo Vieira Bento (30 de março de 2022-31 de dezembro de 2022).

<sup>3</sup> Ao mesmo tempo que procedíamos com a coleta via *YouTube*, foi entrado em contato com o Planalto através da plataforma “acesso à informação” para ter os discursos dos ministros compilados por data, porém a resposta foi negativa, visto a inexistência de compilação de discursos do governo passado.

fim, o termo “assistência social” ou nome de projetos, programas e serviços<sup>4</sup>. Após essa filtragem, foram selecionados 27 arquivos audiovisuais<sup>5</sup>.

Para refletir sobre as informações colhidas por essa pesquisa, utilizou-se a análise textual discursiva. Conforme Moraes e Galiazzi (2006), [...] a análise textual discursiva é uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa que são a análise de conteúdo e a análise de discurso (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 2).

Assim:

A análise textual discursiva é descrita como um processo que se inicia com uma unitarização em que os textos são separados em unidades de significado. Estas unidades por si mesmas podem gerar outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador. Neste movimento de interpretação do significado atribuído pelo autor exercita-se a apropriação das palavras de outras vozes para compreender melhor o texto. Depois da realização desta unitarização, que precisa ser feita com intensidade e profundidade, passa-se a fazer a articulação de significados semelhantes em um processo denominado de categorização. Neste processo reúnem-se as unidades de significado semelhantes, podendo gerar vários níveis de categorias de análise. A análise textual discursiva tem no exercício da escrita seu fundamento enquanto ferramenta mediadora na produção de significados e por isso, em processos recursivos, a análise se desloca do empírico para a abstração teórica, que só pode ser alcançada se o pesquisador fizer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos. Este processo todo gera meta-textos analíticos que irão compor os textos interpretativos (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 2).

Seguindo os passos descritos, podemos elencar cinco etapas constitutivas na análise textual discursiva: 1) Preparação das informações; 2) Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; 3) Categorização das unidades; 4) Descrição; 5) Interpretação. Assim, nessa modalidade de pesquisa, o objeto analisado é desconstruído para ser reconstruído por meio de novos caminhos interpretativos, estabelecendo uma interlocução contínua entre os fundamentos teóricos e as evidências empíricas.

Cabe, ainda, mencionar que esta pesquisa está vinculada ao grupo de pesquisa cadastrado no CNPQ como “Ética e Direitos Humanos: princípios norteadores para o exercício profissional da/do assistente social” e apresenta-se

---

<sup>4</sup> Esse último passo teve que ser realizado manualmente, passando de vídeo em vídeo, uma vez que a plataforma não disponibiliza filtro automatizado para esse fim.

<sup>5</sup> Igualmente não foi possível distinguir por filtro automatizado as secretarias; a seleção entre as secretarias de “Desenvolvimento Social”, “Cultura” e “Esporte” foi realizada manualmente.

como dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Estadual de Londrina, circunscrita na linha de pesquisa de Gestão e Políticas Sociais, cujo objetivo é refletir o papel de grupos e classe sociais na constituição e gestão das políticas sociais e na relação entre o Estado e a sociedade civil. Essa linha de pesquisa nos parece adequada para a nossa pesquisa, posto que, de nosso entendimento, é no decorrer do desenvolvimento da luta de classes que está assentada a ideologia conservadora e sua refração na política social de assistência social.

## 2 OS FUNDAMENTOS DA IDEOLOGIA CONSERVADORA

A compreensão do conservadorismo transcende a análise superficial de suas manifestações políticas e/ou culturais. É no investigar as profundezas de sua essência que somos capazes de compreender os princípios fundamentais que sustentam essa ideologia e, assim, lançar luz sobre as dinâmicas que orientam seu papel na reprodução social. A importância desse entendimento reside não apenas na interpretação das características específicas do conservadorismo, mas também na capacidade de contextualizar seu surgimento histórico e seu impacto nas sociedades modernas, situado nesta pesquisa o caso brasileiro.

Ao tomar o conservadorismo como um sistema de ideias que deita raízes na causalidade histórica, social e econômica, podemos analisar de maneira crítica como ele se manifesta em diferentes momentos históricos das sociedades. Além disso, tal perspectiva de análise nos permite examinar como as ideias conservadoras interagem com outros sistemas de pensamento, influenciando debates contemporâneos sobre política, moralidade e estrutura social. Nessa direção, partimos da compreensão do conservadorismo como uma das formas de ideologia. Tal compreensão se apoia nas reflexões de Georg Lukács, em que tomar a ideologia apenas como “falsa consciência” – ideia tão difundida no marxismo vulgar – é limitador e diminui sua importância no processo de reprodução social. Para o filósofo,

[...] verdade ou falsidade ainda não fazem de um ponto de vista uma ideologia. Nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a tornar-se uma ideologia, como vimos. Eles podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos (LUKÁCS, 2013, p. 337).

Em outras palavras, para Lukács, a ideologia não pode ser tomada em seu aspecto gnosiológico, mas sim em sua funcionalidade.

[...] é errado abordar questões ideológicas com critérios gnosiológicos. Porque, nesse campo, não se trata de fazer uma separação abstrata de verdadeiro e falso [...], mas de verificar se o ser-propriamente-assim

de um espelhamento eventualmente falso é constituído de tal maneira que se torna apropriado para exercer funções sociais bem determinadas [...] (LUKÁCS *apud* SOUZA, 2016, p. 89).

A Ideologia apresenta sentido, apenas, se influencia as escolhas dos indivíduos e organiza parcela da população para a resolução de conflitos. E esses conflitos não podem ser observados de maneira abstrata, mas sim assentados na história em cada momento concreto. Por isso interpreta-se conservadorismo como ideologia, pois é esse que sustenta a defesa de estruturas sociais que seriam inalienáveis e, por isso, a necessidade de mantê-las; assim, pretende evitar conflitos e preservar uma ordem existente.

Ao contrário dessa perspectiva analítica da ideologia conservadora, a dinâmica entre a classe capitalista e a classe operária é marcada por um constante embate, em que os interesses antagônicos muitas vezes se manifestam por meio de movimentos de revolução, manifestações populares e transformações sociais. No entanto, o que se destaca, nessa dinâmica, é a determinação da classe dominante em dissolver preventivamente tais ameaças à sua posição privilegiada.

A busca pela preservação dos interesses dominantes impulsiona o capital e a burguesia a agirem proativamente contra qualquer potencial desafio à ordem estabelecida. Em particular, a resistência da classe operária à exploração do capital a coloca em uma posição contrária aos objetivos comerciais capitalistas. Diante desse cenário, surge a necessidade de neutralizar qualquer foco de revolução ou manifestação que possa ameaçar ou comprometer a estabilidade do sistema.

É nesse contexto de “resistências” que o conservadorismo emerge como uma ideologia estratégica. Além de outras correntes ideológicas, desempenha um papel crucial na orientação da renovação do padrão capitalista de dominação e hegemonia; funciona como uma ferramenta que busca legitimar a ordem existente, enfraquecer movimentos contestatórios e moldar a consciência coletiva em conformidade com os interesses da classe dominante.

Assim, o conservadorismo não é apenas uma posição filosófica, mas uma resposta ativa aos desafios impostos pelas “resistências” sociais. Ao se apresentar como uma ideologia capaz de justificar e fortalecer a ordem estabelecida, revela-se como uma peça-chave na estratégia da classe capitalista

para preservar sua hegemonia, dissolvendo quaisquer ameaças potenciais antes mesmo de se consolidarem como movimentos capazes de abalar os fundamentos do sistema.

A burguesia, como detentora dos meios de produção e promotora dos valores hegemônicos, enfrenta a necessidade premente de justificar e preservar sua condição privilegiada. Nesse contexto, a busca por argumentos ideológicos plausíveis e convincentes torna-se essencial para assegurar o predomínio das forças dominantes sobre a estrutura social.

A esfera das intervenções políticas, sociais e culturais emerge como um terreno propício para a disseminação do pensamento conservador, desempenhando um papel fundamental na defesa dos interesses burgueses. O conservadorismo, ao ancorar-se em discursos morais, políticos, éticos, religiosos, entre outros, oferece uma base sólida para sustentar uma ideologia de classes que se alinha aos padrões constituídos pela sociedade, mas que são naturalizados e alijados da historicidade humana.

No âmbito político, o conservadorismo encontra espaço para argumentar em prol da preservação da ordem estabelecida, ressaltando a importância da estabilidade para o bem da sociedade. No cenário social, utiliza discursos éticos e morais para legitimar hierarquias construídas nas relações sociais, destacando-as como um reflexo natural das capacidades individuais sob a perspectiva idealista da meritocracia. Na esfera cultural, o conservadorismo molda narrativas que perpetuam a visão de mundo burguesa, reforçando valores que justificam a desigualdade social.

Ao fundamentar-se em critérios como a “ordem na sociedade”, o conservadorismo se torna um instrumento eficaz para consolidar uma ideologia que serve aos interesses da burguesia. Essa abordagem não apenas fortalece a defesa da condição privilegiada da classe dominante, mas também contribui para a manutenção de uma estrutura social que favorece a perpetuação do *status quo*. Dessa forma, a construção ideológica promovida pelo conservadorismo desempenha um papel crucial na estratégia da burguesia para assegurar e legitimar sua posição na hierarquia social.

O conservadorismo, a partir desse ponto de vista, propõe e defende a conservação das relações sociais capitalistas, com base na organização de ideias que defendem a sociedade burguesa contra seu antagonista, a saber, o

movimento revolucionário comunista. É, portanto, a análise do conservadorismo como ideologia que orienta a construção dos tópicos que seguem neste capítulo.

## 2.1 REFLEXÕES SOBRE O CONSERVADORISMO COMO APOLOGIA INDIRETA AO CAPITALISMO<sup>6</sup>

Ao nos depararmos com a ideologia conservadora, há inúmeros estudos que têm apontado seus fundamentos e traçado algumas perspectivas para seu desenvolvimento na contemporaneidade. Esse esforço intelectual que os pesquisadores já dispendem há muito tem ganhado novo fôlego a partir do passado recente brasileiro – e mundial – com o ascenso desse pensamento no cenário político, econômico e cultural. Esta pesquisa que ora se apresenta se inscreve como uma iniciação nessa empreitada, visando apresentar algumas aproximações com o debate em curso.

Tomaremos como ponto de partida para a nossa análise Leila Escorsim Netto, que discorre sobre o conservadorismo. Segundo a autora:

A noção mais corrente de pensamento conservador [...] está imediatamente ligada ao verbo conservar: é a noção segundo a qual sempre queremos preservar aquelas coisas e ideias que valorizamos e em que acreditamos - ou seja: somos todos um pouco conservadores naquilo que nos diz respeito positivamente. Esta noção, lastreada no senso comum, não permite fundar qualquer reflexão que vá mais além dos limites do pensamento cotidiano, uma vez que, com sua ilimitada abrangência, não tem nenhuma potencialidade explicativa (ESCORSIM NETTO, 2013, p. 43).

Escorsim Netto (2013) nos explica, portanto, que a concepção conservadorismo, quando aplicada no discurso teórico, deve ser observada com atenção, pois carrega implicações profundas. Ao ser desvinculada de qualquer referência histórica concreta, pode inadvertidamente levar a uma negação particular da história. Este fenômeno é notável quando examinamos o uso frequente dessa noção por parte dos pensadores do conservadorismo, que a utilizam como um instrumento para enfatizar que essa ideologia é intrínseca à

---

<sup>6</sup> Expressão utilizada por G. Lukács em *Para uma ontologia do ser social I*.

própria essência humana. Eles argumentam que o conservadorismo é uma parte integral do “ser do homem”, uma característica estrutural que está intrinsecamente presente e que não se altera ao longo do tempo.

Essa abordagem do conservadorismo como uma característica inata do ser humano e que, portanto, permanece imutável através das eras tem implicações significativas na forma como essa ideologia é compreendida e justificada pelos pensadores que a defendem. Ao negar a influência da história e da mudança social na evolução das próprias ideias conservadoras, os defensores dessa visão podem dificultar a capacidade de análise crítica do conservadorismo. Além disso, ao considerarem o conservadorismo uma característica inerente e constante do ser humano tende a associar esse pensamento a uma resposta natural às mudanças e aos desafios da sociedade.

O pensamento conservador, argumenta Escorsim, é uma expressão cultural que tem origem em um contexto específico, inserindo-se de forma peculiar em um momento histórico e espaço social bem delimitados. Esse contexto particular é caracterizado pela configuração da sociedade burguesa; um cenário que exige uma análise detalhada e sensível, sendo uma “rica totalidade de determinações e relações diversas” (MARX *apud* ESCORSIM NETTO, 2013, p. 47). Dentro dessa configuração, uma multiplicidade de forças e dinâmicas estão em constante movimento e tensão, abrangendo todas as esferas e instâncias sociais.

É fundamental reconhecer que a gênese do pensamento conservador não pode ser compreendida de forma isolada, mas contextualizada dentro do ambiente social e histórico específico da ascensão da classe burguesa como a classe dominante e que é impulsionada por transformações econômicas, políticas e culturais que moldaram profundamente a mentalidade e as ideologias da época (tendo início no século XVIII).

Dentro desse contexto, o conservadorismo surge como uma resposta às mudanças radicais que a sociedade burguesa impõe, representando uma tentativa de preservar valores, instituições e estruturas sociais tradicionais em decorrência das transformações em curso. O conservadorismo, portanto, reflete não apenas uma visão estática do passado, mas uma reação dinâmica a um ambiente de revolução.

Ao considerarmos a ideologia conservadora uma expressão cultural

dentro da sociedade burguesa, é crucial analisar origens, motivações e impactos na sociedade à luz desse contexto complexo e em constante mutação. Somente uma abordagem que leve em consideração a “rica totalidade de determinações e relações diversas” desse período pode proporcionar uma compreensão profunda e contextualizada do conservadorismo e de seu papel na configuração da sociedade e da história.

Seguindo esse caminho analítico apontado pela autora, podemos considerar que o livro *Reflexões sobre a Revolução na França*, de Edmund Burke, publicado em 1790, ocupa um lugar de destaque no debate sobre o pensamento social e político fundado na modernidade, sendo considerado um ponto de partida crucial para o desenvolvimento do conservadorismo clássico. Nesta obra, Burke manifesta os interesses políticos e econômicos da aristocracia feudal, que se sentiu ameaçada pela Revolução Francesa (JAMERSON, 2016).

É importante destacar que as “*Reflexões*” surgiu imediatamente após o desencadeamento do processo revolucionário jacobino, o que as tornam um registro significativo da reação conservadora à agitação política e social que abalou a França naquele momento. Burke argumentou contra as reformas radicais defendidas pelos revolucionários franceses, enfatizando a importância da tradição, da ordem social e da prudência política.

Nas páginas das *Reflexões*, encontramos a condensação dos ideais culturais e políticos da classe aristocrática feudal que viu suas estruturas de poder e privilégio ameaçadas pela Revolução. Burke defendeu a herança cultural como um legado que deveria ser preservado e transmitido às gerações futuras, opondo-se às mudanças abruptas e à violência revolucionária.

O legado das *Reflexões sobre a Revolução na França* perdura até os dias de hoje, influenciando o pensamento conservador ao longo dos séculos. Continua a ser objeto de estudo e debate na área das ciências humanas, especialmente no campo do marxismo, no qual é frequentemente analisada como um exemplo do pensamento reacionário que buscou manter as estruturas de poder existentes. Por meio de uma abordagem científica, podemos compreender as complexas dinâmicas sociais e políticas que permeiam essa obra e seu papel na história das ideias políticas.

As análises sobre a Revolução Francesa são diversas e bastante numerosas; contudo, o que nos importa neste momento – abordaremos esse

assunto de maneira mais analítica em um contexto diferente e com um propósito distinto no próximo tópico deste estudo – é atentarmos às ideias de como esse processo revolucionário criou reações de diversos escopos, e dessas reações o surgimento do pensamento conservador.

Ainda estudando o trabalho de Leila Escorsim Netto, é possível identificar que o contexto das grandes transformações que ocorreram na Europa Ocidental entre os séculos XIV e XVI foi marcado por mudanças fundamentais nas concepções culturais e sociais. Nesse período, as visões teocêntricas, que colocam Deus no centro de tudo, foram gradualmente deslocadas pelo antropocentrismo, uma perspectiva que valorizava o ser humano como figura central. Esse movimento representou “o grande salto do Renascimento” (ESCORSIM NETTO, 2013, p. 47).

A cultura que emergiu dessas mudanças culturais e religiosas carregava um conteúdo contraditório em relação à ordem feudal prevalecente na Europa. Não é coincidência que o iluminismo tenha recuperado algumas das linhas de pensamento do século XVI. Essa cultura refletia modificações que gradualmente minavam as estruturas sociais profundamente enraizadas na Europa, desde o colapso do Império Romano no século V, que haviam dado origem ao sistema feudal.

As transformações começaram com o ressurgimento das atividades comerciais na bacia do Mediterrâneo. As estruturas feudais, que dependiam fortemente da terra e da agricultura como fontes de riqueza, começaram a enfraquecer à medida que a composição social mudava com a ascensão da classe mercantil e a construção de uma nova forma de riqueza, conhecida como riqueza mobiliária. Esse termo se refere à riqueza em bens móveis, como mercadorias, que podiam ser compradas, vendidas e trocadas com mais facilidade do que a terra.

Essas mudanças sociais e econômicas levaram ao surgimento da burguesia comercial, que desempenhou um papel de destaque na transformação da história ocidental. O resultado desse processo foi a formação do Estado absolutista, em que o poder centralizado nas mãos dos monarcas absolutos substituiu em grande parte o poder descentralizado dos senhores feudais.

A burguesia mercantil, a partir das “grandes descobertas”<sup>7</sup> (ESCORSIM NETTO, 2013, p. 49), acaba por romper com a feudalidade; a manufatura logo se transmuta para a indústria. A Revolução Industrial, que marcou uma transformação profunda na economia e na sociedade, não deve ser vista apenas como um fenômeno de caráter puramente revolucionário no sentido tradicional. Conforme Escorsim Netto (2013), embora seja inegável que tenha introduzido mudanças revolucionárias significativas em várias esferas da vida, é importante reconhecer que seu significado ultrapassa amplamente a conotação comum associada a essa expressão.

Não se trata de minimizar ou negar seu aspecto revolucionário, mas de destacar que esse processo vai além do que é comumente entendido. Para a autora, o ponto determinante é reconhecer que a Revolução Industrial não se limitou a uma revolução tecnológica ou econômica; ela também desencadeou uma revolução social e política. A autora a analisa como uma transformação da própria estrutura social: “por ela se deve compreender o processo pelo qual a burguesia revolucionária se pôs como classe” (ESCORSIM NETTO, 2013, p. 50).

Conforme a autora, é “com a revolução política, [que] a burguesia destrói o Estado feudal e molda o seu Estado” (ESCORSIM NETTO, 2013, p. 50) e “é precisamente este período de configuração da sociedade burguesa que assiste ao surgimento do pensamento conservador” (ESCORSIM NETTO, 2013, p. 50).

É nesse contexto que se situa a emergência do conservadorismo, que pode, então, ser interpretada como uma resposta aristocrática à turbulência desencadeada pela Revolução Francesa e pelas transformações provocadas pelo avanço das forças produtivas. A recomposição dos regimes políticos que se seguiu ao declínio do período feudal não apenas testemunhou a ascensão da burguesia, mas também representou a quebra de certos privilégios aristocráticos, marcando assim o ponto de origem do conservadorismo. A esse respeito, Escorsim nos informa que seu precursor, Burke:

[...] quer a continuidade do desenvolvimento econômico capitalista sem a ruptura com as instituições sociais pré-capitalistas (o privilégio da família, as corporações, o protagonismo público-temporal da Igreja, a hierarquia social cristalizada etc.). E considera que a Revolução é a excrescência desnecessária que efetiva essa ruptura. Sinteticamente,

---

<sup>7</sup> Ver: BRAUDEL, Fernand. *A estrutura do cotidiano*. Martin Fontes, 1995; e FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. Edusp, 2021.

poder-se-ia afirmar que Burke deseja o capitalismo sem a Modernidade (ESCORSIM NETTO, 2013, p. 51).

Contribui com esse debate Jamerson Murillo (2020), pesquisador profícuo sobre o pensamento conservador, quando ressalta que para Edmund Burke, filiado de longa data ao partido Wings – liberais –, faz uma distinção entre as revoluções inglesa e francesa. Tais revoluções, assim como suas diferenças, representam momentos cruciais na história política e social da Europa, com implicações significativas para o desenvolvimento do conservadorismo, conforme discutido por Edmund Burke.

Explica Souza (2020) que a Revolução Gloriosa foi notável por sua transição relativamente pacífica de poder. Ela resultou na deposição de Jaime II e na entronização de Guilherme III, sob a égide da Declaração de Direitos. Essa revolução estabeleceu um novo regime monárquico, no qual o poder do rei foi substancialmente limitado pelo Parlamento e por uma Constituição. Isso permitiu que uma parcela ascendente da burguesia ganhasse reconhecimento e prestígio na Inglaterra sem recorrer a um levante armado.

Em contraste, a Revolução Francesa de 1789 foi um evento mais tumultuado e radical. Ela viu a queda da monarquia, o surgimento de governos revolucionários, a execução do rei Luís XVI e a ascensão de figuras como Robespierre. Desse ponto de vista, vai ser compreendida como uma tentativa mais direta de questionar e transformar as estruturas sociais e econômicas, incluindo a aristocracia e a propriedade feudal. Ela reflete a luta de classes em sua forma mais aguda, com tensões entre a burguesia ascendente e a nobreza decadente.

Em termos de conservadorismo de Burke, explica Souza, a Revolução Gloriosa forneceu um exemplo de como as mudanças políticas podem ocorrer dentro de um quadro institucional existente, enquanto a Revolução Francesa demonstrou as potenciais consequências do radicalismo revolucionário. Burke, em sua abordagem conservadora, valorizava a estabilidade e a evolução gradual das instituições políticas, o que o levou a ser crítico em relação à Revolução Francesa e mais favorável à experiência da Revolução Gloriosa inglesa.

Tudo indica que o objetivo declarado de Edmund Burke era preservar o caráter “pacífico” da Revolução Inglesa a fim de manter as instituições políticas, em um momento em que as lutas operárias ganhavam fôlego em seu país.

O começo da confusão é ainda bastante pequeno na Inglaterra, mas, entre vocês, não vimos uma infância bem mais débil chegar em pouco tempo a uma força capaz de destruir montanhas e de lutar contra o próprio céu? Quando a casa de nosso vizinho pega fogo, é recomendável que tomemos precauções para proteger a nossa. É melhor ser desdenhado por excesso de precaução que se ver arruinado por excesso de confiança (BURKE *apud* SOUZA, 2020 p. 157).

A tática escolhida por Burke, portanto, seria a disputa de ideias, ou seja, seu inimigo declarado era o pensamento ilustrado e seus “valores, ideias e princípios” forjados na luta contra a feudalidade e que deram corpo à Revolução Francesa.

Porém, retomando as análises de Escorsim, a autora parece apontar para elementos que, já presentes no pensamento de Burke, têm mais significado em seus seguidores imediatos: trata-se do elemento do anticapitalismo romântico. Esse elemento fornece ao pensamento conservador uma função social: uma perspectiva restauradora:

A função social do pensamento conservador, tal como aparece nos imediatos continuadores de Burke, é inequívoca: o conservadorismo expressa os interesses dos privilegiados do Ancien Régime, a nobreza fundiária e o alto clero. O pensamento conservador exprime, assim, um projeto de restauração que em pouco tempo revela-se inviável (ESCORSIM NETTO, 2013, p. 52).

A autora argumenta que o que imperava na Europa Ocidental era a irreversibilidade das transformações que o desenvolvimento do capital colocava para as instituições, fazendo com que “as perspectivas restauracionistas, que, até então, pareciam viáveis, tornam-se claramente utópicas” (ESCORSIM NETTO, 2013, p. 52). Mas, para além desse fato, tal irreversibilidade acaba por alterar o próprio papel sócio-histórico da burguesia.

Ao longo de sua missão histórica progressista e revolucionária, a burguesia desempenhou um papel fundamental na transformação das estruturas sociais e políticas em sociedades ocidentais. Inicialmente, essa classe emergente representava os interesses do conjunto da sociedade, uma posição que a legitimou como uma força central no confronto com o sistema feudal estabelecido, conhecido como *Ancien Régime*.

No entanto, à medida que a burguesia consolidava sua posição como classe dominante, sua representação dos interesses da sociedade começou a

dar lugar a uma defesa mais específica de seus próprios interesses particularistas. Esse deslocamento gradual ocorreu à medida que a burguesia se estabelecia como uma classe com poder econômico e influência política consideráveis.

O protagonismo revolucionário que caracterizou a ascensão da burguesia deu lugar a um desempenho defensivo. Agora, seu foco estava na manutenção das instituições sociais e políticas que foram criadas durante o período de mudança e revolução. Isso incluiu a defesa dos princípios de livre mercado, propriedade privada e o estabelecimento de uma ordem social baseada no capitalismo.

Essa transição na atuação da burguesia, de uma força revolucionária para uma classe dominante com interesses particulares, é uma característica marcante do desenvolvimento das sociedades capitalistas. Essa referida transição mostra como os atores políticos podem mudar de perspectiva à medida que sua posição na estrutura de poder se consolida e como a história política é moldada por essas transformações complexas. Portanto, a jornada da burguesia desde sua missão histórica progressista até seu foco na preservação de seus próprios interesses é um aspecto central na evolução das sociedades modernas.

Na letra da autora:

Cumprida a sua missão histórica progressista e revolucionária, a burguesia, convertida em classe dominante, deixa de representar os interesses do conjunto da sociedade (representação que, ao situá-la legitimamente no centro do arco de forças antifeudais — o povo —, tornou possível a sua vitória no confronto com o Ancien Régime) e é levada à defesa de seus estritos interesses particularistas. O protagonismo revolucionário da burguesia cede lugar a um desempenho defensivo, voltado para a manutenção das instituições sociais que criou (ESCORSIM NETTO, 2013, p. 52).

Em decorrência desse fato:

A cultura moderna [...] deixa então de ser funcional à burguesia tornada classe dominante; expressão de sua vocação revolucionária, deve agora ser redimensionada para servir aos interesses da defesa do (seu) status quo. Inicia-se, assim, por volta de 1830, um profundo e complexo movimento, ao fim do qual aquela cultura ver-se-á refuncionalizada para atender às exigências que agora se põem à burguesia — trata-se de uma refuncionalização que terá por objetivo eliminar ou neutralizar os conteúdos subversivos da cultura moderna, especialmente aqueles vinculados à sua dimensão emancipadora; um analista deste movimento, certamente, caracterizou-o como “o

rompimento com a tradição progressista” (Coutinho, 2010): para a burguesia, a questão que se punha era lateralizar os núcleos que, na cultura ilustrada, guardavam um potencial de crítica à sua dominação de classe. E a tarefa era tanto mais imperiosa quanto mais este potencial ficava ao alcance daqueles que, na ordem burguesa, mobilizavam-se agora para colocá-la em questão não numa direção restauradora, mas socialista (ESCORSIM NETTO, 2013, p. 52).

A burguesia se viu obrigada a renunciar à cultura ilustrada sob o risco de sucumbir ao mesmo movimento histórico no qual ela protagonizou seus interesses sob os interesses econômicos que imperavam na era feudal. Isso se tornou ainda mais crucial à medida que aqueles que se mobilizavam dentro da ordem burguesa passavam a questioná-la não com o objetivo de restauração, mas sim em direção a ideias socialistas. A burguesia se viu desafiada a marginalizar esses núcleos de pensamento que representavam ameaças ao *status quo*, buscando assim proteger sua posição na estrutura de poder.

Desta maneira, “se o socialismo proletário incorpora (superando-o) o legado ilustrado, o pensamento burguês experimentará ‘a grande reviravolta político-ideológica [...] no sentido da apologética e da decadência’” (Lukács *apud* ESCORSIM NETTO, 2013, p. 55.). É dessa dissociação que se articulará o pensamento conversador com o pensamento burguês.

José Paulo Netto (2007) aponta que as experiências revolucionárias na Europa Central e Ocidental, tendo suas raízes na movimentação camponesa da Baixa Idade Média, configuram-se como uma intrigante sequência de conflitos e violências que moldaram profundamente a consciência das massas e das elites. O ápice desse complexo processo é indubitavelmente o arco temporal que se estende de 1789 a 1848, período marcado por revoluções e transformações sociais de magnitude notável.

Durante esse intervalo, a conexão intrínseca entre a questão nacional e os movimentos revolucionários é evidente, lançando luz sobre um cenário de lutas abertas e confrontos que deixaram marcas indeléveis na história europeia. O autor destaca o ano de 1848 como um ponto de virada crucial, caracterizado pela sangrenta crueza que simboliza a individualização dos dois protagonistas sociais fundamentais: a burguesia ascendente e o emergente proletariado. A partir desse momento, a fisionomia das lutas de classes contemporâneas ganha contornos mais nítidos, consolidando-se plenamente em 1870 (NETTO, 2007).

Para Netto (2007), são nos desdobramentos da Revolução Francesa,

assim como o arco histórico entre as jornadas de junho e o golpe de Luís Bonaparte, que se situa o “caldo de cultura restaurador” (NETTO, 2007, p. 111). Neste se oferece, no final do século XIX, “um conjunto muito denso de legitimações para o desempenho das elites burguesas” (NETTO, 2007, p. 111). Em outras palavras, formou-se um ambiente favorável à restauração de valores e ideias alinhadas com uma ordem social conservadora. Esse “caldo de cultura restaurador” revela-se rico em elementos diversos, heterogêneos, que, apesar de suas diferenças, encontram coesão na presença de um inimigo comum, simbolizado pelo “estandarte vermelho”.

Esse caldo cultural restaurador tinha, em sua heterogeneidade, de um lado elementos da restauração, que vêm na linha de Bonald<sup>8</sup>; de outro lado, o eixo que girava em torno da tradição republicana de direita sabidamente laica; assim como os elementos típicos do positivismo gaulês (NETTO, 2007). Essa mescla cultural, longe de ser homogênea, deságua em uma problemática profundamente marcada pela busca por hierarquias sociais estáveis e orientada pela noção central de ordem. Netto salienta que esse “caldo” não se limita apenas a oferecer legitimações ideológicas ao projeto sociopolítico burguês dominante após a conjuntura da Comuna. Ele vai além, fornecendo as condições propícias para a articulação de um pensamento sociopolítico, que, ao transitar para o século XX, contribuirá para o enriquecimento e a consolidação das correntes direitistas. A polarização em torno da noção de ordem e a busca por hierarquias sociais estáveis refletem as preocupações centrais desse contexto, moldando as bases do pensamento que influenciará as correntes direitistas ao longo do século XX (NETTO, 2007).

Vemos, portanto, através do movimento histórico, as metamorfoses do conservadorismo clássico a partir dos estudos aqui discutidos. Cabe-nos agora apontar alguns traços constitutivos desse pensamento, levando em consideração a ideia de que esses elementos constitutivos permanecerão em

---

<sup>8</sup> O contrarrevolucionário Louis-Ambroise De Bonald nasceu em 1754, em Millau, França. Publicou sua obra *Teoria do poder político e religioso* em 1796 e se caracterizou, a partir daí, como partidário da contrarrevolução e grande crítico do regime liberal democrático. Após a Restauração da monarquia francesa, ele se tornou membro do Conselho de Instrução Pública e logo deputado, de 1815 a 1822. Em 1822, tornou-se ministro de Estado. O período histórico em que vive é palco de uma tentativa de reimplantação de um tradicionalismo dogmático antes do início do processo positivista e do projeto marxista. Vem a morrer no ano de 1840 (RODRIGUES, 2010).

pauta para o pensamento conservador se perpetuando até a contemporaneidade.

## 2.2 UMA EXPRESSÃO ROMÂNTICA NA APOLOGIA INDIRETA AO CAPITALISMO

Delimitando os traços gerais do conservadorismo, podemos passar a analisar com maior profundidade os fundamentos que alicerçam essa ideologia em sua época clássica, que referenciando, *a priori*, em autores que não se situam no campo do marxismo; mas que são fundamentais para entender os desdobramentos do que é dominado por alguns autores, como Romano (1981), de conservadorismo romântico. Para esta pesquisa foi utilizado, sobretudo, o texto “Conservadorismo e sociologia” (1981), de Robert Nisbet, assim como os apontamentos de Roberto Romano em seu livro *Conservadorismo romântico: a origem do totalitarismo* (1981).

Como já debatido nas linhas precedentes, o conservadorismo nasce como um movimento contra a Revolução Francesa, mas não só; foi um movimento contra a perda do *status* que podia ser percebida em toda a Europa Ocidental como resultado de várias mudanças econômicas, além da secularização da moral e a centralização política (NISBET, 1981). Nesse sentido, para Romano (1981), esses conservadores românticos propõem uma volta social e política, vislumbrando um retorno a um estado originário. Contudo, é essencial destacar que, segundo o autor, essa perspectiva não preconiza um retrocesso cronológico, mas sim a integração de elementos inovadores, provenientes da revolução francesa, desde que harmonizados com a recuperação de valores e relações característicos da era medieval. Nessa apologia indireta ao capitalismo, os conservadores desenvolvem proposições fundamentadas na natureza da sociedade e do ser humano.

A visão dos conservadores românticos implica não apenas na contemplação nostálgica de um passado idealizado, mas na construção de um futuro que integre elementos progressistas, sem desconsiderar os fundamentos intrínsecos à antiga ordem. Essa abordagem crítica se desdobra na elaboração de proposições que transcendem a mera rejeição do presente, promovendo uma reflexão profunda sobre o entendimento da sociedade e do homem.

Nesse sentido, Burke e Bonald perceberam a Revolução Francesa como o clímax de um processo de atomização social que se estendia ao longo da história e que estava relacionado ao enfraquecimento das estruturas sociais e morais que eram fundamentais na Idade Média. Eles a viam como o desdobramento final desse processo de desintegração, impulsionado por doutrinas que questionavam a coesão social e a tradição. Desse processo, os conservadores não percebiam aspectos de emancipação individual e a liberdade criativa, mas uma alienação crescente e certa insegurança (NISBET, 1981).

No já mencionado texto de Nisbet, o sociólogo conservador argumenta que a partir dessa “visão crítica da história, os conservadores foram levados a formular certas proposições gerais a respeito da natureza da sociedade e do homem, que divergem radicalmente daquelas visões que os racionalistas e individualistas haviam enfatizado” (NISBET, 1981, p. 65); ao contrário destes, os conservadores abordam a natureza da sociedade. Para exemplificar essas proposições gerais formuladas pelos conservadores, Nisbet considera que para Edmund Burke trata-se de defender a “sociedade legítima” e para Louis de Bonald de defender a “sociedade constituída”. Para esses conservadores, a sociedade é muito mais do que um mero agregado de indivíduos, passíveis de modelagem de acordo com as visões dos sujeitos da nova ordem. Ela é uma entidade orgânica, com leis internas de desenvolvimento e relações pessoais e institucionais. Nessa mesma direção, Romano (1981) aponta que para os conservadores românticos a sociedade é a única natureza do homem, assim sendo o Eu individual algo impossível, e que por isso necessariamente retornaria para o Todo, na preservação de sua unidade indivisível, a família.

Na perspectiva crítica à racionalidade, os conservadores consideram que a sociedade não pode ser simplesmente criada pela razão individual, mas “ela pode ser enfraquecida por aqueles que não têm em mente sua verdadeira natureza” (NISBET, 1981, p. 66). Consideram, também, que a sociedade é moldada por uma longa história e tem profundas raízes no passado; assim, o presente não pode se desvincular dessas raízes através da manipulação puramente racional. A sociedade é, como Burke famosamente afirma, “uma associação dos mortos, dos vivos e dos não nascidos” (BURKE *apud* NISBET, 1981, p. 65). Isso significa que a sociedade é uma continuidade que abrange gerações, cada geração recebendo influências e tradições do passado e

transmitindo-as para o futuro.

Para os conservadores, particularmente na França, a realidade metafísica da sociedade, independentemente de todos os seres humanos individuais, era algo inquestionável. Isso representou uma crítica fundamental ao nominalismo social promovido pelo Iluminismo, que via a sociedade como uma construção artificial, sujeita a ser remodelada de acordo com princípios racionais. Os conservadores defendiam que a sociedade era um organismo vivo e evolutivo, intrinsecamente conectado ao seu passado e à herança cultural.

O segundo ponto levantado por Nisbet incide sobre a “primazia da sociedade sobre o indivíduo” (1981, p. 66). No cerne dessa proposição conservadora, está a explicação de que a sociedade existe antes do indivíduo e exerce uma influência decisiva sobre ele. A este respeito, considera que o pensador Bonald, por exemplo, elaborou uma teoria complexa do simbolismo e desenvolvimento da linguagem para argumentar que o homem e suas ideias não poderiam ter surgido antes das instituições sociais, que ele acreditava terem sido diretamente estabelecidas por Deus.

Na perspectiva conservadora e romântica, a sociedade é concebida como uma entidade orgânica, na qual o grupo social é a unidade fundamental e irreduzível, ao passo que o indivíduo isolado é meramente considerado “a sombra de um sonho”. Dentro desse contexto, cada indivíduo e a particularidade são percebidos como partes intrínsecas de um sistema mais amplo. Romano destaca que para esses pensadores os “esforços, mesmo aqueles bem-intencionados, para reformar ou reconfigurar uma parte da sociedade, inevitavelmente violam as complexas linhas de relacionamento que são essenciais em qualquer sociedade estável” (1981, p. 67). Em suma, a ênfase recai sobre a ideia de que os indivíduos não devem buscar ativamente a transformação da sociedade. Em vez disso, devem diluir-se harmonicamente, cumprindo suas funções, e confiar na providência divina para conduzir as modificações necessárias. O homem, é, então, concebido como um ser que existe apenas dentro da sociedade e para a sociedade. A sociedade o molda, não apenas socialmente, mas também moral e intelectualmente, por meio do que Bonald (*apud* NISBET, 1981, p. 66) chama de “educação social”.

Dessa concepção da relação sociedade x indivíduo decorre a formulação de que “a sociedade não pode ser desmembrada, mesmo para fins conceituais,

em indivíduos” (NISBET, 1981, p. 66). Os pensadores conservadores, como Lamennais, sustentam que a sociedade é uma unidade irreduzível, uma manifestação por si só. Nesse contexto, o indivíduo é descrito por Lamennais como uma “mera fantasia, a sombra de um sonho”, o que ressalta a ideia de que os conservadores têm dificuldade em identificar o que os racionalistas chamam de “indivíduos”. Em vez disso, veem membros da sociedade – pais, filhos, membros da igreja, trabalhadores, empregadores, e assim por diante (NISBET, 1981, p. 66). Com essa caracterização do indivíduo, e em reação ao iluminismo, os conservadores deram ênfase a pequenos grupos sociais dentro da sociedade. Argumentam que a unidade irreduzível são os grupos sociais como “complexidades irreduzíveis”<sup>9</sup>.

Essas unidades, escreve Burke (*apud* NISBET, 1981, p. 67) são “nossos lugares de refúgio e de descanso”. Os conservadores analisados por Nisbet argumentam, no combate às ideias oriundas da revolução francesa, que família, grupos religiosos, vizinhança etc. são suportes necessários para a vida dos homens: “Nós começamos nossos vínculos sociais nas nossas famílias [...] Passamos em seguida à nossa vizinhança e às nossas conexões habituais de província” (BURKE *apud* NISBET, 1981, p. 68). Nisbet ainda salienta que para Burke as sociedades que se fundam na razão, “baseadas na informação científica”, se distanciam das relações tradicionais (NISBET, 1981, p. 68) e carregam uma forte tendência “à desorganização social e moral” (NISBET, 1981, p. 68).

Uma vez que os indivíduos tenham sido desligados dos laços tradicionais, “e tornaram-se livres, não do controle, mas da proteção de todos os princípios de autoridade natural e de subordinação legítima, eles tornam-se as vítimas naturais dos impostores” [...] Os conservadores na França fizeram disso a essência de um princípio: a razão do homem, suas metas, e mesmo a sua individualidade, dependem de uma estreita ligação com outros e dependem da estrutura de valores externos na sociedade (NISBET, 1981, p. 68).

Com efeito, os conservadores foram levados a reconhecer a realidade da desorganização social, escreve Nisbet. Para esses pensadores, as consequências da revolução na França se apresentam como uma “intensificação

---

<sup>9</sup> O termo "complexidade irreduzível" foi definido originalmente por Behe como sendo: Um sistema único que é composto de várias partes que interagem e contribuem para a função básica, e onde a remoção de qualquer uma das partes faz com que o sistema efetivamente pare de funcionar.

dos antigos processos de desorganização, culminando finalmente na atomização de toda a moralidade e da sociedade” (NISBET, 1981, p. 69).

Também nesses termos que foi analisada a relação entre a cidade e o campo. Nisbet, apoiando-se em Bonald, explica que as relações sociais, em específico a família, estabelecidas na cidade têm um traço desarticulador da impessoalidade e do industrialismo; já nas áreas rurais mais atrasadas, seria possível verificar uma solidariedade social mais genuína. Em outras palavras, “A cidade, tem o efeito de congregar seres humanos, mas não de uni-los” (BONALD *apud* NISBET, 1981, p. 70).

Combatendo o racionalismo oriundo das aspirações iluministas, os conservadores insistiram no valor do sagrado, irracional e não utilitário da vida humana. A tentativa de estabelecer uma sociedade fundamentada exclusivamente no secular e nas motivações estritamente individualistas é, de acordo com muitos pensadores conservadores, uma empreitada arriscada e prejudicial. Para eles, o ser humano é inerentemente um ser ritualístico, um participante de cerimônias. Esses elementos desempenham um papel vital em sua existência.

O violento ataque da Revolução Francesa contra o Antigo Regime e sua celebração da razão pura, tanto na legislação quanto no mandato popular, teve um impacto significativo no enfraquecimento das bases sagradas da sociedade. Os conservadores argumentam que, ao desconsiderar as dimensões rituais e religiosas da vida humana em prol de uma abordagem secular e individualista, a sociedade corre o risco de perder uma parte fundamental de sua coesão e seu significado. Eles veem essas práticas rituais e de adoração como elementos que não apenas conectam as pessoas, mas também fornecem um senso de propósito e um sistema de valores compartilhados (NISBET, 1981).

Outro princípio da ideologia conservadora, destacado por Nisbet, é a hierarquia, princípio este fundamental, segundo esses pensadores, para a estabilidade. A igualdade oriunda da revolução e do racionalismo, portanto, é rechaçada, pois dela derivaria um nivelamento das diferenças sociais que obliteraria os meios de transmissão de valores. Ao contrário dessa igualdade, para esses conservadores, as classes sociais eram vistas com a mesma função da hierarquia da família, ou seja, o *status* desigual entre pai e filho.

Articulado com a hierarquia, os conservadores concluem sobre a figura da

autoridade. No núcleo da visão apresentada está a ideia de que a autoridade só é legítima quando se origina de tradições e costumes enraizados em um povo. Essa legitimidade não é embasada em princípios abstratos de direito ou razão, mas sim nas crenças e práticas que se desenvolvem ao longo do tempo e que atendem às necessidades fundamentais da sociedade.

Esse conceito de legitimidade cultural e histórica enfatiza que a autoridade não é imposta de cima para baixo, mas sim surge organicamente da experiência coletiva de uma comunidade. Ela começa na célula mais básica da sociedade, a família, e se expande através da comunidade, das classes sociais, e finalmente abrange a sociedade. Cada um desses níveis contribui para a construção da autoridade, estabelecendo uma série de elos na corrente da legitimidade.

Essa visão também ressalta que a autoridade é justificada pela satisfação das necessidades fundamentais da sociedade. Essas necessidades formam a base de crenças e hábitos que sustentam a autoridade, e são consideradas intrinsecamente relacionadas à legitimidade. Portanto, a autoridade não é apenas uma construção legal ou racional, mas uma manifestação de valores calcados no tradicionalismo.

A defesa desse tradicionalismo é encontrada nas obras dos conservadores, como, por exemplo, na defesa do princípio de função, e desse princípio emerge uma perspectiva idealizada sobre a vida humana e seus costumes e instituições. Esse princípio parte do pressuposto de que todas as pessoas, costumes e instituições têm um propósito intrínseco na sociedade. Cada um deles atende a necessidades fundamentais da vida humana ou desempenha um papel essencial na manutenção de outras instituições e práticas.

Outro aspecto que se considera importante destacar é que o pensador Edmund Burke, aponta Nisbet (1981), surpreendentemente, insiste que o preconceito, frequentemente menosprezado pelo racionalista, possui uma função indispensável. Destaca que, para Burke, o preconceito atua como um cimento emocional que mantém unida a estrutura da sociedade. Ele desempenha um papel crucial na preservação de crenças e hábitos comuns, fornecendo estabilidade e coesão social.

O preconceito, de acordo com Burke, abriga uma sabedoria intrínseca que se acumulou ao longo de séculos e que atende à profunda necessidade humana

de segurança. Em outras palavras, incorpora elementos de conhecimento que se desenvolveram ao longo do tempo em resposta às demandas da sociedade. Com esse brevíssimo resumo, procuramos identificar os fundamentos do conservadorismo que fazem apologia indireta ao capitalismo e que alguns autores denominam de romântico e outros de conservadorismo clássico. No item a seguir, segue a análise do conservadorismo pós 1914.

### 2.3 O CONSERVADORISMO MODERNO

Souza (2015) traz a preocupação em se aproximar das determinantes do pensamento conservador moderno. Partindo do que já foi acumulado de estudos de diversos autores, este tem um caminho bastante produtivo em suas pesquisas e que orientará a construção das reflexões que se seguem.

Como já salientado, o pensamento conservador clássico emergiu como uma resposta ao tumulto e à agitação da modernidade, e nesse contexto defendeu a preservação das estruturas sociais tradicionais, a autoridade da Igreja e da monarquia e a manutenção das hierarquias estabelecidas, tendo como núcleo ideológico o irracionalismo. No entanto, ao longo do tempo, muitas dessas características iniciais sofreram mudanças, as quais, concordando com Souza (2015), têm seus fundamentos históricos no “desenvolvimento das contradições do sistema do capital (desenvolvimento das contradições das forças produtivas e relações de produção)” (SOUZA, 2015, p. 3).

A delimitação do período do conservadorismo clássico entre 1789 e 1914, conforme o autor aqui analisado, é de suma importância. Esse recorte temporal compreende um momento singular na história, que se estende da Revolução Francesa, evento que abalou profundamente as estruturas tradicionais da sociedade, até o início da Primeira Guerra Mundial, um marco que, por sua vez, sinaliza o declínio das potências imperiais europeias e a reorganização político-econômica mundial. Ainda é relevante destacar que o final desse período se alinha com o encerramento do pensamento de Émile Durkheim, um dos fundadores da sociologia, cujas ideias também tiveram influência no desenvolvimento do pensamento conservador.

A transição para o período de formação do conservadorismo moderno,

que se estende das décadas de 1910 até os anos 1960-1970, representa um período em que a ideologia conservadora começa a se formar em uma fase moderna. Nesse contexto, Souza (2015) nos explica que diversos intelectuais de diferentes campos do saber empreenderam esforços para criar sistemas explicativos abrangentes da vida social. Esses sistemas, de alguma forma, universalizaram temas tradicionais do conservadorismo, moldando a sua visão de mundo e a base para ações políticas que convergiam para a defesa, ainda que muitas vezes indireta, de valores engendrados pelo modo de produção capitalista.

O impacto desses sistemas explicativos perdura até hoje, mantendo concepções de história e ciência que frequentemente se opõem àquelas formuladas por Marx. Inclusive, “algumas delas foram conscientemente construídas para subsidiar alternativas teóricas ao marxismo” (SOUZA, 2015, p. 6).

Essa geração de intelectuais<sup>10</sup> que surgiu após as contribuições de Durkheim promoveu, portanto, a diversificação e enriquecimento das bases teóricas do conservadorismo que agora se alicerça no cientificismo. Essa nova inflexão aproximou o pensamento conservador do liberalismo, que em sua forma clássica se apresentava como seu antagonista. Essa evolução evidencia como as ideias conservadoras têm sido dinâmicas e capazes de se adaptar às demandas de diferentes contextos históricos.

Ao considerar as implicações dessas transformações, torna-se claro que o conservadorismo, que em suas origens foi frequentemente uma reação à modernidade, passa a adotar novas posições em relação à racionalidade e à ciência. Esse movimento está intrinsecamente ligado à consolidação do estágio monopolista de reprodução do capital, que moldou o cenário histórico com suas contradições intrincadas. Para a ideologia conservadora coube, então, o desafio de forjar novas bases ideopolíticas para responder a essas complexas realidades.

Como ponto de destaque apontado por Souza (2015), encontra-se o conceito de “totalitarismo” formulado por Hannah Arendt. O conservadorismo

---

<sup>10</sup> Entre os expoentes dessa geração, Souza (2015) cita: Martin Heidegger, Karl Popper, Norberto Bobbio, Raymond Aron, Hannah Arendt, Talcott Parsons e Friedrich von Hayek.

modernizado iguala o fascismo e o socialismo sob o mesmo teto do “totalitarismo”. Esse movimento envolve uma reconfiguração da concepção de mundo, notadamente centrada na ênfase no presente e na rejeição tanto das “utopias” revolucionárias quanto das reacionárias, ambas consideradas potencialmente “totalitárias”.

Conforme o autor, uma característica notável do conservadorismo moderno é a sua tentativa de segregar o tempo presente, retirando-o da corrente do devir histórico. Ainda aponta que isso é alcançado de duas maneiras principais: em primeiro lugar, o presente é blindado contra as influências das “utopias” revolucionárias que buscam uma transformação radical da sociedade vigente. Segundo, o conservadorismo moderno se coloca em oposição às “utopias” reacionárias, que estão arraigadas nas formas do passado.

Essa abordagem “presentista” implica que o conservadorismo moderno arroga-se mover em direção a bases “progressistas” e justifica tal crença ao igualar, de forma pejorativa, tanto as “utopias” revolucionárias quanto as reacionárias como idealizações potencialmente “totalitárias”. Isso significa que, ao manter uma posição que se distancia tanto das mudanças radicais (revolucionárias) quanto da nostalgia pelo passado (reacionárias), o conservadorismo moderno se vê como defensor de um equilíbrio, no qual somente o presente é valorizado como o ponto focal das decisões políticas e sociais (SOUZA, 2015).

Jamerson argumenta que esse “presentismo” tem consequência “lógica e histórica” (SOUZA, 2015, p. 7); trata-se do cancelamento da “possibilidade de construção de qualquer projeto societário alternativo à sociabilidade vigente” (SOUZA, 2015, p. 7). Por outro lado, nem sempre é possível estabelecer em linhas claras uma identidade entre conservadores e reacionários, pois o princípio de prudência na política é cara aos primeiros; sendo assim, “quando o antagonista político é reacionário, um conservador pode aparecer como elemento de avanço, porque valoriza o dado imediato instituído, em desfavor de mudanças potencialmente regressivas” (SOUZA, 2015, p. 8).

Outro ponto que é destacado por Souza (2015) é a característica notável do conservadorismo moderno no que se refere à construção de sua autoimagem. Isso diz respeito à representação que os próprios conservadores elaboram sobre si mesmos, bem como ao seu significado social e histórico. Essa autoimagem,

destaca o autor, é moldada por aquilo que poderíamos chamar um “existencialismo conservador” com nuances irracionistas.

Uma peculiaridade dessa construção de identidade, ainda segundo o autor, é a tendência de atribuir o conservadorismo a certos “traços de personalidade”. De acordo com essa perspectiva, os conservadores se mostram cautelosos e apegados à situação social vigente conforme ela se apresenta no presente. Além disso, o conservadorismo é qualificado como uma “forma de ser” ou uma “atitude mental” que tende a ser crítica em relação a mudanças significativas.

Souza (2015) também aponta que tal característica interrompe qualquer debate sobre o conservadorismo, pois ao considerá-lo apriorístico, como parte da natureza humana, o debate se torna estanque, deixando de explorar nuances de caráter histórico e político. Para este autor, o que difere, desse ponto de análise, do conservadorismo moderno do clássico pode ser resumido da seguinte maneira:

(i) eles dificilmente assumem uma filiação teórica ou tradição ideológica, considerada pejorativamente como dogmas; (ii) diferentemente dos primeiros conservadores, os contemporâneos valorizam o presente e não são nostálgicos de formas sociais passadas; (iii) aproximam-se do pragmatismo, ou, no mínimo, de um acentuado empirismo, na medida em que valorizam “o possível”, a situação dada tal como se apresenta; (iv) atualmente, conservadorismo não significa oposição a qualquer tipo de mudança, mas a determinados tipos específicos de mudança, a saber, aquelas que possam ser desencadeadas pelas classes dominadas (SOUZA, 2015, p. 11).

Portanto:

Essa mudança de significado, ampliando o leque de possibilidades teóricas e políticas, apoiada também sobre uma concepção “presentista”, aproximada às tendências do pragmatismo, constrói a possibilidade para uma aproximação com o pensamento liberal (SOUZA, 2015, p. 11).

No texto aqui analisado, o autor ainda aponta a relação do conservadorismo com a razão como categoria. O pensamento conservador moderno afirma que a razão é um elemento importante para o desenvolvimento da sociedade e do processo de conhecimento. Por outro lado, porém, os intelectuais conservadores são críticos do racionalismo como corrente de

pensamento, mas não abraçam de forma nítida o irracionalismo.

Os conservadores reconhecem a necessidade de aprimoramento das relações humanas. Porém, qualificam como arrogantes e descabidas as tentativas de construção de relações sociais a partir dos princípios do racionalismo moderno. Isso porque, supõem os conservadores, o racionalismo persegue a pueril ideia de “perfeição humana” e “não é possível reduzir os problemas de uma comunidade a simples equações ou postulados que a razão acabaria por resolver por si só” (COUTINHO, 2014, p. 36). Por outro lado, também não abraçam abertamente o irracionalismo. O irracionalismo, extremo oposto da razão, por sua vez, abriria espaço demasiado para arbitrariedades subjetivas em termos de ação política e social (SOUZA, 2015, p. 11-12).

Oakeshott (*apud* SOUZA, 2015) argumenta que o racionalismo valoriza o saber técnico-teórico em detrimento do saber prático. Para os conservadores, o conhecimento prático, oriundo da experiência, é mais relevante e valioso quando se trata de orientar a ação social. Ou seja, eles acreditam que a sabedoria que vem da vivência e do trato com as circunstâncias do mundo real oferece as melhores diretrizes para tomar decisões em contextos sociais e políticos.

Por outro lado, o saber teórico é visto como inclinado a derivar posições políticas a partir de construções ideais, desconsiderando as condições objetivas de uma sociedade específica. Isso significa que, na visão dos conservadores, o conhecimento teórico tende a ser abstrato e a ignorar as complexidades e as realidades concretas de uma sociedade. Eles veem essa abstração como um problema, pois acreditam que leva a análises e políticas que não se ajustam adequadamente às situações reais e às necessidades da sociedade. Por isso, para esses conservadores, “em nome do cálculo racional e das antecipações lógicas dos desdobramentos das ações políticas, os revolucionários (entendidos sempre como ‘totalitários’) tendem a levar a cabo suas doutrinas a qualquer custo” (SOUZA, 2015, p. 12); para um conservador “agir racionalmente, do ponto de vista conservador, é manejar com destreza o ‘saber prático’” (SOUZA, 2015, p. 13).

Quanto ao processo de individuação, o conservadorismo situa como central o tradicionalismo. Para esses, as tradições “oferecem os elementos imprescindíveis para a inserção do indivíduo na sociedade” (SOUZA, 2015, p. 15).

Uma característica notável do conservadorismo moderno é o

reconhecimento e a valorização da função pedagógica das tradições sobre os indivíduos. Nesse contexto, as tradições desempenham o papel de transmissores de valores essenciais para a vida em sociedade; elas têm o poder de moldar a visão de mundo dos indivíduos, fazendo com que tais valores sejam internalizados e se tornem parte da “segunda natureza” das pessoas. Isso implica que esses valores passam a orientar o comportamento de maneira quase espontânea, transformando-se em hábitos e costumes arraigados: “[...] ao indivíduo cabe receber o que foi preservado; desfrutar dessa herança como fiel depositário; e passá-la às gerações vindouras em uma cadeia que se percebe como invisível e interminável” (COUTINHO *apud* SOUZA, 2015, p. 16). Nesse sentido, também é valorizado o preconceito como sistema de valores acumulados. Ancora-se nessa perspectiva a defesa de um arco de reformas possíveis, ou seja, pequenas mudanças dentro dos limites colocados pela tradição, servindo como barreira preventiva frente a possíveis situações revolucionárias. “São mudanças localizadas, específicas, transitórias, pontuais, paulatinas, absolutamente necessárias para evitar a degradação de algum traço da tradição” (SOUZA, 2015, p. 16).

Souza (2015), na conclusão de suas análises sobre o conservadorismo moderno, enfatiza a aproximação entre esse ideário e o capitalismo e exemplifica que Margaret Thatcher, uma figura proeminente do conservadorismo, causou inicialmente agitação ao explicitamente defender a implementação da agenda neoliberal durante seu governo no Reino Unido na década de 1970, pois essa agenda desembocou em uma série de medidas abrangentes que resultaram em mudanças substanciais nas instituições estabelecidas, incluindo “desregulamentação, liberalização, privatizações e reformas tributária, fiscal, monetária, trabalhistas, entre outros encaminhamentos político-institucionais” (SOUZA, 2015, p. 17).

O ponto de destaque aqui é que, ao final de seu governo, os conservadores pareciam menos resistentes às mudanças institucionais dentro do contexto do capitalismo. Isso reforçou o argumento de que, se o capitalismo reflete a natureza comercial inerente aos seres humanos, então as reformas que promovem a expansão das liberdades de mercado estão alinhadas com essa natureza.

Essa mudança de postura implica que, para preservar o sistema

estabelecido, é necessário abraçar as reformas institucionais que se tornaram necessárias para acompanhar a dinâmica do capitalismo em crise. Isso representa uma evolução no conservadorismo, que inicialmente poderia ser mais resistente às mudanças institucionais, para uma posição mais pragmática, em que as reformas são consideradas uma forma de garantir a estabilidade e a continuidade do sistema capitalista.

Desde então, na pauta teórica do conservadorismo, não são mais estranhas algumas concepções fundantes do liberalismo/liberismo. Entre outras palavras, toma assento a ideia do capitalismo como universalização natural das relações de troca e intercâmbio, desdobramento do homo economicus. As ideias sobre as funções do Estado, dos mercados, do individualismo (autodeterminação pelo mercado), também deixaram de causar desconforto aos (“neo”) conservadores (SOUZA, 2015, p. 17-18).

A reconciliação, continua Souza, se consagrou com a incorporação da ideia de que “o lucro é a mediação fundamental do desenvolvimento, individual e coletivo” (2015, p. 18). Disso decorre a argumentação de que o mercado é o espaço de desenvolvimento das capacidades humanas. O trabalho intelectual dos conservadores, então, seria unir os elementos burkenianos aos de Adam Smith; realizado esse esforço, poderiam agora os conservadores reclamarem de preceitos liberais dentro das tradições conservadoras.

Até aqui podemos perceber que o pensamento conservador tem sofrido inflexões desde sua gênese, e que de última, acabando pela rotação de eixo completo, passando a assumir posições liberais. No Brasil, o pensamento conservador sofre mutações iminentes de acordo com nossa realidade concreta. Para continuar o estudo, é necessário, então, partir para o particular, a formação social de nosso país. Tal análise nos dá subsídios para refletir sobre a particularidades do conservadorismo nacional.

### 3 PARTICULARIDADES DA CONSTRUÇÃO DO CAPITALISMO: A AFIRMAÇÃO DE RELAÇÕES DE PODER SOB O IDEÁRIO CONSERVADOR

No contexto das considerações expostas no capítulo anterior, ao delimitarmos os aspectos gerais do conservadorismo clássico e sua subsequente “modernização”, é imperativo investigar traços fundamentais da construção do capitalismo brasileiro devido à nossa compreensão de que as ideias conservadoras no país não constituem um mero mimetismo das correntes conservadoras existentes, mas, em vez disso, representam o desdobramento singular de uma evolução intrinsecamente ligada ao capitalismo nacional.

Inúmeros intelectuais e militantes políticos dedicaram-se à árdua tarefa de elucidar a complexa realidade social e econômica brasileira, em sua gênese, a fim de demonstrar os desdobramentos que dela surgiram. É possível afirmar que, apesar das divergências teóricas e das conseqüentes diferenças em suas conclusões e manifestações práticas e políticas que dela decorrem, bem como das abordagens singulares adotadas por diferentes pesquisadores, há uma linha de pensamento convergente saturada entre os autores abordados nesta análise. Essa linha de pensamento converge na perspectiva da formação do capitalismo brasileiro como um elemento intrinsecamente vinculado à produção e à reprodução do capitalismo mundial e como isso consolidou uma burguesia nacional *sui generis*, igualmente, portanto, vinculada à burguesia internacional.<sup>11</sup>

No âmbito daqueles que se identificam dentro do campo marxista, é notório que esse modelo analítico frequentemente surge como uma reação crítica, em grande parte, à percepção considerada etapista e esquemática adotada pelos intelectuais e líderes do Partido Comunista Brasileiro, assim como pela Terceira Internacional Comunista após a era de Lenin, durante seu processo

---

<sup>11</sup> No contexto do nosso trabalho, é crucial enfatizar que nossa abordagem se concentrou na extração do método e da essência das argumentações dos autores que serão referenciados. Não buscamos, como objetivo de nossa análise, aprofundar-nos nas divergências entre as várias correntes dentro da tradição marxista que explicam a formação social e econômica do Brasil, embora reconhecamos que esse trabalho se mostra produtivo e bastante frutífero. No entanto, a título informativo, é relevante mencionar algumas correntes que desempenharam um papel significativo nessa direção e tiveram destaques em diferentes momentos históricos do pensamento sobre o Brasil e seu desenvolvimento: a perspectiva da Cepalina, a Teoria Marxista da Dependência, as análises de orientação stalinista (teoria consagrada) e a Análise Interpretativa.

de stalinização: trata-se do “Marxismo dogmático” que “transpunha de forma mecânica e reducionista as análises de Marx, Engels e de Lenin das realidades particulares europeias para formações sociais asiáticas e latino-americanas” (MAZZEO, 2015, p. 21).

As análises oriundas da corrente interpretativa ligadas à III Internacional Comunista procuravam fazer uma aplicação artificial dos manuais do chamado marxismo revisionista para a interpretação da realidade brasileira. Conforme TRASPADINI e STEDILE (2011, p. 18):

Assim, concluíam, de forma até primária mesmo para a década de 1960, que a sociedade brasileira estava submetida à pobreza e desigualdade porque nela predominava, nas relações de produção, relações pré-capitalistas - e feudais, no meio rural - que impediam o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, além de sofrermos com os males das relações pré-capitalistas, sofríamos também o impacto do domínio do imperialismo estadunidense. Diante dessa análise, decorria uma estratégia e uma ação política que defendiam a necessidade de se aprofundar no desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, como forma de superar o atraso econômico. Além disso, dadas as particularidades da elite conservadora, era necessário realizar uma revolução burguesa para a conclusão da etapa capitalista da sociedade e, somente depois, dar passos rumo às mudanças transformadoras protagonizadas pela luta dos trabalhadores. Defendiam, portanto, como tática, a aliança dos trabalhadores com a burguesia nacional para enfrentar o imperialismo estadunidense e o latifúndio feudal.

Como se vê, a mecanicidade da explicação oriunda das teses da III Internacional Comunista se percebe na “adequação teórica de uma linha política predefinida, em nível internacional, pela articulação dos partidos comunistas, sob a coordenação da PCUS” (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p.18). É desse método manualesco que essas teses concluíam que eram as relações pré-capitalistas e feudais que atrasariam o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, portanto o que se colocava em pauta era uma revolução burguesa (através de uma aliança dos trabalhadores com a burguesia nacional) para a conclusão da etapa capitalista e suas tarefas democráticas, para depois – de supostamente elevar as condições objetivas para a revolução proletária – as transformações dirigidas pelos trabalhadores (TRASPADINI; STEDILE, 2011).

A análise preliminar dessa posição interpretativa da realidade brasileira sob sua ótica metodológica reveste-se de importância crucial, pois é precisamente a crítica dialética sistemática a essas abordagens que deu origem

a avanços no campo do método de análise dessa realidade. Como enfatizado por Mazzeo: “Foi a crítica marxista ao chamado ‘marxismo dogmático’ que possibilitou o redescobrimto das melhores tradições dialéticas no pensamento marxiano” (MAZZEO, 2015, p. 20).

George Novack (1999) oferece uma visão – ainda no campo marxista – mais geral do desenvolvimento histórico da sociedade humana. Ele argumenta que ao longo da história diferentes segmentos da humanidade passaram por várias fases econômicas e sociais, cada uma caracterizada por um modo de produção dominante, nomeadamente escravismo, feudalismo e capitalismo. Contudo, esse fato não supõe um esquematismo analítico, compreendendo que isso não significa que “cada setor da humanidade tenha passado por esta sequência invariável de etapas históricas” (NOVACK, 1999, p. 11).

O curso real da história, a passagem de um sistema social a outro, de um nível de organização a outro, é muito mais complicado, heterogêneo e contraditório do que aquele que se pode dar num esquema histórico geral. O esquema histórico universal das estruturas sociais - selvageria, barbárie, civilização - com suas respectivas etapas, é uma abstração. É uma abstração indispensável e racional, que corresponde às realidades essenciais do desenvolvimento e serve como guia para a investigação, mas não pode subestimar diretamente a análise de nenhum segmento concreto da sociedade (NOVACK, 1999, p. 11).

Para George Novack, portanto, a história apresenta uma dualidade: ela é caracterizada pela presença tanto de regularidades quanto de irregularidades.

As “regularidades” mencionadas aqui referem-se a padrões ou tendências que podem ser identificados ao longo do desenvolvimento histórico da sociedade. Essas regularidades são fundamentadas no “caráter e desenvolvimento das forças produtivas” e no “modo de produzir os meios de vida”. Em outras palavras, as mudanças na tecnologia, na economia e na forma como as pessoas produzem e sustentam suas vidas desempenham um papel fundamental na determinação de como a sociedade se desenvolve.

No entanto, Novack também aponta que essas regularidades não se desdobram de maneira simples e direta no curso real da história. Ao contrário, o desenvolvimento da sociedade é influenciado por uma série de fatores complexos e variados. Essas influências podem ser “extremamente complexas, desviadas e heterogêneas”, o que significa que a trajetória da história não segue

um padrão linear ou uniforme, muito menos esquemático. Ainda segundo o autor, é no desenvolvimento do capitalismo, com suas diversas fases (“comercial, industrial, financeiro e capitalismo estatal monopolista”), que essa característica fica mais evidente. Considerando o capitalismo um modo de produção mundial, “cada país, mesmo que atrasado, foi levado à estrutura das relações capitalistas e se viu sujeito às suas leis de funcionamento” (NOVACK, 1999, p. 11).

Todas as nações foram compelidas à divisão internacional do trabalho, impulsionadas pelo mercado mundial do capital, e cada uma dessas nações desempenhou um papel único e variável no crescimento desse sistema econômico, impulsionando os saltos históricos desses países.

Leon Trotsky<sup>12</sup>, ao analisar o desenvolvimento da Rússia, por exemplo, é bastante enfático ao atestar que:

Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Não significa isto, porém, que siga servilmente estes países, reproduzindo todas as etapas de seu passado [...] fica, assim, excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento em diversas nações. Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada [...] autoriza um povo ou, mais exatamente, a força assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias (TROTSKY, 1978, p. 24).

No processo de desenvolvimento de um país considerado atrasado, a assimilação das conquistas materiais e ideológicas de nações mais avançadas desempenha um papel importante. No entanto, essa assimilação não implica uma mera imitação do desenvolvimento histórico, no qual o país em desenvolvimento reproduz todas as etapas do passado das nações avançadas.

É importante compreender que a história de cada nação tem suas contradições internas, e essa singularidade exclui a possibilidade de uma repetição exata das formas de desenvolvimento observadas em outros países. Quando um país atrasado é influenciado ou tem seu desenvolvimento na esteira dos países mais avançados, ele não se limita a seguir uma ordem de sucessão

---

<sup>12</sup> O tratamento dado pelo autor de *História da Revolução Russa* à questão após o ano de 1932 não incluiu a referência à “lei do desenvolvimento desigual e combinado”. Em vez disso, ele continuou a discutir duas leis distintas. Somente em 1957, ou seja, 17 anos após o falecimento de Trotsky, o filósofo estadunidense George Novack publicou um ensaio na revista inglesa *Labour Review*, no qual introduziu o conceito da “lei do desenvolvimento desigual e combinado”.

histórica mecânica.

No fundo, a situação de atraso histórico de alguns países inseridos na divisão internacional do trabalho, “sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos” (TROTSKY, 1978, p. 25). Isso significa que um país em desenvolvimento pode acelerar seu progresso, absorvendo conhecimento, tecnologia e modelos econômicos avançados antes do que seria esperado, considerando suas forças produtivas.

Ainda podemos considerar que cada nação, ao ingressar na economia mundial, contribuiu de maneira distinta para a expansão do capitalismo. Isso ocorreu devido a diferenças em recursos naturais, desenvolvimento tecnológico, força de trabalho e políticas governamentais. Algumas se tornaram centros de produção industrial avançada, enquanto outras desempenharam papéis mais periféricos, fornecendo matérias-primas ou trabalho barato (NOVACK, 1999).

Essa relação e a distinção de “papéis” na divisão internacional do trabalho criaram uma interdependência. Novack afirma: “O fraco desenvolvimento capitalista nas colônias foi produto e condição do superdesenvolvimento das áreas metropolitanas, que se realizou às custas das primeiras” (NOVACK, 1999, p. 11). No entanto, salienta que essa interdependência não significa que os países em questão sigam pautas idênticas ou “possuam a mesma características”.

Desta “lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra que lei” (TROTSKY, 1978, p. 25), a “lei do desenvolvimento combinado”, que emerge como uma decorrência da primeira. Refere-se à tendência de aproximar diferentes etapas de desenvolvimento, combinando fases diferenciadas e misturando formas arcaicas com as mais modernas. Essa lei sugere que, em sociedades que experimentam desigualdades no ritmo de desenvolvimento, é comum observar a coexistência de elementos tradicionais e avançados, muitas vezes em um mesmo contexto.

A relevância dessa lei é particularmente destacada ao considerar países que estão se modernizando na interdependência de outros que já passaram por esse processo. Na Rússia e em países semelhantes, que podem ser considerados “chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha” (TROTSKY, 1978, p. 25), a história é frequentemente marcada por uma complexa interação entre tradições antigas e elementos modernos importados

de sociedades mais avançadas.

A compreensão dessas leis é fundamental para decifrar a história de tais países, pois elas explicam por que o desenvolvimento não segue um caminho linear e por que elementos aparentemente contraditórios coexistem em sua cultura, economia e sociedade. Essa abordagem ajuda a entender como diferentes ritmos de desenvolvimento e a combinação de fases históricas podem moldar a evolução de países que estão em um estágio posterior de modernização. Essa digressão realizada, e por nós entendida como necessária, tem o papel de pavimentar a investigação a que propomos do desenvolvimento social e econômico brasileiro, pois em nossa análise o Brasil, pela via da colonização portuguesa, demonstrou as tendências gerais da lei do desenvolvimento desigual e combinado.

### 3.1 DA QUEDA DO FEUDALISMO ÀS COLÔNIAS: O CASO BRASILEIRO

Para dar início às nossas reflexões sobre a formação social e econômica do Brasil, vamos analisar um período longínquo e que, levando em conta nosso objeto de estudo, não nos interessa diretamente. Não podemos, contudo, dispensá-lo, por isso se faz necessário levantar alguns apontamentos importantes sobre um vasto período histórico para nos jogar luz aos eventos presentes que nos tomam de assalto e que, preliminarmente, este trabalho pretende abordar.

Mazzeo (2020) analisa essas bases históricas mais gerais do entendimento de Marx sobre as épocas das revoluções sem cair em explicações mecânicas ou artificialismos. Para o autor:

O ponto consagradamente entendido como crucial para a desagregação do modo de produção feudal é, sem dúvida, a crise que se abate sobre a Europa a partir do século XII, quando o modo de produção feudal encontra novas situações históricas, que o pressionam em sua base fundamental (MAZZEO, 2020, p. 30).

Como aponta o autor, é amplamente reconhecido que a crise que surgiu a partir do século XII teve um papel determinante na desagregação do sistema feudal. Também considera que essa crise não se originou de forma isolada, mas

sim como resultado da interação de diversas situações históricas que exerceram pressão sobre os fundamentos do feudalismo.

Para explicar melhor essa ideia, recorreremos a Karl Marx, em seu famoso “Prefácio” de 1859<sup>13</sup>, que de forma bastante resumida nos explica os mecanismos gerais de toda mudança social. Conforme o autor:

Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social [...] uma formação social nunca decai antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e **nunca surgem relações de produção novas e superiores antes de as condições materiais de existência das mesmas terem sido chocadas no seio da própria sociedade velha. Por isso a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver**, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece onde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução (MARX, 2008, p. 47, grifo nosso).

No trecho analisado, Marx explora a dinâmica central do progresso social e econômico. Seu trabalho está centrado na percepção de que em um estágio particular do desenvolvimento de uma sociedade, as forças produtivas, entram em conflito com as estruturas de produção existentes e as relações de propriedade que as sustentam, as relações de produção.

Essa contradição emerge quando as formas de avanço das forças produtivas superam as estruturas estabelecidas, tornando-as “entraves” que restringem o avanço. Esse momento marca o início de uma era de transformação social, na qual as estruturas antigas são questionadas e podem ser substituídas através de uma revolução social.

Sendo coerente com essa linha de pensamento, Marx salienta que uma

---

<sup>13</sup> Prefácio escrito em 1859, para a publicação de sua obra *Contribuição à crítica da economia política*: “No Prefácio pela primeira vez tem-se uma visão integral do mundo por intermédio de uma coleção de disciplinas científicas que versam sobre o desenrolar da história e que provam como e a razão pela qual as formações sociais, especialmente a capitalista, aparecem e têm certas características singulares em seu percurso. No entanto, demorou muito para que os intelectuais encontrassem o conjunto completo da teoria e das ideias concatenadas sobre as quais Marx ali tratava, neste texto ainda fragmentário, embora inteligível. Com o aparecimento, em 1939, de *Grundrisse* [...], editados pelo Instituto Marx-Engels Lenin de Moscou, é que se teve a resposta para as ousadas generalizações que se não de encontrar no Prefácio” (SANTOS, Roberval de Jesus Leite dos. A autonomia da ciência histórica. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 3, p. 71-85, 2006).

sociedade não declina até que todas as forças produtivas adequadas estejam completamente desenvolvidas. Além disso, as novas e superiores formas de organização na produção só emergem quando as condições materiais para sua existência se estabelecem na sociedade já existente. Por isso, há o entendimento de que a humanidade se confronta apenas com desafios que podem ser resolvidos com base nas condições materiais disponíveis.

Em termos mais precisos, uma nova estrutura social surge organicamente da estrutura anterior, sendo esta última, de acordo com movimento histórico-dialético, responsável por estabelecer as condições objetivas para o desenvolvimento pleno da primeira dentro de si mesma.

Entre essas situações históricas, Mazzeo, em interlocução com os autores Anderson e Dobb, considera que:

O fator mais profundo desta crise geral reside, provavelmente, no colapso dos mecanismos de reprodução do sistema num ponto limite das suas capacidades últimas. Parece particularmente claro que o motor básico que impulsionará durante três séculos toda a economia feudal, a recuperação das terras incultas, acabou por levá-lo para além dos limites objetivos da estrutura e da sociedade. A População continuava a aumentar enquanto era cada vez menor a rentabilidade nas terras marginais ainda suscetíveis de conversão em função do nível técnico existente, e os solos deterioraram-se devido aos erros de exploração e ao caráter febril destas atividades (ANDERSON *apud* MAZZEO, 2020, p. 32).

O autor também considera que esse “processo dialeticamente gera seu oposto, já que a expansão da agricultura medieval permitirá, contraditoriamente, sua dissolução” (MAZZEO, 2020, p. 32). “Estes fatos são a prova evidente de uma crise das forças produtivas dentro das relações de produção dominantes, [...] indicam precisamente o que Marx entendia por contradição estrutural entre ambas” (ANDERSON *apud* MAZZEO, 2020, p. 33). É somente ao empregarmos esse arcabouço teórico que podemos compreender o fundamento das contradições no seio do feudalismo, ou seja, “no que se potencializou com sua negação”, “onde o tensionamento maior entre as forças produtivas e as relações de produção” permite o surgimento “de uma particularidade que iniciou seu caminho na direção de tornar-se universalidade” (MAZZEO, 2020, p. 34).

Recorrendo a Karl Marx, Mazzeo (2020) aponta três elementos fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo a partir do feudalismo: a) as relações sociais rurais, que permitiram a emancipação do servo da gleba; b)

o desenvolvimento das artesanias urbanas que passam a produzir mercadorias independentes e especializadas, livres e sob a forma artesanal; c) a acumulação de riqueza monetária oriunda das relações comerciais nascentes.

É a interação desses elementos que criará condições objetivas do “ir sendo’ da nova entidade que surge das entranhas da velha e propiciará a passagem de uma qualidade à outra” (MAZZEO, 2020, p. 34).

É importante notar que Mazzeo (2020), no melhor uso do materialismo dialético, argumenta que essa construção da *nova qualidade* só é inteligível se compreendermos que a sociedade feudal, como forma societal, é superior ao escravismo, pois o “aspecto da servidão que aparece como uma relação social que historicamente possibilita ao servo desenvolver-se [...] diferenciado do escravismo antigo” (MAZZEO, 2020, p. 35), é essa peculiaridade histórica que o possibilita se tornar livre, no momento em que se acirram as contradições internas do sistema feudal.

Nesse panorama, as cidades desempenharam um papel central. Elas eram verdadeiros polos de interação, concentrando conhecimento em várias esferas da vida, incluindo política, ética-cultural e militar. Mesmo estando intrinsecamente ligadas ao modo de produção feudal, as cidades medievais desempenhavam uma função crucial dentro desse sistema (MAZZEO, 2020).

O trabalho artesanal e corporativo, típico das cidades medievais, representava uma forma essencial de divisão do trabalho feudal. No entanto, o que torna esse período interessante é que essa forma de trabalho acabou se tornando um dos pontos críticos na dissolução do próprio feudalismo, como observa Mazzeo (2020), em análise do *Grundrisse* de Karl Marx (MAZZEO, 2020, p. 36)

A oposição entre cidade e campo foi um elemento chave nesse processo. A urbanização do campo se tornou uma perspectiva importante. O artesanato medieval ganhou destaque porque não era apenas uma fonte de habilidade no trabalho, mas também se tornou propriedade. Isso introduziu uma separação potencial entre o trabalho e as outras condições de produção, fator importante na direção da individualização do trabalho (MAZZEO, 2020).

Essa característica do artesanato, aliada a uma estrutura agrária em transformação, permitiu o desenvolvimento de uma atividade de mercado. Inicialmente limitada, coexistiu com formas econômicas preexistentes, mas

eventualmente as superou (MAZZEO, 2020).

Assim, a desintegração do trabalho servil e o surgimento das manufaturas converteram todas essas formas de produção em atividades capitalistas. Os trabalhadores livres, que anteriormente estavam fora das guildas, passaram a ser assalariados (MAZZEO, 2020.).

Nas palavras de Mazzeo (2020), a trajetória que conduz à desagregação do sistema feudal é interpretada como nada menos do que o processo identificado por Marx como a “subsunção formal do trabalho ao capital”. Esse conceito é de suma importância para compreender a evolução do sistema econômico e social. Refere-se a uma fase específica na transição do feudalismo para o capitalismo. Durante essa fase, as relações de produção capitalistas começam a se estabelecer, mas ainda de forma incipiente. Isso implica que o trabalho começa a ser organizado de acordo com as relações capitalistas, ou seja, com o objetivo de gerar lucro para os proprietários dos meios de produção (os capitalistas). No entanto, a transformação não é completa; ainda há resquícios das antigas relações feudais (MAZZEO, 2020).

É nesse contexto geral de desagregação do feudalismo que se coloca a formação do reino português. Segundo o autor:

Esse pequeno condado, a partir de 1143, sob a liderança de Afonso Henrique, torna-se um reino independente e, determinado pela especificidade histórica da Península Ibérica, não fugirá à sua característica *sui generis*, isto é, de um reino que se desenvolve incorporando um feudalismo em decadência. Por isso encontraremos em Portugal, junto às relações servis de produção, típicas do feudalismo, atividades econômicas novas e um florescimento de atividades mercantis e de cidades, basicamente no litoral. Essas condições históricas permitem o desenvolvimento, entre os séculos XII e XIII, de outras atividades econômicas e de prática políticas diversas das que se caracterizam como essencialmente feudais (MAZZEO, 2020, p. 41).

Essa crise do feudalismo, conforme a dinâmica geral das transformações sociais, lançará condições objetivas profundas que desencadearam, em Portugal, a Revolução de 1383<sup>14</sup>, motor da expansão marítimo-comercial lusitana e que tem como bases as conquistas que as classes plebeias realizaram no percurso dos séculos XII e XIII. Trata-se de conquistas importantes, que

---

<sup>14</sup> Revolução de Avis.

arrancando concessões importantes da classe feudal alteraram fundamentalmente sua estrutura produtiva. Esse fato abriu caminho para o avanço da burguesia mercantil, que nunca mais perderia participação em nível político e econômico (MAZZEO, 2020).

O novo governo, implantado em 1383, trabalha, desde logo, na criação de uma estrutura administrativa centralizada, priorizando as atividades burguesas em detrimento das feudais. A subida do Mestre de Avis ao trono inaugura, portanto, um Portugal com estatura de Estado Nacional Moderno, de caráter absolutista<sup>15</sup>.

Mazzeo (2020) argumenta que é o mercantilismo o real determinante do Estado absoluto, sendo uma atividade regulamentada pelo Estado e efetivada pelas ações da burguesia, realizando objetivamente a política econômica de uma era de acumulação primitiva. Dessa análise, o autor chega à conclusão de que o Estado português contém os elementos históricos – constitutivos do Estado absolutista de modo pioneiro, o que engendra condições na empreitada da expansão marítima. Tal expansão, retoma Mazzeo (2020), tem com fim *a priori* a intensificação da circulação para posteriormente, já no século XVI, a ampliação de produção de mercadorias direcionadas para o mercado europeu.

A política expansionista portuguesa emerge para responder às necessidades das manufaturas e dos Estados protecionistas das atividades da burguesia. Portanto:

[...] Portugal se integra ao grande processo de acumulação capitalista, onde já estão postas as condições do amplo desenvolvimento das forças produtivas que desembocaram na Revolução Industrial, na qual as colônias americanas terão um papel fundamental. E, movida justamente pelas necessidades expansionistas do capital, a Europa, após deslumbrar-se com as maravilhas naturais americanas, transformará o continente em seu imenso pomar, em seu inferno e em seu paraíso (MAZZEO, 2020, p. 53).

No século XVI, Portugal desempenhou um papel fundamental na expansão do sistema capitalista por meio de suas atividades de colonização nas Américas e em outras partes do mundo. A busca por novas rotas comerciais e fontes de riqueza foi motivada pelas crescentes demandas da economia

---

<sup>15</sup> Mazzeo (2020) trava uma interlocução riquíssima quanto ao método e demonstra que o absolutismo é parte importante da ascensão do capital.

capitalista emergente na Europa. A exploração de territórios distantes, com suas riquezas naturais, tornou-se uma parte integral desse processo de acumulação de capital.

De modo geral, a expansão territorial e as descobertas de novas terras durante os séculos XVI e XVII foram fundamentalmente impulsionadas pela necessidade de produzir mercadorias para um mercado europeu em rápido crescimento. Nesse contexto, as terras recém-descobertas foram destinadas à produção em grande escala, visando atender à demanda crescente por produtos no continente europeu.

O aspecto crucial que determinou a ocupação das colônias, portanto, foi a necessidade de produzir mercadorias valiosas para exportação. Essas mercadorias incluíam produtos como metais preciosos, especiarias, açúcar, tabaco e outros recursos naturais que eram altamente valorizados nos mercados europeus. A expansão da economia de mercado na Europa, impulsionada pelo crescimento e desenvolvimento do comércio, criou uma demanda constante por essas mercadorias.

O sistema colonial, portanto, desempenhou um papel fundamental ao integrar a produção colonial com os mercados europeus. Assim, é importante destacar que o sistema colonial não pode ser compreendido isoladamente, mas sim em relação ao modo de produção capitalista emergente na Europa. As colônias desempenharam um papel importante no fornecimento de recursos e mercadorias que alimentaram o crescimento do capitalismo europeu. Portanto, a colonização e a produção em grande escala de mercadorias foram elementos essenciais que contribuíram para o surgimento e a manutenção do sistema colonial, que por sua vez estava intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista europeu.

Entendemos que é a necessidade de produção de mercadorias para um mercado que se ampliava enormemente, na Europa, que é o aspecto determinante da ocupação das terras descobertas, destinando-as à produção em grande escala. Assim, a expansão da economia de mercado e a utilização das colônias como centros produtores de mercadorias altamente valiosas darão sentido à existência de um sistema colonial do mercantilismo, cabendo a ele o papel de integrar a produção colonial aos mercados europeus. O sistema colonial, portanto, expressa o papel das colônias na produção mundial, que efetivamente se estruturam. Assim a colonização e a produção em grande escala de mercadorias determinaram o surgimento do sistema colonial, que deve então ser entendido a partir

de sua articulação estrutural com o modo de produção capitalista (MAZZEO, 2020, p. 57).

Buscamos até o momento identificar elementos que evidenciam a estreita relação entre a colonização Portuguesa do Brasil e o emergente sistema capitalista. É notável que traços essencialmente capitalistas estejam intrinsecamente entrelaçados na gênese da colonização. Agora, estamos preparados para empreender uma dissertação mais esclarecedora acerca do período colonial brasileiro.

### **3.1.1 Alguns Apontamentos Sobre a Colonização Portuguesa do Brasil Escravista**

É preciso ainda elucidar seus argumentos sobre a questão escravista no Brasil, tema complexo que traz muitas e diversas investigações e nos parece ser a razão de confusões sobre o modo de produção brasileiro no período colonial.

O pensamento de Karl Marx em relação à escravidão africana durante a era colonial europeia nas Américas é de grande relevância para nossa pesquisa. Marx não enxergava essa forma de escravidão como uma mera repetição das práticas antigas, como as observadas em escravidões antigas, mas sim como algo profundamente distinto. Essa perspectiva pode ser analisada à luz de sua teoria sobre a produção de valor e a exploração capitalista.

Marx argumentou que a escravidão atingia sua forma mais “odiosa” em uma situação de produção capitalista. Isso decorre do fato de que, sob o capitalismo, o valor de troca torna-se o elemento determinante da produção. Nesse contexto, a força de trabalho, mesmo na forma de escravidão, é tratada como uma mercadoria cujo valor é medido pela quantidade de trabalho que pode ser extraída dela. Essa lógica de valorização da força de trabalho, combinada com a busca incessante de lucros capitalistas, resultava na extensão implacável da jornada de trabalho. As pessoas escravizadas eram forçadas a trabalhar até a exaustão e, muitas vezes, até a morte. Essa exploração desumana era alimentada pela ânsia de maximizar a produção de valor, em detrimento da dignidade e da vida dos escravizados (ANDERSON, 2019).

A existência do trabalho escravo nas colônias europeias traz algumas

confusões quanto ao modo de produção que aqui se processava; seria ininteligível a combinação entre trabalho escravo e capitalismo se não observamos o que nos mostra Mazzeo. Para o autor, a formação de uma estrutura escravista nas colônias americanas são uma “formação social particular de universalidade capitalista” (MAZZEO, 2020, p. 71).

Vemos que, para Marx, as leis universais, que existem e que são determinadas pela própria dinâmica que o modo de produção capitalista engendra (enquanto universalidade), somente objetiva-se - concretam-se - a começar do particular, onde, então, a universalidade se realiza (MAZZEO, 2020, p. 71).

Mazzeo (2020) ainda argumenta que as características particulares de uma sociedade capitalista específica são, na verdade, concretizações ou manifestações da universalidade do sistema capitalista. Em outras palavras, tais, como suas leis de trabalho, sistema financeiro, estrutura de classes, cultura empresarial, entre outras, são expressões da lógica subjacente do capitalismo em si.

Ao enfatizar a “mediação”<sup>16</sup> entre a particularidade e a universalidade, o autor sugere que a maneira como o capitalismo se manifesta em uma sociedade específica não é arbitrária. Pelo contrário, essas manifestações são moldadas pela interação complexa entre as características únicas dessa sociedade e os princípios universais do capitalismo. Isso significa que, para entender plenamente o funcionamento de um sistema capitalista em determinada sociedade, é necessário analisar como as características específicas dessa sociedade se relacionam com os princípios gerais do capitalismo.

Munido dessa compreensão, Mazzeo (2020) chega à conclusão de que a introdução do trabalho escravo nas colônias europeias, e aqui se circunscreve o caso brasileiro, que se constitui como um processo coadjuvante da acumulação capitalista na Europa. Trata-se aqui da situação histórica do trabalho no século XVI; a disponibilidade do trabalho livre ainda se encontrava em pequeno número em regiões específicas da Europa Ocidental, onde o processo de desenvolvimento capitalista ainda era incipiente; esse fato,

---

<sup>16</sup> “É na mediação entre a particularidade e a universalidade que se estabelecem as concreções do modo de produção - o capitalismo. Assim, a particularidade, enquanto concreção da universalidade, não é mais do que a própria formação social (MAZZEO, 2020, p. 71).

combinado com a necessidade de produção ampliada, derivante do mercantilismo em ascensão, é o aspecto fundamental para o trabalho escravo nas colônias.

Assim, o escravo africano revela-se como o agente de trabalho historicamente possível quando se dá a colonização portuguesa por via da grande propriedade açucareira; ele constituía o único que poderia ser compelido a trabalhar inteiramente a serviço do outro. Além disso, ele revela-se o agente de trabalho adequado à produção vinculada ao comércio do açúcar; podia ser acrescentado [ou retirado] conforme as tendências de expansão (FRANCO *apud* MAZZEO, 2020, p. 76).

Nesse sentido também intervém Caio Prado Júnior (2011), que nos explica que a questão da mão de obra nas colônias tropicais, incluindo o Brasil, apresenta uma diferença marcante em relação à experiência colonial de países como a Inglaterra. Enquanto lá havia uma abundância de trabalhadores brancos dispostos a emigrar a qualquer custo, tal fato era o que caracterizava a força de trabalho na Espanha e em Portugal, que detinham a maioria dessas colônias.

Em Portugal, a escassez de população era tão significativa que, até meados do século XVI, grande parte de seu território permanecia inculta e abandonada. A falta de braços disponíveis era um desafio em todas as direções, e, como resposta a essa carência, a mão de obra escrava foi empregada em uma escala crescente. Inicialmente, consistia principalmente de mouros, que eram provenientes tanto do que havia sobrado da antiga dominação árabe quanto dos aprisionados durante as guerras que Portugal conduzia desde o início do século XV em seus domínios no norte da África.

Posteriormente, a chegada de africanos negros também se tornou uma parte significativa da força de trabalho escrava em Portugal. A partir de meados do século XV, os negros africanos começaram a ser trazidos para o reino, e essa migração aumentou progressivamente.

Tal situação contrastava fortemente com a realidade na Inglaterra, onde a disponibilidade de braços brancos para a emigração era considerável. Essa diferença fundamental na oferta de mão de obra teve implicações profundas nas práticas econômicas e sociais das colônias tropicais em comparação com as colônias britânicas, onde a predominância de trabalhadores brancos moldou de maneira distinta a dinâmica social e econômica (PRADO JÚNIOR, 2011).

Essas são as bases concretas da colonização portuguesa do

Brasil; o latifúndio escravista moderno – capitalista – marcará o desenvolvimento histórico social do país. “A colonização Portuguesa se faz pela predominância da família rural, com maneirismos aristocráticos, mas com uma sede de lucros burguesa” (MAZZEO, 2020, p. 79). Assim, a colonização do Brasil foi um prolongamento da vida europeia já no século seguinte ao analisado (XVII). Cabe salientar que o autor não considera uma mimetização da vida europeia nos trópicos, e sim uma adaptação da sociedade portuguesa no Brasil. Isso pode ocorrer ao considerarmos, segundo o autor, “os sincretismos que se materializam nas forças produtivas/relações de produção específicas determinam também os elementos particulares superestruturais/ideossociais da formação social brasileira” (MAZZEO, 2022, p. 36).

Essa adaptação da sociedade portuguesa no Brasil se apresenta como uma nova síntese, que dialeticamente constrói uma superestrutura própria, sob a forma de uma sociedade rígida, conservadora e reacionária. Sua classe dominante, por seu lugar na história brasileira, nasce sob as ordens econômica e ideológica do capitalismo imperialista. Essas são as bases fundantes do capitalismo brasileiro e sua classe dominante.

### **3.1.2 A Formação do Estado Brasileiro: o Sentido do Surgimento do Estado Burguês**

Como assinalamos no início desse tópico, ao tratarmos do desenvolvimento geral das sociedades, podemos compreender que o capitalismo não se desenvolveu de modo igual e homogêneo nos diversos países do globo. Pelo contrário, seu desenvolvimento é tortuoso e seu determinante são as condições históricas que o influenciam diretamente.

A passagem do sistema colonial para a formação do Estado Burguês brasileiro, em regra, tem respeitado esse movimento complexo e abstruso pelos motivos que vimos trabalhando até aqui.

Ruy Mauro Marini, no texto “Dialética da dependência”, também reclama que desde sua gênese a América Latina expressa uma continuidade na lógica da estrutura definida entre os países centrais e periféricos. O pensador argumenta que as colônias da América Latina contribuíram, a partir da “produção

de metais preciosos e produtos exóticos, com o aumento do fluxo de mercadorias [...] ao mesmo tempo que permitiram o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa” (MARINI, 2011, p. 132), e acabaram por sustentar o sistema manufatureiro europeu, criando condições objetivas para a Revolução Industrial. Em decorrência desta última, já no século XIX, o movimento de grande industrialização chegará na América Latina na forma de independência política. Afirma o autor:

A revolução industrial [...] corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século XIX, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra [...] ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários em troca de manufaturas de consumo e - quando a exportação supera as importações - de dívidas (MARINI, 2011, p. 134).

Ainda para Marini (2011), é a partir daí que o continente latino-americano passa a estabelecer uma relação definida com os países centrais. É a partir de então que se estabelecerá a dependência. Para o autor, o papel da América Latina, portanto também do Brasil, no desenvolvimento do capitalismo mundial se dá sob dois ângulos: a criação da grande indústria moderna teria um empecilho formidável se não dispusesse dos países dependentes na sua disponibilidade de suprimir produtos agrícolas em larga escala, fato que permitiu parte da sociedade se especializar em atividade industrial; outro aspecto destacado é o papel fundamental da América Latina para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja função cresce na medida do desenvolvimento industrial.

Nesse sentido, a análise de Florestan Fernandes (2008) ressalta que a singularidade do desenvolvimento capitalista no contexto brasileiro deve ser entendida em contraste com as nações centrais e hegemônicas do capitalismo mundial; o desenvolvimento capitalista no Brasil não seguiu um padrão – mimetização – dessas nações. O autor argumenta que, tendo em vista essa peculiaridade, a regra indireta, ou seja, a influência exercida pelas nações imperialistas sobre a América Latina, não foi apenas uma realidade histórica passageira, mas uma condição estrutural permanente. Essa influência assumiu diferentes formas ao longo da evolução do capitalismo na região, mas perdurou

como uma força constante.

Para o autor, o limite do desenvolvimento capitalista no Brasil se mostra no fato de não conseguir cumprir três passos importantes, a saber:

1º: a ruptura com a associação dependente, em relação ao exterior (ou aos centros hegemônicos da dominação imperialista); 2º: a desagregação completa do antigo regime e de suas sequelas ou, falando-se alternativamente, das formas pré-capitalistas de produção, troca e circulação; 3º: a superação de estados relativos de subdesenvolvimento, inerentes à satelização imperialista da economia interna e à extrema concentração social e regional resultante da riqueza (FERNANDES, 2008, p. 223).

Fernandes (2008) considera que a peculiaridade do desenvolvimento capitalista no Brasil é a influência persistente do imperialismo e a dificuldade em romper com as estruturas de dependência. Considera, também, que nesse desenvolvimento há continuidade de elementos de um capitalismo *sui generis* e desigualdades sociais. O autor conclui que o cerne de sua tese reside na ideia de que o desenvolvimento capitalista no Brasil sempre foi moldado pelas classes dominantes, que agiram de maneira “egoísta e particularista”. Isso permitiu que o capitalismo, em nosso país, coexistisse e, em alguns casos, exigisse a continuidade da dominação imperialista. Além disso, esse desenvolvimento foi acompanhado pela exclusão persistente da maioria da população, que não possuía acesso ao mercado e ao sistema de produção capitalista. Isso resultou em dinâmicas socioeconômicas fracas e oscilantes, que pareciam insuficientes para alcançar a universalização real do trabalho livre e a integração completa do mercado interno e do sistema de produção em bases autenticamente capitalistas, bem como a industrialização independente.

Assim, o autor sugere que a dependência e o subdesenvolvimento não foram meramente impostos de fora para dentro, mas sim parte de uma estratégia adotada pelas classes dominantes ao longo da evolução do capitalismo no Brasil. Essas classes moldaram o desenvolvimento capitalista de acordo com seus interesses, construindo, de certa forma, um capitalismo dependente como uma realidade econômica e social. As classes dominantes desempenharam um papel crucial na determinação do curso do desenvolvimento capitalista no Brasil, em detrimento de uma verdadeira autonomia econômica e social.

Para finalizar a argumentação, precisamos retomar as contribuições

significativas de Antonio Carlos Mazzeo, agora em seu livro *Fundamentos históricos da autocracia burguesa no Brasil* (2022) e suas análises sobre o processo que denomina de segunda escravidão. Para o autor, a escravidão, embora já vivida no Império Romano, distingue-se da escravidão das colônias, pois essa segunda forma gera mais valor; essa condição expressa na forma do mesmo ser dois elementos determinados por sua característica de homem-mercadoria-instrumento: primeiro, o escravo faz parte do capital fixo, já que é considerado um instrumento; segundo, ele é capital variável porque é humano que cria valor com seu trabalho e recebe uma forma, mesmo que muito precária de pagamento – esse elemento histórico particular se apresenta como forma arcaica de produção parte das relações por características excepcionais nas produções americanas apoiado em trabalho forçado.

Se atualmente não só chamamos os proprietários de plantações na América de capitalistas, mas se eles de fato o são, isso se baseia no fato de que eles existem como uma anomalia no interior de um mercado mundial fundado no trabalho livre (MARX *apud* MAZZEO, 2022, p. 44).

Esse breve resgate desenha os contornos de como o processo produtivo que se deu na periferia do sistema capitalista conformou uma via não clássica para o desenvolvimento do capitalismo inserido na ordem econômica mundial.

De todo o exposto até o momento, podemos sinalizar alguns pontos importantes para avançarmos em nossa pesquisa. O primeiro diz respeito à formação social brasileira. Como tentamos demonstrar, o Brasil – assim como a América Latina – tem se desenvolvido desde o século XVI na esteira da dinâmica do desenvolvimento capitalista mundial. Seus arranjos e rearranjos têm estreita relação com esse processo histórico. Não se operou uma revolução burguesa clássica em território nacional. A transição da economia exportadora colonial para a sociedade capitalista foi um rearranjo das forças produtivas internas, sem romper com seu contributo, imposto pela colonização e a escravidão, que serviu para o avanço da mercantilização, em primeiro momento, para posteriormente se configurar na relação com o imperialismo.

Paula Bonfim (2012) aponta que a independência do país foi resultado de um processo “conflituoso entre as classes dominantes nacionais e os objetivos da metrópole, onde permaneceu a essência das relações sociais no Brasil”

(BONFIM, 2012, p. 68). Nesse sentido, a independência nacional não contou com participação popular significativa, mas “[...] Fez-se a Independência praticamente à revelia do povo; e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A Independência brasileira é fruto mais de uma classe do que a nação tomada em conjunto” (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 45 *apud* BONFIM, 2012).

O projeto de constituição de 1823 não representava um rompimento definitivo com estruturas sociais anteriores<sup>17</sup>. Ao contrário, os legisladores brasileiros se esforçaram em adaptar princípios e normas constitucionais aos interesses políticos daquele momento histórico perpetuando a condição subalterna do país ao capitalismo mundial. Conforme Coutinho (*apud* BONFIM, 2012), é essa condição subordinada que levou o país a buscar as expressões ideológicas e culturais da Europa.

[...]. A história da cultura brasileira, portanto, pode ser esquematicamente definida como sendo a história dessa assimilação – mecânica ou crítica, passiva ou transformadora – da cultura universal [...] pelas várias classes e camadas sociais brasileiras. [...] (COUTINHO, 1990, p. 39 *apud* BONFIM, 2012, p. 69).

Ainda conforme a autora, o liberalismo europeu chega ao Brasil de um lado condizente com a realidade da produção agrária exportada para o mercado mundial, mas tais ideias eram estranhas ao país pela sua condição de produção escravista.

Essa condição sócio-histórica é determinante na construção de valores e da moral do brasileiro. O conservadorismo no país deita raízes e se perpetua assentado nessa base histórica da relação de poder complexa e dos interesses das classes dominantes em território nacional. Tais relações de poder são delineadas sob a dominação de classe que se impõe, entre outros fatores, sob o véu ideológico do paternalismo, da cultura do favor, da política de apadrinhamento; da construção de preconceitos associados a formas diversas da dominação de classes, família e dos valores eurocêntricos que deitam raízes nesse processo de construção histórica nacional.

A influência da Igreja católica com sua moral e valores é verificada

---

<sup>17</sup> A abolição dos escravos negros só foi promulgada em 1888, por exemplo.

atualmente como uma forte sustentação da ideologia conservadora. Tal instituição, porém, já fincou raízes profundas no país desde o primeiro século de colonização portuguesa.

Para Bonfim, há uma ausência de um “nexo moral” no período do Brasil-Colônia, haja vista que tínhamos num só território raças diferentes com valores e culturas totalmente diferentes; mas coube à Igreja Católica ser a portadora do nexo moral dominante com sua empreitada catequizadora desde o início da colonização.

À Igreja foi atribuído não apenas o papel de adestrar o negro e o índio em “bons cristãos”<sup>18</sup>, mas também a responsabilidade de ser uma instância moralizadora. Ao mesmo tempo que disseminava os valores cristãos da necessidade de obediência a Deus através da catequização, também disseminava a obediência ao Estado pela educação.

A Igreja Católica entendia os ritos religiosos e culturais de negros e índios como feitiçaria e profanação, portanto eram combatidos, sistematicamente, de forma violenta. Registra-se, com esse fato, a gênese do preconceito que se estende até os dias de hoje em relação a cultura e religião de matrizes africanas, por exemplo.

Desde o início da formação social brasileira, negros e índios foram tomados como raças inferiores; submetidos ao homem branco, à religião cristã e à cultura europeia. Estabeleceu-se uma equivalência entre ser negro e ser um indivíduo privado de liberdade e autonomia, assim como uma relação entre trabalho braçal e valores depreciativos; concretizou-se um cenário de dominação marcado pelo “senhor branco, administrador, proprietário, político, intelectual, bispo, general, em detrimento do escravo, negro, trabalhador no eito e no ofício, engenho e fazenda, cafezal e moenda” (IANNI, 2004, p.105 *apud* BONFIM, 2012, p. 64). Não seria absurdo considerarmos o preconceito atual, ainda contido nas camadas mais pobres e negras; a da pobreza tem raízes históricas e é perpetuada até os dias atuais.

Outro ponto importante de análise é que até meados do século XVII a autoridade da Coroa portuguesa era limitada, ou seja, cabia à “Coroa [...] providenciar uma mínima estrutura administrativa e receber os proventos fruto

---

<sup>18</sup> O que a autora aponta que não se deu sem conflitos.

do processo de exploração da colônia” (BONFIM, 2012, p. 61), tornando a sua administração uma forma bastante rudimentar. Assim, os senhores proprietários de terra também detinham o poder político na colônia e “agiam de acordo com seus interesses, usando, na maioria das vezes, de autoritarismo e de violência” (BONFIM, 2012, p. 61). É nessa esteira que é possível afirmar que as relações autoritárias fazem parte da constituição de nosso país.

Esse arranjo é representativo de uma forma autoritária e patrimonialista de gestão dos espaços públicos, em que a noção de bem coletivo ou público praticamente não existia como valor em si, mas sim como uma extensão dos interesses privados da classe colonial. Dessa maneira, as dinâmicas de poder e as relações de dominação que caracterizaram o Brasil colonial deixaram uma herança que se perpetua em estruturas sociais e culturais que ainda hoje se refletem nas dificuldades de consolidação de um sentido coletivo e democrático no país.

Enquanto o liberalismo clássico oculta os conflitos de classe ao defender a “igualdade perante a lei”, no Brasil essa igualdade formal é contradita pela prevalência do sistema de favor, que, na prática, subverte essa igualdade ao favorecer amigos e penalizar adversários, evidenciado pelo ditado “para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei”.

Essa lógica é reforçada pelo autoritarismo, que transforma o favor em uma prática paternalista. O discurso burguês liberal, predominante na Europa, ao ser ajustado à formação social brasileira, adquire uma característica própria: torna-se autoritário, mas com uma aparência “bonachona e benevolente” (CERQUEIRA FILHO *apud* BONFIM, 2012, p.70). Esse paternalismo, segundo Cerqueira Filho, ao mesmo tempo que ajusta o discurso liberal à realidade brasileira, expõe suas contradições, ao perpetuar desigualdades sob o manto de uma retórica de igualdade e benevolência.

A análise de Schwarz (1988) destaca a peculiaridade das relações sociais no Brasil colonial e imperial, especialmente entre os grandes proprietários de terra e os homens livres não proprietários. Enquanto as relações entre senhores e escravos eram marcadas por violência explícita e pela subjugação, as interações com homens livres sem propriedades tinham uma dinâmica distinta, mediada pelo “favor”. Esses homens livres dependiam dos grandes proprietários para garantir suas condições de vida e trabalho, o que gerava uma relação de

subordinação disfarçada de reciprocidade, na qual o poder do proprietário era reforçado pela concessão de benefícios ou favores.

Essa lógica de favor permeava diferentes camadas sociais e atividades, desde as formadas por pequenos comerciantes e funcionários públicos até as construídas por profissionais liberais, consolidando uma estrutura social clientelista. Ao afirmar que o favor é a “mediação quase universal”, Schwarz aponta para a centralidade dessa prática no funcionamento das relações sociais e políticas brasileiras, destacando como ela perpetuava desigualdades e consolidava o poder das elites, ao mesmo tempo que mascarava relações de dependência e subordinação sob uma aparência de voluntariedade ou troca simbólica.

Para Bonfim (2012), o lema “ordem e progresso” simboliza de forma emblemática a dinâmica autoritária e paternalista, destacando uma transição que buscava preservar as estruturas de poder herdadas do escravismo. Esse processo, marcado pela “via prussiana”, consistiu na modernização econômica sem ruptura significativa com as bases sociais e políticas do regime anterior. Para garantir essa continuidade, tornou-se essencial reprimir manifestações populares que poderiam ameaçar a ordem estabelecida e questionar os privilégios das elites dominantes.

Essa lógica de preservação reflete o caráter conservador do capitalismo brasileiro, em que as transformações econômicas foram conduzidas sem democratização política ou social. O lema reforça a ideia de progresso controlado pelas elites, alinhado à manutenção da ordem hierárquica e autoritária, bloqueando qualquer avanço que pudesse emergir de lutas populares ou processos de emancipação social.

Como colocamos no início desta seção, o conservadorismo brasileiro deita raízes e se perpetua assentado em bases históricas. Nesta direção, o bolsonarismo (2019-2022) carrega nítidas tendências racistas, sexistas e centradas no elogio muito forte à família tradicional brasileira. Gizlene Neder, em seu texto “Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil” (1994), procura demonstrar que essas concepções estão presentes pelo menos desde a fundação de nossa República (1889).

Neder reflete, nesse texto, sobre o problema da formação da nacionalidade e da cidadania brasileira, na consolidação da República, uma vez

que nesse período histórico a formação nacional teria que amalgamar as “três raças” – europeus, escravos e indígenas, assim como os miscigenados. Conforme a autora, o paradigma científico utilizado, nesse contexto, era o racismo de inspiração biologista, o que criava um constrangimento na formação da nacionalidade brasileira: “Como formar a nacionalidade e a cidadania num país de ex-escravos e miscigenados, de ‘raças inferiores’”?

Neder (1994) argumenta que, com a Proclamação da República, introduziu-se no país uma série de modernizações, um projeto republicano dos militares assentados no positivismo de Augusto Comte. Na letra da autora:

Assim como projetavam as modificações que adquiriram em caráter de modernização conservadora no plano econômico, mantendo, contudo, um padrão de controle político e social excludente, pensavam também na organização da família moderna, chamada nova família. Neste particular, evocava-se o padrão de organização burguês, como a família nuclear, moderna (NEDER, 1994, p. 31).

Para Neder (1994), essa modernização trouxe uma concepção sobre o lugar da mulher nos alicerces da moral familiar. A “nova mulher” (NEDER, 1994, p 31) deveria ter uma educação voltada ao desempenho do papel de mãe e educadora dos filhos, além de ser um suporte do homem para que este pudesse desempenhar atividades laborais fora de casa.

Já no ponto de vista da mulher da classe trabalhadora,

[...] de origem africana, sobretudo nos centros urbanos mais populosos do país na virada do século XIX para o XX [...] pouco se poderia fazer, pois o determinismo biológico que inferiorizava os negros conduzia a uma profunda descrença na eficácia de qualquer política social de inclusão destes setores [...] de que adianta boas escolas [...] para seres inferiores, incapazes de aprender? (NEDER, 1994, p. 33).

Neder aponta que essa diferença no trato da família (pobres e ricos) é uma “manobra política” para garantir a exclusão dos pobres recém-libertos. Para a autora, a influência do positivismo, associada ao racismo biologista falseado de modernidade, progresso e cientificismo, perpetua o racismo no Brasil. Assim, às massas de ex-escravos foi vedada a propriedade da terra sob o argumento de que essas mesmas massas estavam despreparadas para cultivar as terras sozinhas, sem o mando do senhor.

O que Neder argumenta é que a família de escravos foi constituída de maneira muito diferente no Brasil em relação a seu continente de origem. A família escrava aqui foi organizada pelo autoritarismo e a violência de uma acumulação forçada, ou seja, por motivos político-institucionais.

A escravidão organizou a perda das tradições e das raízes dos escravos e suas famílias a partir de separações forçadas entre seus membros e a preferência por escravos homens e o descaso com relação às crianças, que frequentemente eram abandonadas<sup>19</sup>.

Nos importa aqui é a análise de que a família de ricos e pobres e o papel da mulher branca e da mulher preta foram atribuídos não pela cultura de cada etnia, mas sim por motivos políticos-institucionais. Assim, estão colocadas as bases históricas da formação familiar e do papel da mulher, que é possível verificar até os tempos atuais, e que foram retomados sem nenhum constrangimento pelo conservadorismo atual.

O que procuramos demonstrar nessas linhas é que a construção de valores da sociedade brasileira não faz parte da natureza do brasileiro, resultado da mistura das raças ou até mesmo de determinações climáticas (como Burke e Romero, principalmente). Ou seja, como aponta Bonfim (2012), a análise da realidade social brasileira deve levar em conta a dinâmica histórica das relações sociais que moldaram o país. Essas relações, influenciadas pelas necessidades e possibilidades de cada período histórico, formaram os valores, as tradições e a cultura que sustentam a moralidade brasileira. Apesar de a moral ser uma construção histórica, marcada por mudanças ao longo do tempo, é possível identificar certos valores que persistem dentro de uma mesma sociedade, conferindo continuidade a aspectos específicos da sua estrutura social. Essa persistência evidencia como os processos históricos e o modo de produção que os configuram condicionam a formação cultural e moral de um povo, mesmo diante de transformações conjunturais.

Os processos históricos marcados pela adoção da “via prussiana” no Brasil geraram profundas consequências para a organização social e política do país. Dentre elas, destaca-se o fortalecimento da “sociedade política” em

---

<sup>19</sup> Neder (1994), apoiando-se em Sidney Chalhoub, descreve as andanças de escravos e libertos que cortavam o mapa do país atrás de seus entes próximos, mesmo considerando toda a dificuldade de mobilidade do século XIX.

detrimento da “sociedade civil”, consolidando o poder estatal e as elites em detrimento da participação democrática. Além disso, a cooptação das camadas médias por meio da ideologia do favor reforçou a dependência e a subordinação a uma lógica clientelista.

Essas dinâmicas reiteraram valores elitistas que se expressam no autoritarismo, na ideologia do favor, na exaltação das hierarquias sociais (a “cerimônia da superioridade social”) e na prática da tutela, que promove a dependência em vez da autonomia. O que queremos destacar com essa análise é que não aconteceu uma ruptura nos fundamentos da colonização brasileira, e todos os valores e a moral do brasileiro, portanto, se alteram de maneira endógena.

Com esses apontamentos que realizamos dos autores aqui analisados, tornou-se possível chegar a algumas considerações importantes para continuar avançando em nossa pesquisa. A primeira diz respeito ao caráter da burguesia nacional, que nasceu atrelada ao capitalismo mundial. Não houve uma revolução burguesa no Brasil de maneira clássica, ou seja, a burguesia débil e caduca historicamente não conseguiu cumprir seu papel progressista em realizar suas tarefas democráticas (reforma agrária, fortalecimento da democracia, criação de um mercado interno consumidor etc.), ao contrário, entregou-se à burguesia imperialista de maneira bastante evidente; portanto, seu liberalismo e seus princípios não foram construídos através da luta de classes entre a burguesia e os senhores feudais. A segunda é que os valores que representam o conservadorismo têm seu desenvolvimento, no caso brasileiro, justamente da não ruptura com o passado – Brasil Colônia, Império ou República; portanto, só será soterrado quando da ruptura com seu passado autoritário, escravocrata e paternalista. A terceira consideração decorre diretamente das duas primeiras: trata-se das tarefas democráticas nacionais, que ainda estão pendentes na agenda política (e econômica) brasileira e que não se cumprirão pela burguesia nacional sem o rompimento profundo com o imperialismo internacional; a burguesia nacional se produz e reproduz sua condição subalterna ao Imperialismo, portanto essa tarefa passou a ser colocada na agenda da classe trabalhadora, que nasceu das expressões de dependência nacional brasileira, mas que se apresenta, hoje, como única classe social capaz de romper com o imperialismo, não para apoiar a burguesia nacional – historicamente esgotada –

, mas sim para guiar sua revolução cumprindo as transformações democráticas junto com as socialistas.

Ressalta-se, por fim, que esse quadro valorativo, da ideologia conservadora necessária às particularidades do capitalismo no Brasil, se faz presente na gênese e no delineamento nas políticas sociais do país e, dentre essas, na assistência social, que é objeto desta pesquisa.

#### **4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO FORMA DE PROTEÇÃO NOS GOVERNOS: DO GOLPE DE 2016 A 2022**

A análise da política de assistência na contemporaneidade, dada a particularidade do objeto desta pesquisa, requer sua contextualização no bojo das políticas sociais, bem como sua interação com a sociedade e o Estado. Tal análise é objeto de estudo de diversos pesquisadores que se alinham a diferentes correntes de pensamento. Não cabe aqui, portanto, revisitar análises sobre a evolução das políticas sociais ao longo das diferentes sociedades, mas sim para cumprir com os objetivos desta pesquisa, situar tais políticas sociais em seu estágio monopolista para entendê-las como parte do movimento do próprio capitalismo. E, nesse movimento, destacaremos a retração que recai sobre tais políticas nos ajustes econômicos perpetrados pelo Estado, no contexto neoliberal, para garantia da dominação política necessária ao desenvolvimento do capitalismo à moda brasileira que incide da defesa da financeirização do fundo público como preponderante à garantia de direitos sociais. Tal percurso nos possibilitará, em seguida, situar a política de assistência como parte das transformações societárias necessárias às estratégias de desenvolvimento capitalista no Brasil e a peculiaridade do ideário conservador que se erige sobre ela, no período histórico que elegemos para a nossa pesquisa.

Nessa direção, Netto (2001) defende que a organização monopólica do capital tem um objetivo fundamental: através de acordos entre empresas, *pool*, fusões, cartéis e trustes, controlar os mercados e aumentar os lucros, no entanto esse modelo enfrenta limitações inerentes à própria dinâmica do capitalismo. À medida que o capitalismo monopolista atinge certo nível de desenvolvimento, surgem constrangimentos à acumulação e à valorização do capital, colocando em xeque a viabilidade dessa estratégia.

Diante dessas limitações, torna-se necessário o acionamento de mecanismos de intervenção extraeconômicos. Aí está o papel do Estado. Longe de ser apenas um árbitro neutro no mercado, o Estado como uma instância chamada a intervir para reconfigurar e redimensionar as relações de poder e controle, garantindo a continuidade e a estabilidade do sistema capitalista dominante.

Ainda segundo o autor, embora a intervenção estatal sempre tenha ocorrido no processo econômico capitalista, ou seja, sempre esteve “a serviço de franjas burguesas” (NETTO, 2001, p. 24), é no ingresso do capitalismo em seu estágio monopólico que “as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas” (NETTO, 2001, p. 25). Sendo assim, o Estado assume múltiplas funções operando de forma direta e indireta na economia<sup>20</sup>. Na letra do próprio autor:

Está claro, assim, que o Estado foi capturado pela lógica do capital monopolista – ele é seu Estado; tendencialmente, o que se verifica é a integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais. Donde uma explicável alteração não apenas na modalidade de intervenção do Estado[...], mas nas estruturas que viabilizam a intervenção mesma: no sistema de poder político, os centros de decisão ganham uma crescente autonomia em relação às instâncias representativas formalmente legitimadas. Vale dizer: o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista (NETTO, 2001, p. 26).

Dessa análise, uma contribuição relevante para nossa pesquisa é a percepção da novidade que a era dos monopólios traz, como apontado por Netto, ao discutir a “reprodução ampliada do capital” (MANDEL *apud* NETTO, 2001, p. 26). O autor argumenta que, enquanto no capitalismo concorrencial a intervenção estatal em relação à exploração da força de trabalho era principalmente coercitiva e simplista em resposta às demandas e lutas da classe trabalhadora, no capitalismo monopolista a preservação e o controle contínuo da força de trabalho, tanto a empregada quanto a excedente, tornam-se preocupações vitais para o capital monopolista. Em outras palavras:

O Estado [...] é obrigado não só assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido [...] a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilidade e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio (NETTO, 2001, p. 27).

---

<sup>20</sup> Ver José Paulo Netto (2001, p. 25-26).

Deste modo, o Estado, ao ser capturado pelas aspirações monopolistas, deve buscar legitimação política através da incorporação de outros “protagonistas sociopolíticos”, alargando assim suas bases para assegurar seu desempenho (NETTO, 2001). E é nesse movimento que passa, portanto, a ser permeável a algumas das demandas das classes subalternas, que por sua vez podem fazer incidir (a depender de sua capacidade de mobilização) no Estado seus interesses e reivindicações mais imediatas. Conforme Netto, é somente nessas condições que as expressões da “questão social” podem se tornar objeto de uma intervenção contínua por parte do Estado, pondo-se como alvo das políticas sociais.

Assim, no reordenamento monopolístico, o Estado passa a abordar a “questão social” de forma distinta, não mais lidando com ela apenas de maneira pontual ou em situações extremas que representassem uma ameaça à ordem burguesa, como no capitalismo concorrencial. Segundo José Paulo Netto, essa nova abordagem da “questão social” pelo Estado, em conjunto com os monopólios, é realizada de forma a se alinhar às novas funções estatais características do período monopolista. Tais funções incluem aspectos econômicos e políticos internos à estrutura da produção capitalista, que são implementados enquanto o Estado continua a ocultar sua verdadeira natureza de classe.

Ainda segundo o autor, a funcionalidade<sup>21</sup> das políticas sociais na era dos monopólios é inequívoca, pois é

Através da política social, [que] o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 2001, p. 30).

O que pretendemos salientar nesse momento da pesquisa, com base nas análises de Netto (2001), é que se torna evidente que as políticas sociais

---

<sup>21</sup> “[...] a funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho – ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalistas/trabalhadores; lançada no exército industrial de reserva, através dos sistemas de seguro social” (NETTO, 2001, p. 31).

desempenham um papel fundamental na era dos monopólios, contribuindo de maneira significativa para a reprodução do sistema capitalista<sup>22</sup>.

Mauro Iasi (2019) aponta que mesmo os recursos aparentemente destinados às demandas que se propõem a atender necessidades essenciais da sociedade ou a melhorar serviços e infraestruturas para o benefício coletivo são, na realidade, apropriados para saciar a necessidade de lucros, servindo muitas vezes aos interesses de setores específicos. Essa apropriação distorcida pode ser observada em diversas áreas, como nas políticas de infraestrutura e habitação, que, ao invés de primariamente atenderem às necessidades da população, acabam por beneficiar substancialmente as grandes empreiteiras.

Além disso, a financeirização das políticas sociais, conforme discutido por Granemann (*apud* IASI, 2019), exemplifica-se como até mesmo iniciativas destinadas ao bem-estar social podem ser instrumentalizadas para a busca desmedida por valorização. Esse fenômeno é evidenciado pelo desvio de recursos públicos para Organizações Sociais (OSs) que operam serviços de saúde, muitas vezes canalizando indiretamente esses recursos para empresas privadas. No âmbito da educação, também se observa tal distorção, através de subsídios ou financiamento direto, favorecendo instituições privadas em detrimento do fortalecimento do sistema educacional público.

Tatiana Brettas (2017) avança nesse debate sobre as políticas sociais e sua financeirização em seu artigo “Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil”. Igualmente partindo do resgate da formação social e econômica brasileira, a autora analisa seus desdobramentos nas políticas sociais no âmbito do neoliberalismo; argumenta que o Estado, mesmo submetido aos discursos mais liberais, sempre teve um papel importante de intervenção na economia, justamente pelo seu caráter formador<sup>23</sup>. Brettas sustenta que o Estado sempre desempenhou um papel

---

<sup>22</sup> Embora considerada a funcionalidade das políticas sociais para com o modo de produção capitalista em sua fase monopolista, não se trata aqui, em nossas análises, de uma posição sectária frente àquelas. Concordamos com Jose Paulo Netto que as políticas sociais são expressão contraditória do próprio modo de produção capitalista e estão permeadas pela luta de classes.

<sup>23</sup> Brettas (2017) parte da tese já mencionada no capítulo anterior, em especial, oriunda da teoria marxista da dependência, tendo como principal expoente Ruy Mauro Marini. “O Estado nas economias dependentes está marcado por relações desiguais de poder que limitam o exercício de sua soberania frente a outras formações econômico-sociais a que está submetido. Assim, esse funciona como uma ferramenta a serviço dos interesses das classes dominantes dos países centrais ao mesmo tempo em que expressa as necessidades da classe dominante local, nas

central na garantia das condições necessárias para a acumulação capitalista. Para ela, uma característica distintiva das formações dependentes é a capacidade de realizar avanços qualitativos nas forças produtivas e acelerar processos que foram mais lentos nos países pioneiros na industrialização. Argumenta, também, que a interação com nações que possuem forças produtivas mais avançadas permite que o desenvolvimento capitalista no Brasil ocorra por meio da “queima” de algumas etapas, sendo crucial para isso a presença ativa do Estado. Esse mecanismo de avanço das forças produtivas em países dependentes implica uma ênfase no elemento político, intrínseco às políticas econômicas governamentais, e é o Estado que lidera essas transformações.

A partir de 1930, o Estado desempenhou um papel mais proeminente na promoção da expansão da base industrial, marcando o início do período nacional-desenvolvimentista. Esse período culminou na consolidação do capitalismo monopolista, especialmente durante a ditadura empresarial-militar iniciada com o golpe de 1964, mas teve seu declínio nas décadas de 1970 e 1980. A intervenção estatal, durante esse período, envolveu a consolidação de estruturas de poder, facilitadas tanto pela política econômica adotada quanto pela criação de empresas estatais atuando diretamente na produção. Assim, a autora utiliza a imagem de um tripé para demonstrar a articulação entre o Estado, o capital privado nacional e o internacional, cada um desempenhando um papel específico no padrão de reprodução de capital.

Brettas (2017) aborda a complexidade do cenário político e social brasileiro, ressaltando elementos autocráticos e intervencionistas que coexistem com características arraigadas de mandonismo e paternalismo, conforme apontado por Florestan Fernandes (*apud* BRETTAS, 2017) em sua análise. Esses traços impõem limites ao processo de democratização da sociedade brasileira. A herança colonial-escravista e a prática de superexploração são destacadas pela autora como fatores essenciais para compreender o contexto político que influenciará o processo de urbanização no país. O fenômeno da modernização conservadora, esta marcada pela consolidação do capitalismo

---

suas relações de contradição e subordinação com aquelas. Uma das expressões desta particularidade é o caráter autoritário do Estado nos países dependentes” (BRETTAS, 2017, p. 55).

monopolista, é identificado como um período caracterizado por concentração de renda, agravamento das desigualdades regionais e precarização das condições de trabalho, tudo isso ocorrendo em meio a uma ditadura empresarial-militar.

Esses elementos têm implicações significativas na dinâmica da luta de classes, influenciando diretamente as respostas que o Estado brasileiro apresenta às manifestações da questão social. Nesta direção, a formação das bases da política social no Brasil é descrita como um terreno permeado por contradições profundas. É um contexto no qual, por exemplo, a luta pela garantia de direitos se desenvolve em meio à cultura do favor e ao coronelismo, práticas enraizadas que moldam as relações sociais e políticas. Para Brettas (2017), as contradições presentes nesse solo político têm impacto direto nas estratégias adotadas para assegurar direitos e na forma como a questão social é abordada.

Para nossa pesquisa, o que nos parece mais importante na análise de Brettas é que por todos esses elementos colocados acima, no Brasil, mesmo com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em meio às lutas sociais que impulsionaram a redemocratização no país, não foi possível perceber uma efetivação dos direitos sociais. Para a autora, é fundamental destacar que o texto constitucional, por si só, não tem a capacidade intrínseca de estabelecer uma rede efetiva de proteção social. Embora se registrem avanços notáveis nesse texto, muitos deles dependem da aprovação de legislações complementares para serem plenamente eficazes. Além disso, a implementação dessas medidas demanda condições históricas e materiais que, em alguns casos, não estavam devidamente consolidadas no momento da promulgação da Constituição, justamente pelo caráter de nossa formação dependente.

Portanto, ao mesmo tempo que a Constituição Federal de 1988—traz avanços inegáveis à classe trabalhadora, principalmente no que tange à seguridade social, vários fatores — como a crise da autocracia burguesa, o ressurgimento dos movimentos sindicais e sociais do campo e da cidade que contestavam a ditadura e o próprio sistema do capital — corroboraram para que a classe burguesa tomasse o receituário neoliberal como estratégia de dominação.

Para a autora, o neoliberalismo não pode ser compreendido apenas como uma abordagem econômica, mas sim como uma estratégia de reconstituição do poder burguês e uma resposta aos movimentos contestatórios que ganhavam

força como alternativa para superar a crise do capital na década de 1970. Nesse contexto, o neoliberalismo se apresenta como uma reação direta aos desafios que o capitalismo enfrentava na época.

Os anos 1970 foram marcados por uma crise profunda, com movimentos sociais e contestações que questionavam as estruturas de poder estabelecidas. Diante desse cenário, a ascensão do neoliberalismo pode ser interpretada como uma tentativa de restaurar e fortalecer o domínio da classe burguesa (BRETTAS, 2017), uma vez que se consolida em meio ao processo de implementação de políticas sociais ratificadas pela lógica do direito, fruto de mobilizações políticas e sociais de forma a controlar tal implantação.

O Estado dependente brasileiro, durante sua fase neoliberal, destaca-se pela capacidade de tornar lucrativas as iniciativas privadas na prestação de serviços públicos, buscando enfrentar crises de acumulação e hegemonia. Contrarreformas foram implementadas nesse período, evidenciando que as conquistas mencionadas não diminuem a influência do projeto burguês. Ou seja, o neoliberalismo no Brasil, longe de favorecer a classe trabalhadora, fortalece a lógica de lucratividade privada no setor público. Assim, nas palavras de Tatiana Brettas: “O neoliberalismo representa, como saldo final, uma vitória das classes dominantes e impõe inúmeras perdas para a classe trabalhadora” (BRETTAS, 2017, p. 62).

Um debate essencial para compreender as políticas sociais no contexto neoliberal, conforme Brettas, é o que gira em torno da financeirização e da forma como ocorre a apropriação do fundo público. Isso está diretamente ligado à criação de mecanismos que transferem recursos do Estado para o grande capital, tanto nacional quanto estrangeiro. Essa dinâmica evidencia uma transformação significativa na relação entre o setor público e o privado, influenciando profundamente as políticas sociais no Brasil. Nas reflexões da autora, aqui analisadas, destaca-se que a adoção de políticas de ajuste fiscal impostas por organismos multilaterais faz com que o neoliberalismo aprofunde as relações de dependência.

A financeirização refere-se à mudança na mobilidade do capital (agora em nível global), especialmente do capital portador de juros, como uma resposta à tendência de queda na taxa de lucro. Isso representa um dos principais aspectos desse fenômeno. Além do aumento quantitativo nos fluxos financeiros e na

rentabilidade associada, há uma mudança qualitativa. Essa transformação pressiona para ampliar as fontes de extração de mais-valia, provocando uma reorganização na base produtiva, onde a riqueza é gerada. Essa dinâmica, reforçada por políticas de ajuste fiscal, resulta em uma maior transferência de valor para países imperialistas. Ao mesmo tempo, aprofunda os mecanismos de exploração<sup>24</sup> da classe trabalhadora, marcando assim uma nova fase da dependência (BRETTAS, 2017).

Assim sendo, nos países dependentes, era necessário fazer mudanças, incluindo controlar a inflação. As altas taxas inflacionárias afastavam os investidores, tornando o ambiente pouco atrativo. Durante períodos assim, os cálculos financeiros para especulação ficavam complicados. A inflação também afetava negativamente o gasto público e dificultava o uso da dívida pública para obter dinheiro real. No sistema de dívidas, especialmente em economias dependentes, a liberalização financeira buscava garantir aos credores que, mesmo em momentos difíceis, o país não deixaria de pagar suas dívidas. Isso era especialmente importante para evitar um colapso do Estado, que poderia ocorrer ao acumular uma grande dívida. Para tranquilizar os investidores, o governo tomou medidas para mostrar que estava comprometido em honrar seus compromissos com a dívida pública.

A criação do Fundo Social de Emergência em 1994, posteriormente renomeado Desvinculação de Receitas da União (DRU) em 2000, a definição de metas de superávit primário – resultado de um acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1998, que estabeleceu a necessidade de excedentes constantes nas contas públicas – e a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2000, que estabeleceu limites e regras rigorosas para o uso dos recursos públicos, formaram um novo marco de orientação na política econômica brasileira. Essas mudanças, segundo Brettas, indicam uma reorientação em que o foco se desloca para o equilíbrio fiscal e o pagamento da dívida, frequentemente em detrimento das políticas sociais. Assim, o Fundo Social de Emergência, as metas de superávit primário e a Lei de Responsabilidade Fiscal refletem a priorização da estabilidade financeira sobre as políticas sociais.

---

<sup>24</sup> Tese da superexploração em países de capital dependente, ver Ruy Mauro Marini (2013).

A eficácia dessa operação, que desvia recursos públicos para interesses privados, não poderia ser plenamente alcançada sem a intervenção devida de mecanismos ideológicos. Uma parcela significativa da sociedade assimilou, erroneamente, uma concepção que associa a ineficácia aos serviços públicos e a eficácia ao setor privado. Essa percepção fundamenta-se na compreensão subjacente de que o acesso a serviços, bens e direitos deve ser mediado pelo mercado e que a capacidade dos indivíduos em competição determina suas posições na escala social. Nessa lógica, desenvolve-se a ideologia de que ao Estado cabe apenas uma função política compensatória e corretiva, atendendo àqueles que são considerados derrotados na concorrência<sup>25</sup>, sendo tal derrota muitas vezes interpretada como uma consequência de sua própria incapacidade. A ideia de eficácia associada ao setor privado e a ineficácia atribuída aos serviços públicos cria um terreno propício para a legitimação da transferência de recursos públicos para o setor privado, sob o pretexto de mais eficiência e competência na gestão (IASI, 2019).

Essa ideologia, ao enraizar-se na mentalidade coletiva, molda as percepções sobre o papel do Estado e do mercado na provisão de serviços essenciais; reforça a noção de que a competição individual é o motor de ascensão social, tendo como pano de fundo a meritocracia, enquanto o Estado é relegado a uma função residual de amparo aos “derrotados” nesse processo. Esse entendimento ideológico não apenas legitima a privatização de serviços públicos, mas também perpetua o *status quo* da concentração de capital, ao sugerir que as disparidades sociais são resultado da capacidade individual, desconsiderando fatores estruturais. Problemas da coletividade de caráter histórico e de dimensões macroscópicas são reduzidas ao indivíduo.

O que nos interessa aqui, realizada essa breve explanação da importante e significativa análises dos autores que nos orientaram para entender essa conjuntura, é a política de assistência social e como ela é afetada nesse contexto de retrocessos.

---

<sup>25</sup> A reforma do Estado é um grande marco dessa direção ideopolítica, nas palavras de Bresser, ao analisar essa reforma: “O Estado de agente do desenvolvimento, se transforma em seu obstáculo” (BRESSER, 1997, p. 14).

#### 4.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA COMO UMA FORMA DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL NOS ANOS 2016 A 2020

O período compreendido entre 2016 e 2022 foi marcado por intensas crises políticas, econômicas e sociais, abalando a “normalidade” democrática. Segundo Mauro Iasi, essas crises políticas representam “o desfecho de uma luta intestina entre facções [da classe burguesa] em busca de soluções para problemas que elas próprias criaram” (IASI, 2020). Ou seja, o que nosso país vivenciou, levando em conta sua peculiaridade na formação do estado burguês, nada mais foi do que a expressão de uma luta intercapitalista em um momento de acirramento da crise capitalista, crise esta inerente ao próprio sistema econômico mundial.

Com o intuito de nos aprofundarmos na tentativa de elucidar a crise política, econômica e social mencionada, podemos recorrer à análise de Queiroz (2018), que aborda o período dos governos petistas no Brasil, especialmente durante seus três primeiros mandatos. O autor caracteriza esse período por uma divisão na política brasileira em dois campos distintos, cada um liderado por diferentes frações da burguesia nacional. Essa análise, que por sua vez é desenvolvida a partir das considerações de Boito Jr. (*apud* QUEIROZ, 2018), destaca uma dinâmica contraditória na qual as políticas econômicas e sociais foram influenciadas por esses dois campos antagônicos.

O primeiro campo, que predominou na maior parte dos governos petistas, foi composto por uma frente heterogênea, reunindo diversas frações de classe, incluindo a grande burguesia interna, parte da baixa classe média, grande parte da classe operária, do campesinato e dos trabalhadores da massa marginal através da aproximação com os movimentos sociais (NETTO, 2013). Esse campo adotou uma política econômica com tendências neodesenvolvimentistas, que, segundo Boito Jr. (*apud* QUEIROZ, 2018), favoreceu principalmente a fração da burguesia interna alinhada ao bloco no poder político.

Por outro lado, o segundo campo representava uma frente de classes com uma agenda voltada para o neoliberalismo ortodoxo, liderada pela fração da burguesia brasileira integrada ao capital internacional. Essa posição defendia políticas econômicas e externas que priorizavam os interesses das empresas estrangeiras em detrimento dos grupos econômicos brasileiros, incluindo uma

ampla abertura comercial, aquisições indiscriminadas de empresas estatais por estrangeiros, privatizações e redução de investimentos estatais e um alinhamento passivo com os Estados Unidos, entre outras medidas.

Durante os dois mandatos de Lula e parte do primeiro mandato de Dilma Rousseff, houve um jogo de forças entre esses dois campos, com uma vantagem inicial para a frente de classes alinhadas ao projeto neodesenvolvimentista. No entanto, a situação começou a mudar no ano de 2011, com a intensificação da crise econômica internacional<sup>26</sup> e, portanto, com mudanças na condução da política macroeconômica. Isso resultou em um confronto direto e frontal com as aspirações das frações da burguesia alinhadas ao neoliberalismo ortodoxo e ao rentismo.

Portanto, na esteira da crise política/econômica, foi arquitetado o afastamento da presidente Dilma Rousseff na perspectiva de criar condições para a potencialização do crescimento econômico e retornando à “normalidade” depois das eleições (IASI, 2020). Essa dinâmica política demonstra a complexidade dos interesses em jogo durante os governos petistas, com diferentes grupos, todos eles dentro da classe burguesa<sup>27</sup>, buscando influenciar as políticas econômicas e sociais de acordo com suas próprias agendas e visões de desenvolvimento nacional.

Porém, retomando Mauro Iasi, podemos entender que a “normalidade” não se concretizou principalmente devido a dois fatores cruciais: primeiro, a crise não reside primariamente no “jogo político”, mas sim nos determinantes econômicos subjacentes, mais precisamente, nas contradições inerentes ao próprio sistema capitalista e em sua crise estrutural. Tais crises não podem ser adequadamente abordadas sem um confronto direto com o capitalismo. Em segundo lugar, a fragmentação das frações da classe burguesa, como procuramos demonstrar, durante o enfrentamento do período de crise impediu a formulação de uma alternativa eleitoral capaz de enfrentar simultaneamente as

---

<sup>26</sup> Crise iniciada em 2008, como aponta Mascaro: “A crise atual do capitalismo, que estoura de modo patente em 2008, é uma das crises estruturais do modo de produção, advinda de um regime de acumulação e de um modo de regulação pós-fordistas” (MASCARO, 2018, p. 25).

<sup>27</sup> “[...] quando falamos da burguesia comercial ou industrial, nos lembramos dos burgueses de portes variados e em disputa [...] por conta dessas diferenças Marx afirma também que a burguesia pode ter momentos de não conseguir fazer o que precisa para afirmar sua dominação geral de classe sobre a sociedade. Nessas horas, disfuncionais, quando a administração do capitalismo não consegue mais ser feita pela própria burguesia, por seus setores se digladiam, vem o golpe, conforme identificou Marx” (MASCARO, 2015, p. 19).

duas tarefas essenciais do período: a estabilização política e a resolução da crise, ou a implementação de um conjunto de reformas destinadas a assegurar a valorização do capital.

Nessa mesma linha, Marcelo Braz (2017) desenvolve sua argumentação acerca do golpe de 2016. Longe de mistificar os governos petistas (Lula e Dilma), Braz aponta que mesmo realizando governos predominantemente voltados para os interesses do grande capital, e da burguesia nacional a ela atrelada, o fato determinante que se conclui com o golpe de 2016 foi a incapacidade da presidente Dilma e do Partido dos Trabalhadores centralizarem as frações burguesas em torno de um programa que superasse a crise capitalista, mas que tivesse o pacto das classes como fio condutor, nas palavras do próprio autor:

Dilma, mesmo tendo feito um governo (como fizeram os governos petistas desde 2003) predominantemente voltado para os interesses do grande capital e de seus sócios brasileiros e, a partir de 2015, tendo adotado um programa de governo muito semelhante ao que foi apresentado (e derrotado) pelo candidato do PSDB em 2014, foi arrancada da presidência da República porque foi considerada incapaz de permanecer à frente dos interesses capitalistas que tanto serviu. Estes agora precisavam de um governo genuinamente burguês, capaz de não ceder o mínimo aos trabalhadores, de lhes retirar o pouco que conquistaram e de servir inteiramente, sem concessões, ao grande capital. **O pacto de classes já não mais prestava** (BRAZ, 2017, p. 88, grifo nosso).

Ainda para Braz (2017), o golpe perpetrado contra Dilma é de um novo tipo, diferente do que se passou em 1964 no Brasil e nos demais países da América Latina. O autor justifica que o “[...] impeachment vem se constituindo recentemente [...] numa forma ‘democrática’ de depor governos que [...] já não servem [ao grande capital] ou os tem contrariam de alguma maneira” (BRAZ, 2017, p. 89)<sup>28</sup>. Ou seja, as deposições de governos não vêm acompanhadas de ditaduras abertas, apoiadas pelas forças armadas, mas são feitas através de

---

<sup>28</sup> Sobre o “não servir” ao grande capital, Marcelo Braz (2017, p. 94) nos informa que: “[...] há evidências de uma crise de hegemonia. Não exatamente aquele momento em que as classes dominantes já não podem governar como antes e tampouco as classes dominadas criaram as condições para se tornar classe dirigente. Pensamos numa crise de hegemonia que, como nos ensina Gramsci, em conjunturas recessivas comporta sempre o risco de impasses e de vácuos que podem levar a um desenlace dramático acompanhado pelo esgarçamento do tecido social e a explosão de particularismos. Nesses momentos, como o que estamos vivenciando, de transição entre formas hegemônicas, é comum que formas ‘bonapartistas’ não clássicas sejam úteis. Não uma forma abertamente ditatorial, mas uma forma que conspira contra os avanços democráticos, e não só contra a democracia política, mas também contra os avanços sociais conquistados pela classe trabalhadora”.

“discursos que apelam ao ‘republicanismo’ e, claro, à democracia” (BRAZ, 2017, p. 89).

Para o autor, o que parecia estar em jogo com o golpe era a construção de uma nova hegemonia que conseguisse construir condições ótimas para a exploração da classe trabalhadora, a partir de então, sem mais concessões e destruindo os direitos já conquistados em outros momentos históricos, políticos e, principalmente, econômicos.

O *impeachment*, ou golpe institucional, abriu uma conjuntura de ascensão das forças mais conservadoras e reacionárias que já operavam nas instituições, como o Judiciário, as forças policiais e o Congresso Nacional. É sintomático o que se passou no dia 17 de abril na Câmara de Deputados, na sessão em que se aprovou o golpe com voto aberto dos parlamentares. O que Marcelo Braz chama de “Show de Horrores” (BRAZ, 2017, p. 88) – e concordamos com sua análise – foi a demonstração da conjuntura que se avizinhava, o fortalecimento do moralismo e do conservadorismo.

Instaurou-se, para angariar apoio popular, um “pânico moral” (RODRIGUES; SILVA, 2023, p. 10) como uma das ferramentas de mobilização política. Diante das lutas que têm se desenvolvido nos últimos anos sobre pautas como da comunidade negra, mulheres, LGBTQIAP+, assim como temas voltados à sexualidade, direitos reprodutivos, combate à homofobia, entre outros temas importantes, a ideologia conservadora empenhou esforços para:

[...] incutir no imaginário coletivo concepções de que essas mudanças não vinham para o bem de nossa sociedade, e por isso se mostrava necessária a elaboração de respostas que pudessem conter estes avanços e proteger aqueles que não aceitavam a sua implementação em nosso contexto social (RODRIGUES; SILVA, 2023, p. 10).

Assim se estabeleceu uma retórica “do que foi perdido e precisaria ser recuperado para o bem geral”. Os discursos proferidos pela maioria dos deputados durante o “*show* de horrores” foram emblemáticos nessa direção. Além dos discursos contra a “vagabundização remunerada”, fazendo menção ao estado de bem-estar social, através de benefícios socioassistenciais, benefícios eventuais e serviços, e pela “valorização do trabalho”, discurso abertamente patronal (SANTOS, 2019, p. 238), também foram numerosos discursos pela “família”, representando nesses discursos uma apologia à família dos próprios

deputados ou à família brasileira de maneira muito genérica. Ressaltam-se também os discursos que associavam a voto pela derrocada da, então presidente, a um voto “por Deus” ou por alguma religião ou valores religiosos em específico, contra a educação sexual nas escolas, até mesmo homenagens a torturadores e à revolução de 1932 e pelo porte de armas (SANTOS, 2019).

Como se observa, o conservadorismo, como ideologia, teve seu papel (função) importante para criar as condições ideais para estabelecer uma nova hegemonia, criando justificativas fictícias e com roupagens morais para retirar um governo que não servia mais ao grande capital, colocando outro que possa acirrar a exploração e o ataque à classe trabalhadora. Para Braz (2017), inicia-se nesse período, portanto, um movimento de contrarreformas, em nome do grande capital, que podem ser percebidas em quatro objetivos centrais: 1) colocar o Brasil e a América Latina na área de influência dos Estados Unidos no sentido de dominância imperialista em nosso subcontinente; 2) Reduzir os custos de produção no Brasil e aumento de produtividade; 3) Implementar uma luta conservadora e reacionária contra as “minorias” com fim de promover um retrocesso cultural e ideológico; e 4) Aprofundar a agenda neoliberal para as políticas sociais com o intuito de aprofundar a política de austeridade fiscal em detrimento da vida dos trabalhadores (BRAZ, 2017).

#### 4.2 A RETRAÇÃO DA POLÍTICA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PERÍODO DE 2016 A 2022: CONFIGURAÇÕES DE RECRUDESCIMENTO DE UMA IDEOLOGIA CONSERVADORA

Em meados da década de 2000, período caracterizado pela ascensão de governos de esquerda ou centro-esquerda na região na América Latina, estabeleceu-se um cenário político que possibilitou o surgimento de novas políticas públicas com um enfoque progressista e integrador, mudando substancialmente o papel da assistência social e sua forma de atuação no Brasil.

Em 2004, a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a subsequente criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005 introduziram um novo *status* para a área, estabelecendo uma estrutura organizada e descentralizada, com regras mais evidentes para sua execução em todas as esferas governamentais. O SUAS visou garantir, dentro dos limites já

apontados, a universalidade dos serviços e benefícios socioassistenciais, integrando ações preventivas e de proteção social de forma mais efetiva e acessível à população.

Outro avanço significativo foi a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2004, que centralizou as ações antes dispersas em diferentes ministérios, consolidando programas e iniciativas voltados à assistência social e à segurança alimentar. Com a integração das políticas de assistência social, segurança alimentar e nutricional, o MDS assumiu uma função estratégica de combate à pobreza e à fome, fortalecendo o amparo social a grupos historicamente vulneráveis. Assim, o período marca não apenas uma mudança estrutural, mas também uma redefinição do papel do Estado na garantia de direitos sociais e na promoção de um sistema de proteção social mais abrangente.

A consolidação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) no Brasil teve um impacto estrutural importante para a política de assistência, não apenas ao fortalecer os recursos humanos para áreas prioritárias de assistência social e segurança alimentar, mas também ao criar, em 2005, a Secretaria de Gestão da Informação (SAGI). Esta tornou-se responsável pela coleta, monitoramento e análise de dados referentes à rede de serviços socioassistenciais, fornecendo informações essenciais ao planejamento e à qualificação da política de assistência em âmbitos nacional e local (JANNUZZI, 2011).

É notório que a assistência social alcançou quase todo o território nacional como política pública. Dados do Censo SUAS de 2010 mostraram uma adesão massiva dos municípios brasileiros, com 99,3% integrados ao sistema, além da implementação de 7.475 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em 95% dos municípios e 2.109 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

A criação de secretarias municipais exclusivas para a assistência social em 75% dos municípios, conforme apontado no Censo SUAS de 2011, e a padronização de programas como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – presentes em 91% dos CRAS – são exemplos da estruturação dessa política.

Esses avanços refletem a estruturação e a consolidação do SUAS como um sistema público de proteção social, colocando a assistência social como uma política de Estado e ampliando seu alcance em praticamente todo o território nacional.<sup>29</sup>

A partir de 2016, com a virada política à direita em diversos países da América Latina, as políticas de assistência social no Brasil passam por transformações que afetaram sua visibilidade, abrangência e eficácia. A assistência social, que havia consolidado uma identidade no governo federal brasileiro a partir da criação do MDS, viu sua relevância progressivamente reduzida com mudanças institucionais e de nomenclatura ministerial. O MDS, instituído com uma estrutura focada no combate à fome e à pobreza e com secretarias exclusivas para segurança alimentar, assistência social e o programa Bolsa Família, havia estabelecido uma preocupação pública com o enfrentamento das “vulnerabilidades sociais”.

A política que se estrutura após a posse de Michel Temer em 2016 revela mudanças substantivas nessa política de assistência que incidiram na retração de avanços políticos, ainda que situados, num caldo conservador, e dentre tais mudanças está a reestruturação do ministério, que passou a ser chamado Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Essa inclusão da pauta agrária sinalizou um redirecionamento estratégico e um enfraquecimento da centralidade das políticas de assistência social. A mudança de nome e de foco demonstrou uma intenção de reduzir o peso da assistência social dentro das prioridades governamentais, já que a pauta agrária não tem conexão direta com o enfrentamento das “vulnerabilidades sociais”.

---

<sup>29</sup> Embora a assistência social aqui nessa pesquisa seja considerada uma expressão do avanço na proteção social no Brasil, não descartamos que mesmo depois de todos os marcos regulatórios oriundos da CF 88 essa política social ainda apresente contradições profundas, porém pelo escopo de nossa pesquisa não poderá ser examinada de maneira mais acurada. Trata-se da “prevalência do corte seletivo e focalista, que consolida um modo particular de lidar com a pobreza, que se reduz a gerir as suas expressões mais drásticas. Assim, aludimos que este é dos ranços conservadores que atravessam, historicamente, a política de assistência social brasileira” (SILVA, 2000, p. 45). Ainda apontamos os termos utilizados na assistência social, em sua gênese, que sedimentam aportes teóricos de cunho conservador, como “potencialidades”, “vulnerabilidade”, “exclusão”, “teoria do risco”. Esses conceitos passam a ser os orientadores teóricos - normativos da política de assistência social (ALVARENGA, 2015). Esse raciocínio de Mirella Alvarenga pode ser percebido em sua dissertação de mestrado, disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/20494/13319>. Acesso em: 1 mar. 2024.

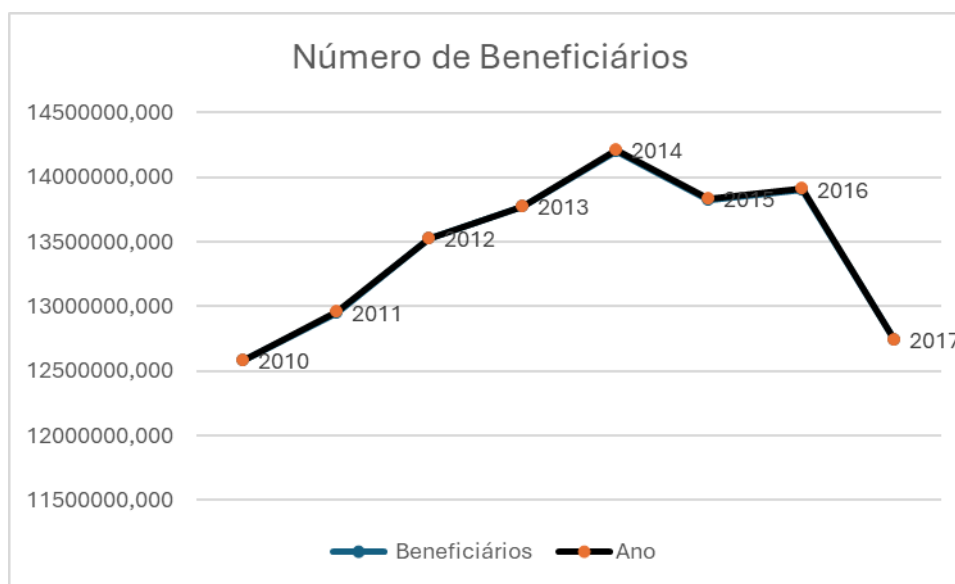
Ainda, ao usurpar a presidência da república, Michel Temer, em seu governo, lança mão da Proposta de Emenda à Constituição n° 55/2016, mais conhecida como PEC do Teto dos Gastos Públicos, que, assim como em outras políticas públicas, representa um retrocesso na assistência social ao congelar os recursos destinados a essas áreas, priorizando a contenção de gastos em detrimento das políticas sociais.

Em meio a esse cenário de cortes orçamentários, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou, em julho de 2017, uma Proposta Orçamentária para a Assistência Social no valor de R\$ 59 bilhões para o ano de 2018. No entanto, o Ministério do Planejamento determinou um limite reduzido de apenas R\$ 900 milhões para toda a rede de serviços e programas na área. Diante desse quadro nefasto, o governo de Michel Temer anunciou, ainda em 2017, um corte draconiano de 98% no orçamento previsto para 2018, medida que foi posteriormente reduzida para cerca de 50%, após intensas pressões e críticas. Essas ações refletem uma posição conservadora que privilegia o ajuste fiscal em detrimento da proteção social, resultando em cortes nos programas de assistência social e em uma intensificação das fiscalizações e perseguições aos mais vulneráveis (DUARTE; OLIVEIRA, 2018).<sup>30</sup>

Nesse cenário, Duarte e Oliveira apontam que foram excluídas 543 mil famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, cerca de 1,08 milhão de pessoas.

---

<sup>30</sup> Embora o orçamento da assistência já passava por cortes anteriormente a essa PEC por conta da crise do capitalismo

**Gráfico 1 – Número de beneficiários por ano**

**Fonte:** Portal Dados Abertos

Conforme o gráfico, é perceptível a redução drástica no número de beneficiários do Programa Bolsa Família pós-Golpe de 2016. Os números do ano de 2017 se aproximam a patamares dos de 2010.

Outro dado importante é o financiamento das proteções sociais no governo Temer. Na primeira proposta orçamentária enviada ao Congresso, os recursos destinados às ações da assistência social sofreram uma redução drástica, passando de R\$ 2 bilhões para apenas R\$ 3,4 milhões, uma queda de mais de 99%. Essa diminuição representaria uma ameaça severa à existência dos CRAS e dos CREAS, que desempenham um papel importante, conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais<sup>31</sup>, na prevenção de situações de violação de direitos e no fornecimento de apoio e orientação especializados a pessoas vítimas de violência física, psicológica e sexual, entre outras formas de vulnerabilidade. Assim, na modificação ao Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2018, enviada ao Congresso em 30 de outubro de 2017 e denominada de PLOA 2018-B, houve uma recomposição parcial dos recursos destinados à assistência social. No entanto, mesmo com essa correção, foi observado um corte de 30% nas ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Especificamente, algumas das ações voltadas para

<sup>31</sup> Resolução nº 109 de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social.

a estruturação da rede de assistência social sofreram cortes alarmantes da ordem de 98% (SANTOS; BONETTI; MATIELO, 2018).

Essas mudanças orçamentárias representam um sério obstáculo para a efetivação das políticas de assistência social, comprometendo a capacidade do Estado de oferecer serviços essenciais à população em situação de desproteção social. O corte significativo nos recursos destinados à estruturação da rede de assistência social foi prejudicado gravemente quanto à atuação dos CRAS e CREAS.

Esse caminho adotado pelo governo sucessor do golpe de 2016 foi deliberadamente selecionado em consonância com sua visão de mundo sobre o Estado e a sociedade. Ou seja, reforça e aprofunda políticas sociais residuais, legitimando assim a falsa promessa de que só o mercado poderia oferecer um atendimento às equidades. Camila Potyara (2020) argumenta que nesse movimento, que ela denomina de “Neodireitista” seus defensores

Posicionam-se contrários à proteção social comprometida com o atendimento de necessidades sociais, porque, ao confundirem necessidades humanas com preferências individuais, alegam que o Estado não tem capacidade de oferecer soluções que espeitem individualidades e referências pessoais [...] acreditam que o Estado impede qualquer possibilidade de escolha, já que benefícios, programas e projetos sociais estatais são sempre pensados para coletividades e não para pessoas isoladamente. Ademais, sendo considerado perdulário e ineficiente, o Estado seria incapaz de mitigar a pobreza e os “comportamentos desviantes” que, supostamente, dela decorreriam (POTYARA, 2020, p. 134).

A tendência das políticas sociais de atribuir a responsabilidade pela desproteção social ao indivíduo e ao seu contexto aprofundou-se ainda mais; nesse sentido, a família e seus membros passaram a ocupar um lugar central nas narrativas explicativas sobre a pobreza e as vulnerabilidades sociais que afetam uma parcela significativa da sociedade.

A funcionalidade desse pensamento, nos explica Iasi (2019), é adotada pelo Estado e seus representantes para priorizar os interesses do capital monopolista e financeiro, permite-lhe o Estado e seus representantes satisfazer as demandas desses setores e, com os escassos recursos que restam, o foco é direcionado para intervenções pontuais, visando mitigar os efeitos mais imediatos da miséria absoluta. Mesmo nessas circunstâncias, tais iniciativas são

avaliadas quanto a sua potencial capacidade de contribuir de alguma forma para o processo de valorização ou reprodução do capital fictício.

Ainda em 2016, o cenário da assistência social no Brasil foi impactado pela criação do programa nacional Criança Feliz (PCF), instituído pela Resolução CNAS nº 20, de 24 de novembro de 2016, com o objetivo de atender à primeira infância. Coordenado pela então primeira-dama Marcela Temer, o programa apresentava uma abordagem focalizada e foi implementado sem consulta às instâncias deliberativas tradicionais da assistência social, o que gerou controvérsia quanto à legitimidade de sua aprovação.

Segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM), a criação do PCF acarretou uma significativa redução nos recursos destinados aos níveis de proteção social (básica e especial) e ao aprimoramento da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especialmente por meio do Índice de Gestão Descentralizada do SUAS (IGD-SUAS). Esse remanejamento de verbas, que foram direcionadas ao custeio do PCF, revelou um impacto direto sobre a capacidade de operação e expansão dos serviços socioassistenciais nos municípios, uma vez que os recursos da União para o financiamento da assistência social foram redistribuídos em favor do novo programa federal.

Além disso, dados do Ministério da Cidadania indicam que o orçamento destinado ao PCF praticamente dobrou entre 2017 e 2020, saltando de 174 milhões para 328 milhões de reais, refletindo um aumento de quase 50% nos repasses para sua execução. Esse crescimento orçamentário não apenas reforçou a prioridade conferida ao Criança Feliz no âmbito federal, mas também evidenciou um redirecionamento estratégico que enfraqueceu a estrutura de financiamento das políticas mais amplas e universais de assistência social, marcando um deslocamento da política pública em direção a programas mais seletivos e com menos alcance social.

#### 4.3 PARA UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA NO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO: CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E RECRUDESCIMENTO DA IDEOLOGIA CONSERVADORA

Agora que identificamos a guinada contrarrevolucionária e conservadora no período Temer, assim como sua funcionalidade ao capital, podemos proceder na análise pós golpe, ou seja, no cenário que se delineia com o resultado das eleições imediatamente à deposição da presidente eleita. Procuramos tratar nesse item de aspectos que serão fundamentais para maior aproximação ao objeto desta pesquisa e que será construída no capítulo subsequente: a relação da ideologia conservadora e da criminalização dos pobres com o desmonte das políticas sociais.

Marildo Menegat (2020) argumenta que a transição da era liberal do capitalismo para uma longa crise foi marcada por uma necessidade de reordenamento na dinâmica da forma social. Após duas grandes guerras, a reconstrução da civilização burguesa demandou uma mudança na teoria do Estado, levando ao surgimento da democracia de massas como a forma política mais estável para a produção e o consumo. Nesse contexto, a legitimidade do Estado estava intrinsecamente ligada à socialização universal por meio da mercadoria, especialmente associada ao modelo fordista e ao pleno emprego. Essa era inicialmente é caracterizada por uma sensação de equilíbrio e estabilidade aparentes, levando a uma espécie de amnésia em relação à natureza destrutiva inerente ao capitalismo.

No entanto, a própria contradição fundamental do capitalismo fez com que esse modelo se tornasse novamente insustentável na década de 1960. Isso marcou o início de uma nova mudança na forma política do Estado, na qual o universalismo assumiu uma forma inversa. O surgimento do Estado de exceção, nos explica Menegat, conforme analisado por Giorgio Agamben em sua genealogia, pode ser compreendido como uma resposta a essas mudanças na dinâmica social e econômica.

Para Menegat, o Estado de exceção contemporâneo difere das ditaduras bonapartistas do passado, que surgiram em reação ao radicalismo das revoluções modernizadoras. Em vez disso, ele emergiu em um contexto no qual o Estado já estava influenciado pelo poder dos monopólios econômicos, mas

enfrentava ameaças de dissolução, tanto em termos de guerras mundiais quanto de crises econômicas intrínsecas ao sistema. A justificção para a adoção do Estado de exceção no pós-Primeira Guerra Mundial, especialmente nos países da Europa Ocidental, estava frequentemente associada à crise das moedas decorrente do colapso do padrão ouro da economia mundial.

O Estado de exceção, na análise de Menegat, emerge como uma força decisória que pretende manter a ordem social em meio ao colapso dos fundamentos econômicos. No entanto, essa imposição violenta da decisão se estende para além da esfera econômica, buscando restaurar a confiança perdida na estrutura social, mesmo que essa restauração seja apenas superficial. Portanto, torna-se uma forma de governança que tenta sustentar uma ordem em colapso, ainda que temporariamente, e com consequências potencialmente desastrosas para os princípios democráticos e os direitos individuais. Assim:

Na medida em que a lealdade e obediência do povo (fraturado em sua unidade) não pode mais ser o princípio de legitimação do Estado, em razão da crise do sistema e suas repercussões sobre a arrecadação fiscal, para os neoconservadores, o “guardião do bem comum precisa ter o poder político de não argumentar e, em vez disso, decidir” 10. Neste caso, não é o conceito de justiça e igualdade que deve servir de argamassa para religar os estilhaços da sociabilidade implodida, mas o fato de que “o Estado tem de legitimar-se [...] no modo como leva a cabo a tarefa central de assegurar a paz, a defesa contra os inimigos externos e internos” (MENEGAT, 2020, p. 66).

O que se pretende ressaltar, nesta pesquisa, com essa análise de Menegat (2020), é que a demarcação dos inimigos internos desse Estado, que tem sua suposta legitimidade no papel de guardião do bem comum, são os grupos humanos, que, pelas condições de concorrência na mundialização do capital sob as bases da revolução técnica, são descartados. Dessa condição, emerge a guerra civil – entendida pelo autor como conflitos sociais com escrachada violência –, que é um “sintoma agudo da impossibilidade de legitimação por consenso do Estado em crise”, assim como “um meio perverso para atingir tal fim”. Dessa forma, ainda argumenta o autor, que a presente modalidade da democracia só sobrevive ao passo de estar permanentemente ameaçada pelo desespero daqueles que mais dela necessitam. Diante da ameaça de implosão da ordem, o Estado se legitima através do uso da violência contra grupos sociais deserdados de sua clientela quando aquele abandonou

todas as suas funções de responsabilidade social.

Conforme o autor, esse movimento histórico alcançou o Brasil nos anos 1980, que na transição do período pós ditadura militar se confluíram em fatores contraditórios. De um lado, o avanço do neoliberalismo, que procurava contornar a crise capitalista desde os anos de 1970 e mantinha a economia estagnada; de outro, a Constituição Federal de 1988, que foi elaborada conforme o modelo dirigente<sup>32</sup>. Não tardou e o conteúdo constitucional foi submetido às críticas de cunho neoliberal, como já havíamos apontado<sup>33</sup>, assim como esse modelo econômico foi ganhando espaço como única saída para a crise do capital.

Desse movimento, surgiram inúmeras emendas constitucionais, principalmente sobre o capítulo da economia. Afirma Menegat que a desfiguração foi tanta que poderia se criar uma nova denominação: “Constituição dirigente invertida”. Na letra do autor:

Esta mudança se impõe devido a necessidade incontornável que os programas de financeirização neoliberal têm em fazer do Estado uma base ampliada da reprodução fictícia do capital. As dívidas públicas, segundo Kurz, tornaram-se um elemento estruturante das finanças dos Estados – e do capital - desde o esforço de guerra da primeira metade do século passado<sup>34</sup>. Depois deste período, elas foram necessárias para financiar, em parte, as crescentes funções que o Estado precisou assumir na reprodução social, como educação, saúde, transporte e aparatos de segurança; e foram suficientemente amplas para tornar a combinação do limite lógico da acumulação - perceptível no colapso do capital a partir dos 1970 e que se reflete na crise fiscal do Estado - com o endividamento exponencial, em algo insolúvel e revelador do teto histórico a que chegou o capitalismo (MENEGAT, 2020, p. 68)

O que se faz central em sua análise é a constatação de que esse movimento não é uma escolha de programas de governo, mas sim uma imposição concreta da dinâmica própria do capital, ou seja, sua insustentabilidade. Como afirma Marildo (2018, p. 69), “estamos às voltas [...] com o impasse que serve de base para a situação de origem do estado de exceção”.

Assim como expõe Marildo (2018), a crise do capital e sua “dessubstancialização” do processo de acumulação do capital<sup>35</sup> lograram o

<sup>32</sup> “por meio das normas constitucionais programáticas, fins programas de ação futura no sentido de melhoria das condições sociais e econômicas da população”

<sup>33</sup> Ver reflexões do trabalho sobre financeirização

<sup>34</sup> Cf. KURZ, R. A realidade irreal, p. 130-1. In: *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1997.

<sup>35</sup> Aqui, a ideia de substituição do trabalho vivo.

aumento do número de indivíduos excluídos das condições básicas de socialização por meio de mercadorias, o que levou, por seu turno, a uma desordem nessa lógica dominante, que precisou ser restaurada pela força. Ainda como expõe Marildo, a preservação das normas de conduta externas por meios arbitrários reflete a existência de um estado de insegurança que altera amplamente os hábitos sociais, exigindo dos indivíduos um esforço redobrado de autocontenção. A não violência deixa de ser uma escolha natural e passa a ser constantemente confrontada por um sentimento contrário, muitas vezes desencadeado por eventos violentos frequentes e próximos. Isso enfraquece a defesa da pacificação como projeto de longo prazo, deixando os indivíduos imersos em um ambiente de relações estranhas e ameaçadoras.

O aumento expressivo do número de efeitos da Polícia Militar<sup>36</sup> é sintomático a esse cenário, que demonstra uma política de extermínio disfarçada de guerra contra o crime, e está intimamente ligada, conforme o autor, a uma série de eventos violentos, especialmente entre jovens e negros.

É desse cenário que, argumenta Marildo (2019), há condições concretas para o surgimento de figuras como Jair Messias Bolsonaro e sua empreitada bem-sucedida de chegar à presidência de uma República.

O bolsonarismo é o representante desta violência terrorista que se alimenta do horror diário das ruas, um ponto de chegada da passagem da atividade policial defensiva, como deveria ser numa democracia, para as modalidades ofensivas, iniciado, e nunca interrompido, ainda em 1969 (MARILDO, 2019, p. 14).

A ideologia tem seu chão histórico no movimento concreto da realidade. A inauguração do governo Bolsonaro, como dito anteriormente, tem sua missão de preservar e aumentar o ataque às massas. A legitimação desse governo, assim como o movimento desde o Golpe em 2016, vem de um conjunto de narrativas unilaterais voltadas para ciar e incutir um comportamento comum fundado no ideário conservador. Na consolidação desse ideário, destacam-se a insegurança e a instabilidade e, além dessas, a defesa da liberdade individual e

---

<sup>36</sup> Ainda em 1980, por exemplo, a PM do RJ tinha um contingente de cerca de 23 mil soldados e pretendia estar presente em cada canto da cidade. Em 2010, esse contingente atingiu os 60 mil, ou seja, quase triplicou em 30 anos, enquanto a população cresceu num ritmo bem mais modesto. No mesmo delírio de presentificação, o comandante da PM de São Paulo, num depoimento na Assembleia Legislativa em 1981, falava no desejo (felizmente impossível) de se colocar um PM em cada quarteirão, o que exigiria um contingente de 144 mil soldados.

a sacralização da família, da religião e dos bons costumes. Tal ideário é propagado de maneira sistemática e atribuído a um inimigo comum; portanto, a máxima da extrema direita foi de mobilizar a população em geral a uma causa comum, contra o comunismo, e para isso seriam necessárias medidas excepcionais. Uma delas nos parece ser o resultado das eleições de 2018.

Com tudo isso posto, podemos compreender sem muitos esforços a popularidade do termo “cidadão de bem”, que seria o oposto de “bandido”, “marginal” etc. Para Oliveira e Silva (2021), esse discurso tem como funcionalidade a manutenção do poder para um pequeno grupo dominante, a burguesia.

Tanto o “cidadão de bem”, que não faz parte da burguesia, mas defende os seus interesses, quanto o “bandido”, aparecem como instrumentos para amenizar conflitos decorrentes de lutas de classes, ou seja, como simbolismos para a manutenção do Estado. E conforme as concepções marxistas, “[...] essa é a maneira pela qual a classe dominante de uma época e de uma sociedade determinada garante seus interesses e sua dominação sobre o todo social” (CHAUI *apud* OLIVEIRA; SILVA, 2021, p. 207).

As autoras argumentam ainda que a utilização do termo “cidadão de bem” foi a substituição ao termo “trabalhador”, ou seja, afirmava-se ser trabalhador quem não era bandido. A popularização desse termo, ao mesmo tempo que aproxima parte da população de um discurso mais militarizado, afasta essa mesma população do termo “classe trabalhadora”. O “cidadão de bem”, segundo as autoras (*apud* COSTA, 2021), é aquele que merece um tratamento educador por parte das políticas públicas e forças policiais e que teria direito efetivo na participação na sociedade, e o “bandido” seria aquele que traz instabilidade e poderia – e deveria – ser eliminado do convívio social (OLIVEIRA; SILVA, 2021).

Estabelece-se assim um “nós contra eles” de cunho moralizante, demarcando o “cidadão de bem” como modelo a ser seguido. Quando esse mesmo grupo de pessoas sofre alguma violação ou opressão decorrente do sistema econômico que defende, não tarda a culpar o não cidadão, objeto direto de seu ódio. Necessita se armar, pois se sente desprotegido dos “bandidos”, que por sua vez são protegidos pelo Estado e pelas “esquerdas”, por isso luta contra os Direitos Humanos, pois esses direitos nada mais são do que “uma ideologia descriminaliza bandidos, pune policiais, e destrói famílias” (BOLSONARO,

2018).

Portanto, partindo dessa lógica, o ladrão vira vítima e o policial, que deve combater o delinquente, passa a ser perseguido e criminalizado, tendo em vista que não poderia mais realizar seu trabalho. E, como consequência desse impedimento, teríamos o aumento da criminalidade, que para o ex-presidente só é possível de ser combatida a partir de disciplina e autoridade, tendo o militarismo como modelo (OLIVEIRA; SILVA, 2021, p. 211).

Está colocado um mecanismo para a manutenção da ordem hegemônica, pois:

[...] cada um ocupa exatamente o lugar que precisa estar: o bandido precisa ser combatido pela polícia, que ganha apoio do cidadão de bem. Assim, a força militar pode ir ocupando cada vez mais espaços de poder, controlando a educação via ampliação de escolas militares, entremeando-se até na presidência da república e no congresso nacional. Ao mesmo tempo, garante que a população negra continue ocupando o lugar que sempre ocupou na sociedade brasileira modelo (OLIVEIRA; SILVA, 2021, p. 211).

Considerados esses aspectos, passamos, no capítulo a seguir, à análise das refrações da ideologia conservadora na política de assistência social no governo de Jair Bolsonaro.

## **5 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA NO GOVERNO DO JAIR BOLSONARO: ENTRE O DISCURSO POLÍTICO DE SEU REORDENAMENTO E DESMONTES DE PROGRAMAS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA**

Pretende-se, neste capítulo, analisar uma das mediações fundamentais do movimento histórico em questão: a ideologia conservadora que reveste e orienta a configuração de uma política pública específica – a política de assistência social. Nesse sentido, conforme exposto na introdução desta dissertação, as reflexões subsequentes serão guiadas por uma pesquisa qualitativa, com ênfase na análise de discurso dos ministros que estiveram à frente do Ministério da Cidadania durante o governo Bolsonaro.

No contexto pós-Golpe, a assistência social sofreu retrocessos significativos. Um marco relevante foi a fusão da questão agrária ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, logo no início do governo Temer, seguida pela extinção desse ministério e seu rebaixamento à condição de secretaria nacional dentro do Ministério da Cidadania. Durante o governo Bolsonaro, os titulares dessa pasta foram Osmar Terra (2019-2020), Onyx Lorenzoni (2020-2021), João Roma (2021-2022) e, por fim, Ronaldo Vieira Bento (março a dezembro de 2022).

Um primeiro aspecto a ser destacado refere-se à continuidade da estratégia política da defesa de uma moralidade rígida por uma suposta racionalidade empírica que presidiria a lógica política construída sobre uma idealizada paralisação do tempo histórico, como se o momento presente pudesse ser um marco inaugural de novas estratégias políticas que viessem a coibir “possibilidade de construção de qualquer projeto societário alternativo à sociabilidade vigente” (SOUZA, 2015, p. 7). Observa-se que, concomitantemente, esse presentismo a que aludia Souza (2015), nos termos postos no capítulo 1 desta dissertação, é associado, no discurso da cerimônia de posse do primeiro-ministro da Cidadania do governo Bolsonaro à roupagem messiânica da redenção.

Em seu discurso, Terra (2019), ao justificar o desaparecimento do MDSA, que passou a vincular a política de assistência uma secretaria dentro do Ministério da Cidadania, explica:

Os ministérios se fundiram, não desapareceram, se fundiram, eu estava lendo na internet, não sei se é do Khalil Gibran e tal, que os rios não desaparecem, mas se incorporam, se tornam um caudal muito maior, eu quero dizer que estamos aqui para celebrar um Ministério Grande [...] Monstro, mas de grande, não de feio. Ele é grande, pode fazer um trabalho extraordinário [...] pode ser um instrumento de redenção, de incorporação de um Brasil novo que a gente espera que venha (TERRA, 2019).

A narrativa de que o governo Bolsonaro representaria uma nova era, “um Brasil Novo”, é uma manifestação clara de presentismo, ou seja, a interpretação do presente como um marco isolado e autônomo, desvinculado das dinâmicas históricas que o antecederam. Esse tipo de abordagem ideológica desconsidera as estruturas históricas que moldam a realidade social, política e econômica, reduzindo o presente a um ponto de partida que se pretende autossuficiente e transformador. No discurso bolsonarista, essa ideia se expressa por meio da retórica de ruptura com o passado, especialmente com os governos anteriores, como os do Partido dos Trabalhadores (PT), apresentados como sinônimo de corrupção e desordem moral. A proposta era instaurar um novo momento político livre de corrupção e com cunho “antissistema”, promovendo uma suposta regeneração nacional. Contudo, essa narrativa construída pelo ministro ignora ou minimiza os legados estruturais que permeiam a sociedade brasileira desde sua fundação, como a profunda desigualdade social, o racismo estrutural e as relações de poder baseadas na exploração capitalista. Ao dissociar o presente dessas determinações históricas, a retórica bolsonarista oculta as condições materiais que limitam a transformação social real, reforçando a hegemonia da ordem vigente ao apresentar o governo como uma solução salvadora e inquestionável. Essa abordagem, ao apagar as continuidades históricas e as contradições inerentes à realidade brasileira, não apenas se inviabilizam projetos alternativos, mas também se perpetua uma visão bastante superficial e ideológica de mudança.

A “fusão” de três ministérios (Esporte, Cultura e Desenvolvimento Social), tema abordado no discurso do ministro, coloca a assistência social em desconexão do que a caracteriza como política pública, a seguridade social, e se anuncia vinculada ao cenário da racionalidade empírica que oculta a retração da proteção social sob a idealização de uma “nova forma de fazer política”, mas que na verdade repõe traços fundamentais do conservadorismo no Brasil. Nessa

direção, em seu discurso de posse, o Ministro Osmar Terra justificou a subsunção do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário ao Ministério da Cidadania. Esse ato foi uma das propostas de campanha do então candidato Jair Bolsonaro (Programa de 2018), na qual se definia o seguinte:

Um número elevado de ministérios é ineficiente, não atendendo os legítimos interesses da nação. O quadro atual deve ser visto como o resultado da forma perniciosa e corrupta de se fazer política nas últimas décadas, caracterizada pelo loteamento do Estado, o popular “toma lá-dá-cá” (BOLSONARO, 2018, p. 17).

Fica evidente no programa de governo de Bolsonaro que o número de ministérios, por ele considerado elevado, serviria apenas para o favorecimento político de setores da classe política; em última análise, como moeda de troca no contexto de uma política clássica, que seria “perniciosa e corrupta”. A redução dos Ministérios seria uma alternativa mais “racional” e evitaria o “toma lá-dá-cá”. Esse discurso reforça o preconceito da “política nas últimas décadas”, comumente associada à corrupção e à ineficácia do Estado.

O discurso bolsonarista se apresenta como uma narrativa que vai além da simples luta contra a corrupção, assumindo um caráter mais amplo de oposição ao “sistema”. Nesse sentido, o que é criticado não é apenas a corrupção em si, mas o modo como a política foi conduzida nas últimas décadas, descrita como um espaço marcado por práticas de “troca de favores”, loteamento de cargos públicos e corrupção sistêmica. Jair Bolsonaro posiciona-se como o candidato capaz de combater essas práticas de forma radical, apresentando-se como um “salvador” que enfrentaria o sistema que permitiu tais desvios. Esse discurso encontra um lastro evidente na Operação Lava Jato, inaugurada em 2014, que contribuiu para a deslegitimação de partidos políticos tradicionais, culminando no *impeachment* de Dilma Rousseff e na prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A Lava Jato foi decisiva na construção dessa narrativa, ao consolidar uma visão de que o sistema político brasileiro estava estruturalmente comprometido, fornecendo a base para que Bolsonaro se apresentasse como uma alternativa radical ao *establishment*. Ao conectar a retórica bolsonarista com os desdobramentos da Lava Jato, percebe-se como esse discurso foi instrumentalizado para construir a imagem de um candidato supostamente acima das práticas tradicionais da política, ao mesmo tempo que se apropriava

de um sentimento difuso de insatisfação popular. Dessa forma, Bolsonaro não apenas se beneficiou da crise de credibilidade das instituições, mas também a ampliou, reforçando a ideia de que somente uma ruptura completa poderia corrigir os rumos do país.

Todo esse raciocínio visa justificar uma redução estatal e o enxugamento de programas e projetos existentes, claramente mascarando um aprofundamento da extinção das políticas de proteção social.

Com o discurso de combate à corrupção e antissistema, constrói-se um modelo de governança no qual as instituições são corroídas por dentro, já que as demandas democráticas e populares que poderiam provocá-las ao cumprimento de suas funções são incompatíveis com as demandas do mercado. Os laços possíveis, até então, entre as pautas democráticas e o capital imperialista vão se desamarrando.

Ainda em seu discurso de posse, Osmar Terra reforça os argumentos antissistema e anticorrupção; nas palavras do ministro:

Então vamos ter um presidente que vai poder fazer avançar muita coisa, o discurso que ele fez para os ministros foi muito significativo [...] eu posso dizer para vocês que o presidente chegou e está preocupado e está escolhendo pela qualidade que você pode ter e tem liberdade para agir e que não precisa se preocupar para servir interesses menores e sim interesses do Brasil é um feito [...] O presidente (antigos) era quase prisioneiro do presidencialismo de coalizão, e o presidente Bolsonaro está partindo com muita coragem para se libertar disso e fazer o Brasil mudar de verdade em todos os sentidos, éticos, moral, econômico, social (TERRA, 2019).

A roupagem messiânica dos discursos do presidente aparece mais uma vez como libertadora de práticas perniciosas em relação a outros governos. Supostamente, serviriam como amarras que impediriam o governo de servir aos “interesses nacionais [do Brasil]”. Portanto, nesses discursos, está descartada a necessidade da construção de projetos societários alternativos que considerem a formação histórica nacional, assim como constroem qualquer volta para o passado petista. Com o novo governo, o Brasil estaria “livre” para ser mudado “em todos os sentidos, éticos, moral, econômico, social”.

Outro elemento recorrente nos discursos alinhados à política bolsonarista é a análise *da sociedade* por uma perspectiva metafísica, em consonância com a que defendiam os conservadores franceses do século XIX.

Trata-se de uma concepção contrária ao nominalismo social iluminista, sob a alegação de nesse ideário a sociedade ser considerada uma construção artificial moldada de acordo com conveniências racionais.

Contrário à racionalidade que sustentava a defesa da igualdade formal no Estado moderno, para os conservadores a sociedade não poderia ser apenas uma soma de indivíduos, mas um “organismo vivo” com raízes culturais e espirituais que transcendem a racionalidade humana. Essa abordagem metafísica reitera a visão de que a sociedade tem uma essência independente das ações ou intenções de indivíduos específicos. Aqui é colocada uma intencionalidade apriorística que deveria ter como base fundante a dicotomia entre o bem, entendido como princípio *a priori*, e o mal como seu oposto.

O então ministro Onyx Lorenzoni é enfático em seus discursos ao associar às ações do Estado às concepções de cunho católicas. Diz o Ministro:

Ontem à noite eu estava olhando a Bíblia, e eu encontrei no Marcos 10, 42, 45, escrito a mais de dois mil anos atrás, algo que parece que foi escrito para o Brasil que nós herdamos. Olha só, diz Marcos, “Jesus os chamou e disse, vocês sabem que aqueles que são considerados governantes das nações as dominam, e as pessoas importantes exercem poder sobre elas” O Brasil não era assim presidente? Era sim. E continua Jesus através de Marcos “não será assim entre vocês, ao contrário, quem quiser tornar-se importante entre vocês, deverá ser servo, e quem quiser ser o primeiro”, o sr presidente, “deve ser escravo de todos, pois nem mesmo filho do homem veio para ser servido, mas para servir e dar sua vida em resgate por muitos”. Começo por aí, porque todos nós do time Bolsonaro, ministros, ouvimos do presidente que estamos aqui reunidos para servir o Brasil. Talvez nesse momento da história brasileira não exista nenhum homem mais obstinado a servir cada brasileiro do que o presidente Jair Messias Bolsonaro (LORENZONI, 2020).

O discurso em questão reflete uma concepção de sociedade fundamentada em valores orgânicos, alinhada à tradição conservadora, e que se opõe frontalmente à visão racionalista e reformista atribuída aos governos passados em especial ao PT, governo que erroneamente o caracterizam como “comunista”. A analogia entre a passagem bíblica de Marcos 10:42-45 e a postura do governo Bolsonaro não é apenas retórica, mas ilustra um modelo de governança que se reivindica enraizado em uma lógica hierárquica e de submissão voluntária em prol do bem coletivo. Nesse contexto, a metáfora do governante como “servo” ganha centralidade como uma tentativa de legitimar uma liderança que se apresenta como protetora das tradições e dos valores

nacionais, contrapondo-se ao que é percebido como uma ruptura promovida pelos governos petistas.

A noção de sociedade orgânica, recorrente na tradição conservadora, sustenta que a coletividade é um organismo vivo, cuja estabilidade depende da manutenção de papéis fixos e das relações hierárquicas estabelecidas historicamente. No discurso bolsonarista, essa concepção é utilizada para criticar os projetos de reformas sociais liderados pelo PT, frequentemente caracterizados como artificiais e descolados das “raízes” culturais e históricas do Brasil. A partir dessa visão, o partido é retratado como promotor de um projeto de desestruturação social, baseado em uma concepção racionalista e progressista que ignora o caráter intrinsecamente comunitário e espiritual da sociedade brasileira.

Ao evocar a passagem bíblica, o discurso reforça a ideia de que a liderança política não deve ser exercida como um domínio arbitrário, mas como uma missão divina de serviço. Essa visão se distancia do que expoentes dessa ideologia conservadora que se manifesta, sobretudo, na era Bolsonaro, atribuem aos governos petistas: uma estrutura de poder associada à centralização, ao “assistencialismo” estatal e à suposta manipulação ideológica das massas. A crítica conservadora ao PT, nesse sentido, ressoa na rejeição ao que é percebido como um projeto de engenharia social que busca subverter valores tradicionais em nome de uma agenda progressista.

Assim, a ideologia bolsonarista reivindica uma restauração da “ordem natural” da sociedade brasileira, pautada na valorização das hierarquias tradicionais e na suposta virtude do governante como servo. Essa narrativa não apenas serve para mobilizar a base conservadora, mas também para deslegitimar o legado político do PT, em algum sentido progressista, acusando-o de romper com o caráter orgânico da sociedade e de impor um modelo artificial de governança. O uso da metáfora religiosa, portanto, não é neutro, mas desempenha um papel fundamental na construção de uma crítica ao progressismo e na defesa de uma visão de sociedade baseada na preservação de estruturas e tradições históricas.

O ministro/pastor, em outra ocasião, agora tratando das ações de governo para a pandemia, pressionando a reabertura dos mercados, diz:

Agora na Páscoa, eu estava lendo a Bíblia, e eu encontrei em Gálatas uma citação que eu acho que é muito adequado ao momento que estamos vivendo no Brasil, que é Gálatas 5,1, e diz o seguinte: “foi para a liberdade que Cristo nos libertou, portanto, permaneçam firmes e não se deixem submeter novamente ao jugo de escravidão”. O presidente Bolsonaro alicerça seu governo desde o primeiro dia em dois grandes pilares: o Pilar da Verdade e o Pilar da Liberdade. Lembrar que durante todo o processo que trouxe o presidente Bolsonaro para a presidência da República, a base fundamental de conexão com a sociedade brasileira, foi o João 8, 32, “conhecereis a verdade e a liberdade vos libertará”. Espero que a reflexão inicial que fiz aqui possa ajudar prefeitos e governadores a entender a relevância a importância e o momento que o Brasil vive na busca que nós fazemos aqui de equilibrar, e repito mais uma vez, os cuidados com a saúde de brasileiros e brasileiras, sem descuidar, que nós precisamos combater a miséria, a fome e o desemprego (LORENZONI, 2020).

Mais uma vez, o discurso revela uma articulação ideológica que conecta a concepção de liberdade cristã à narrativa política do governo Bolsonaro, utilizando elementos religiosos para fundamentar uma crítica implícita a governos anteriores e legitimar as ações do atual governo. A citação de Gálatas 5:1 e a referência a João 8:32 evidenciam a centralidade do imaginário cristão-conservador como base para o discurso político, vinculando os conceitos de verdade e liberdade a um projeto de governo que se apresenta como libertador diante de um suposto “jugo de escravidão”.

No contexto político brasileiro, essa abordagem ressoa com uma crítica ao que os apoiadores do bolsonarismo identificam como um período de “submissão” vivenciado durante os governos petistas, caracterizados por políticas estatais centralizadoras e pela presença de ideologias progressistas no debate público. O apelo à liberdade, entendido aqui como valor transcendente e individual, passa da esfera política e se torna um elemento metafísico que tem “livre-arbítrio”, uma de suas mais consolidadas traduções, reforçando a ideia de que a libertação promovida pelo governo Bolsonaro seria, em última instância, uma missão divina.

O uso de citações do Evangelho de João 8:32 – “conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” – alicerça o discurso em dois pilares centrais: a verdade, associada à denúncia de supostas mentiras e manipulações do passado, e a liberdade, apresentada como a essência de um governo que busca resgatar a autonomia individual e nacional. Nesse sentido, a narrativa bolsonarista se constrói em oposição a uma visão de sociedade que, segundo

essa perspectiva, teria sido submetida a um “jugo de escravidão” ideológico e político, simbolizado pelos governos progressistas.

Essa retórica, ao evocar passagens bíblicas, desempenha um papel estratégico na mobilização de sua base conservadora, conectando questões políticas à dominação de classes ancorada, entre outros fatores, em valores religiosos profundamente enraizados na sociedade brasileira. O apelo à liberdade cristã também se alinha à ideia de uma sociedade imutável, em que a verdade transcendente e a autonomia individual devem ser articuladas de forma a consolidarem os fundamentos necessários para a preservação das tradições e da ordem social – para eles, as únicas rodas da história.

Portanto, além de repor maniqueísmo entre o bolsonarismo e seus adversários políticos, apresentando o governo atual como restaurador da liberdade e da verdade em um Brasil que teria sido desvirtuado por narrativas ideológicas que ignoram os valores espirituais e culturais do país, essa estratégia retórica não apenas legitima as ações do governo, mas também cria uma identidade coletiva entre seus apoiadores<sup>37</sup>, baseada na fé e na resistência a um passado que é constantemente revisitado como ponto de ruptura e a necessidade de limpar a sociedade do pecado moral.

Não seria possível não trabalhar com o elogio ao preconceito no qual o conservadorismo clássico se alicerça. Percebemos esse elemento irracional no discurso dos ministros de forma contundente. Osmar Terra, ao tratar do programa Criança Feliz, diz:

Elas nascem com o mesmo potencial, o problema é que a partir do nascimento elas vão estar imersas em um ambiente mais rico em estímulos, a família de classe média, ela tem provavelmente um ensino universitário, um médio completo, ela tem um vocabulário mais rico, lê para crianças, mais palavras, tem livros em casa, e as crianças de famílias mais pobres não. Só 8% das famílias do Bolsa Família têm algum tipo de literatura em casa. Então a mãe também tem escolaridade menor, um vocabulário mais limitado, essa criança fica imersa em um ambiente com menos palavras, vai ouvir, vai formar memória de menos palavras. Aos 4 anos de idade essa criança de classe média tem 10 vezes o vocabulário de uma criança de uma

---

<sup>37</sup> Os acampamentos bolsonaristas após a derrota nas eleições demonstram a fé de seus apoiadores em seu governo: “O ‘momento espiritual’ não se limita à tenda. A cada hora, os gritos de guerra no protesto principal são substituídos por orações pedindo que Deus ‘tenha misericórdia do Brasil’, pois ‘nós sabemos que muitos se separaram do Senhor, e por isso estamos na situação em que estamos’”. PRECE contra o comunismo e spray de pimenta: veja como é o acampamento golpista. *Congresso em Foco*, 8 nov. 2022. Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/29734/prece-contra-o-comunismo-e-spray-de-pimenta-veja-como-e-o-acampamento-golpista>. Acesso em: 1 mar. 2024.

família mais pobre, são abismos, ao entrar na escola a professora vai entender melhor o que essa criança de classe média fala, a criança vai entender melhor o que a professora fala, e a criança da família mais pobre vai ter mais dificuldades, e ao longo da vida esse abismo vai se ampliando (TERRA, 2019).

A análise do discurso do ministro sobre o impacto das condições familiares no desenvolvimento infantil oferece um exemplo claro da ratificação do preconceito em conformidade com a análise burkeana. Ele afirma que crianças nascem com o mesmo potencial, mas que as provenientes de famílias de classe média têm um ambiente mais rico em estímulos, com mais escolaridade dos pais, acesso a livros e vocabulário mais desenvolvido. Em contraste, crianças de famílias pobres vivem em ambientes menos estimulantes, o que perpetua a desigualdade de oportunidades. Segundo Terra, essa disparidade se amplia ao longo da vida, criando um “abismo” de desenvolvimento entre crianças de diferentes contextos socioeconômicos. E observe-se que o ministro sinaliza tal abismo como fato consumado e fundante da estratificação social.

Reitera-se no discurso o preconceito de classe: as classes dominantes são identificadas como adequadas ao padrão ideal de desenvolvimento, e as famílias pobres deveriam aspirar a isso. Em vez de questionar as estruturas socioeconômicas que geram diferenças de acesso ao direito à educação, o discurso coloca a responsabilidade de superação exclusivamente sobre as famílias mais vulneráveis, reforçando a hierarquia social existente. O modelo ideal – baseado em tradições e práticas valorizadas por grupos mais favorecidos – é preservado e tratado como universalmente aplicável, ignorando as especificidades culturais e contextuais das famílias em situação de pobreza.

Além disso, a proposta de intervenção para corrigir essa desigualdade volta-se a ações meramente instrumentais, como visitas domiciliares e estímulos educacionais, sob a lógica de integração ao padrão estabelecido, sem qualquer vestígio de crítica à realidade social e à transformação das bases estruturais que perpetuam a exclusão. Assim, o discurso não apenas reflete o preconceito burkeano, mas também o aplica como estratégia de política pública compassada com os cortes orçamentários e fragilização da política públicas, sobretudo a política de assistência, enfatizando a uma suposta relação entre necessidades materiais de acesso às políticas de proteção social à conformidade com valores

ideais consolidados. Dissolve-se, nessa relação, qualquer perspectiva de promover políticas inclusivas na sociedade.

Conforme apontado por Jamerson (2016) ao fundamentar as ações governamentais com base no “preconceito”, a ideologia conservadora impede qualquer debate sobre a formação social, histórica ou cultural de um país, tratando os que não se enquadram aos padrões previamente estabelecidos, no nosso caso o europeu, como exceções, anomalias, desvios, passíveis de intervenção e tratamento, ainda que muitas vezes de forma indireta. No discurso de Osmar Terra, o Programa Criança Feliz tem essa funcionalidade dentro do *hall* de ações lançado pelo governo federal.

Ressalta-se, nesta pesquisa, o discurso proferido pelo Ministro João Roma, que, ao explicar o Auxílio Brasil, diz:

Com essa medida o governo federal integra várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação e emprego, ao mesmo tempo em que garante uma renda básica as pessoas que estão na faixa de pobreza e de extrema pobreza oferece ferramentas para emancipação socioeconômica; estamos falando aqui de inserção no mercado de trabalho e de autonomia a conquista de qualidade de vida em busca do acesso à cidadania com liberdade de escolha (ROMA, 2022).

O discurso que enfatiza a autonomia financeira como o modelo ideal, baseado no trabalho formal e no empreendedorismo, reflete uma lógica de enquadramento social que impõe padrões previamente estabelecidos de “mérito” e “virtude”. Essa abordagem parte do pressuposto de que o sucesso e a inclusão social dependem unicamente do esforço individual e da capacidade de adaptação aos valores apriorísticos.

Os beneficiários de programas sociais são incentivados a seguir um caminho, um modelo, como uma idealizada inclusão no mercado de trabalho num cenário de extrema precarização. Tal idealização tem como uma de suas matrizes a ênfase no desenvolvimento de atividades empreendedoras, vistas como caminhos legítimos e únicos para superar a pobreza. Trata-se, portanto, de uma perspectiva que não apenas ignora a complexidade das condições socioeconômicas que perpetuam a exclusão, mas que cria também uma divisão implícita entre os “merecedores” de assistência – aqueles que conseguem se adequar às expectativas colocadas – e os “desviantes” ou “dependentes”, que,

por diversos motivos, não atendem aos critérios estabelecidos e que, portanto, tornam-se alvos de todos os adjetivos pejorativos.

Ao tratar a adequação a esses valores como pré-requisito para a dignidade e a inclusão social, o discurso perpetua o preconceito contra os que, no ideário conservador, não se encaixam nesse modelo, reforçando desigualdades já existentes.

A centralidade da família é outra característica fundamental do conservadorismo clássico, amplamente refletida nos discursos analisados. Enfatiza-se, na ideologia conservadora clássica, a família como a base essencial da sociedade, como seu átomo indivisível, atribuindo a ela o papel principal na formação moral dos indivíduos. Nessa direção, Burke e seus seguidores não pouparam críticas à suposta destruição da família, como procuramos demonstrar em páginas anteriores.

Ao longo dos discursos dos ministros, essa centralidade da família como esteio moral é reafirmada de diversas maneiras, com ênfase na relação entre superação da pobreza e cuidado com os vulneráveis à formação de valores ao núcleo familiar, em conformidade com os moldes tradicionais. Sob tal perspectiva, uma solução institucional apresentada pelo ministro Osmar Terra às diferenças entre as famílias de classe média e as mais vulneráveis em relação ao acesso à educação seria “[...] um visitador toda a semana na casa de uma família do Bolsa Família, fica lá 50 minutos, uma hora, com a mãe, orientando a mãe, observando a criança, toda a semana”. Tal solução é construída a partir do pressuposto que – conforme já destacado nesta pesquisa – para esse ministro as crianças de famílias pobres, apesar de nascerem com o mesmo potencial das de classe média, enfrentam desvantagens devido à falta de estímulos educacionais e culturais no ambiente doméstico. Terra sugere que essas desigualdades podem ser reduzidas por meio de intervenções direcionadas, como o programa Criança Feliz, que busca orientar mães em práticas de cuidado e estímulo aos seus filhos.

Essa narrativa reflete a visão conservadora de que a solução para a pobreza não está na transformação das estruturas socioeconômicas, mas na adaptação das famílias a um modelo ideal, baseado em práticas e valores da classe média. Nesse ponto, podemos retomar as análises de Neder (1994), em que explicita o lugar da família branca e da família preta, seus papéis

historicamente atribuídos pelo processo violento da escravidão e o racismo biologista<sup>38</sup>. A família, nesse contexto, é vista como o núcleo de reprodução das condições necessárias para a inclusão social, enquanto o papel do Estado se limita a um apoio complementar.

No discurso sobre o Criança Feliz, Terra reforça que a família é o principal espaço de formação das capacidades humanas, especialmente na primeira infância. Ele argumenta que cabe às famílias proporcionarem ambientes ricos em estímulos que permitam as crianças desenvolverem habilidades cognitivas, emocionais e sociais. Embora reconheça as limitações enfrentadas por famílias pobres, a solução apresentada não se propõe a modificar essas condições que não naturais, mas estruturais. Essa abordagem conservadora reitera, cotidianamente, a visão de que a família é o alicerce da sociedade e é a responsável pela educação moral e pela transmissão de valores corretos.

O discurso de Onyx Lorenzoni sobre o cuidado com os idosos durante a pandemia de COVID-19 também reflete a ideologia conservadora que orienta a concepção e orientação da política de assistência no governo Bolsonaro. É atribuída, nesse discurso, a responsabilidade principal pela proteção e assistência dos mais vulneráveis. Lorenzoni enfatiza que, diante das dificuldades impostas pela crise sanitária, cabe às famílias organizarem rotinas para garantir a segurança dos idosos, especialmente evitando que crianças assintomáticas os exponham ao risco de contaminação. Ele sugere que o cuidado com os mais velhos deve ser um esforço coletivo dentro do núcleo familiar, destacando que ações como alternância de familiares no acompanhamento dos idosos podem substituir, ou minimizar, a necessidade de intervenção estatal.

Então a gente precisa dar a dimensão, temos que proteger, na minha visão, os grupos de risco, proteger muito nossos idosos, isso tem que ser um esforço não só de governo, mas tem que ser um esforço das famílias, tem que ter uma rotina de alternância dos familiares. Às vezes a gente tem aquele tio-avô, aquela madrinha que é aquela tia, além do pai do avô e da mãe, essas pessoas têm que ser protegidas, os pequenos das nossas famílias que são portadores [...] assintomáticos, não podem ser levados aos avós, né? Porque os colocam sob risco (LORENZONI, 2020).

---

<sup>38</sup> Essas famílias eram consideradas bestiais/bestializadas (NEDER, 1994).

Outro ponto bastante exaltado pelos ministros da Cidadania é a arcaica e histórica relação do primeiro-damismo com a assistência social. Ainda em seu discurso de posse, Terra (2019) faz referência ao discurso da primeira-dama Michele Bolsonaro no evento de posse da presidência. Diz Terra:

[...] vocês viram ontem o discurso emocionante da primeira-dama, falando sobre as questões [...] a parte que a toca ela, que a preocupa mais, a área da assistência social, fazendo um discurso em libras, que foi o ponto alto da posse [...] emocionou todo mundo porque ela faz com paixão<sup>39</sup> (TERRA, 2019).

Esse apontamento realizado por Terra evidencia a instrumentalização da figura feminina no contexto político contemporâneo, em que o “primeiro-damismo” assume uma dimensão simbólica e prática dentro de uma lógica conservadora e patriarcal. No caso de Michelle Bolsonaro, observa-se a associação direta entre sua atuação como primeira-dama e a política de assistência social, marcada por um apelo emocional e moral, frequentemente vinculado ao discurso religioso. Essa narrativa reforça uma concepção tradicional de gênero, na qual a mulher é destacada pelo seu papel de cuidadora e pela sua suposta superioridade moral, em oposição ao homem, que é visto como representante da racionalidade e da liderança política.

Essa perspectiva pode ser encontrada na análise de Torres (2002), ao apontar que o substrato patriarcalista estrutura a divisão de papéis sociais de forma dicotômica. Atribui-se à mulher a responsabilidade pelos aspectos sentimentais e pela “imanência”, ou seja, pela proximidade com questões do cotidiano e da moralidade prática, enquanto o homem permanece ligado às esferas do poder e da racionalidade abstrata. Nesse contexto, o papel de Michelle Bolsonaro como provedora de ações assistencialistas se apresenta

---

<sup>39</sup> O Discurso a que o ministro se refere: “Agradeço ainda à população brasileira pelas orações que nos deram tanta coragem para seguir adiante. Agradeço a Deus essa grande oportunidade de poder ajudar as pessoas que mais precisam. Trabalho de ajuda ao próximo que sempre fez parte da minha vida e que a partir de agora, como primeira-dama, posso ampliar de maneira ainda mais significativa. É uma grande satisfação, um privilégio, poder contribuir e trabalhar para toda a sociedade brasileira. As eleições deram voz a quem não era ouvido e a voz das urnas foi clara: o cidadão brasileiro quer segurança, paz e prosperidade. Um país em que sejamos todos respeitados. Eu gostaria de modo muito especial de dirigir-me à comunidade surda, pessoas com deficiência e a todos aqueles que se sentem esquecidos. Vocês serão valorizados e terão seus direitos respeitados. Tenho esse chamado no meu coração e desejo contribuir na promoção do ser humano”. LEIA a íntegra do discurso de Michelle Bolsonaro em Libras. *Folha de S.Paulo*, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-michelle-bolsonaro-em-libras.shtml>. Acesso em: 21 mar. 2024.

como um exemplo emblemático de como a ideologia conservadora utiliza os estereótipos de gênero para legitimar determinadas práticas sociais e políticas.

Além disso, essa atuação da primeira-dama consolida a política de assistência social como um campo de reprodução das hierarquias patriarcais ao restringir sua condução a um perfil de liderança que se alinha aos valores que advogam pela necessária manutenção da família tradicional e da moral cristã. Esse modelo político não apenas reforça desigualdades de gênero, mas também limita as possibilidades de uma abordagem emancipatória e estrutural para situações de desproteção social que decorrem da questão social e da forma como o Estado a gerencia. Nesse sentido, o “primeiro-damismo” simboliza um retorno a concepções ultrapassadas de assistência social, que subordinam as políticas públicas a ideologias conservadoras. O discurso de Osmar Terra, ao exaltar Michelle Bolsonaro e seu discurso, reflete a concepção que o governo federal tem sobre a assistência social.

É sintomático, portanto, a inauguração do programa Pátria Voluntária, coordenado pela então primeira-dama Michelle Bolsonaro. O programa, além de reforçar o voluntarismo nas ações de assistência social, ressuscitou o papel simbólico da primeira-dama como figura pública responsável por iniciativas de assistência, resgatando uma prática comum em administrações anteriores, como o governo de Michel Temer. Essa centralização na figura da primeira-dama, somada à promoção do trabalho voluntário, evidenciou um distanciamento do modelo de política social consolidado pela assistência social brasileira nas últimas décadas, que prioriza a universalidade e os direitos garantidos por políticas públicas organizadas.

O Pátria Voluntária anuncia, de forma emblemática, o cariz conservador que se evidencia como das mediações fundamentais para justificativa de perdas de conquistas substantivas da classe trabalhadora no campo da seguridade social, entre essas as que se circunscrevem na política de assistência, durante o governo Bolsonaro. A associação de um programa lançado como peculiaridade dessa política retoma o modelo de “Pátria” que se associa ao voluntariado, ao apadrinhamento, à benesse, e evidencia a combinação entre política econômica voltada aos interesses dos grandes latifúndios em detrimento da necessária seguridade da classe trabalhadora.

Onyx Lorenzoni, em entrevista sobre a assistência social e a pandemia, demonstra o caráter desse programa encabeçado pela primeira-dama. Diz ele:

Nós com a assistência social que cuidamos dos mais vulneráveis, e a gente do esforço que esse verdadeiro exército de homens e mulheres, que trabalham no SUAS [...] que cuida dos mais vulneráveis, com idosos que estão, por exemplo, nas ILPIs - instituições de longa permanência [...] nós temos mais de 1913 instituições no Brasil que nós estamos ajudando, inclusive a primeira-dama, com o Pátria Voluntária<sup>40</sup>, está organizando um processo de voluntariado, de doações. Às vezes, além de gêneros alimentícios, medicamentos, roupas, né, melhoria da condição das pessoas, precisa também levar uma palavra, né?!, precisa de um carinho às vezes, não pode ter o toque, mas pode ter uma palavra de conforto, uma palavra carinhosa, isso melhora muito o ânimo da pessoa, ela se sente querida (LORENZONI, 2020).

O pronunciamento do ministro evidencia uma articulação discursiva que reflete os fundamentos ideológicos e práticos do conservadorismo no campo da assistência social durante o governo Bolsonaro. A fala destaca o trabalho de profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e enfatiza a atuação das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), associando-as a um esforço coletivo de “cuidado” com os mais vulneráveis. No entanto, a ênfase recai sobre o programa Pátria Voluntária e sua mobilização de recursos através de voluntariado e doações, revelando uma visão pautada pela substituição da universalidade e da garantia de direitos por iniciativas caritativas e individuais.

O foco no papel da primeira-dama no simbolismo do “carinho” e da “palavra de conforto” denota uma personalização da política social, deslocando a centralidade do Estado como provedor de direitos para uma abordagem baseada em ações benevolentes. Esse deslocamento é emblemático de um projeto que desresponsabiliza o poder público, delegando a solução das refrações da questão social a indivíduos ou entidades privadas.

Ademais, o discurso ignora as condições estruturais que produzem e perpetuam as vulnerabilidades sociais. Ao privilegiar ações pontuais e paliativas, como doações de gêneros alimentícios e medicamentos, e ao valorizar gestos

---

<sup>40</sup> DECRETO Nº 9.906, DE 9 DE JULHO DE 2019: Institui o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Conselho do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Prêmio Nacional de Incentivo ao Voluntariado e o Selo de Acreditação do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado.

simbólicos, como palavras de conforto, o discurso contribui para a despolitização das políticas de assistência social. Tal abordagem, ao naturalizar as desigualdades e as precariedades enfrentadas por populações vulneráveis, reforça a lógica conservadora de reprodução do *status quo*, na qual o enfrentamento das refrações da questão social é reduzido à caridade e ao voluntarismo.

Ainda poderíamos argumentar que, ao utilizar a retórica do “cuidado” como alicerce, o discurso encobre os retrocessos nas políticas públicas de assistência social, desviando o debate de questões fundamentais, como o subfinanciamento crônico do SUAS e a retirada de direitos sociais. Essa retórica, alinhada aos interesses neoliberais e conservadores, favorece a perpetuação de uma seguridade social fragilizada e subordinada aos interesses do mercado e das elites econômicas. Ainda nessa empreitada, Osmar Terra, na passagem do cargo para Onyx Lorenzoni, diz:

Queria reforçar o papel que teve a primeira-dama no movimento Pátria Voluntária, que é focalizando nas pessoas, naqueles “que de saída”, os deficientes, “que de saída” já estão ficando para trás. Os surdos, a primeira infância, tudo isso são bandeiras que temos que levar em frente (TERRA, 2020).

O trecho analisado reforça a centralidade do programa Pátria Voluntária e da atuação da primeira-dama no discurso oficial, vinculando essas iniciativas a um compromisso com grupos vulnerabilizados identificados, nesse discurso, como pessoas com deficiência, surdos e crianças na primeira infância. A análise crítica desse discurso revela contradições importantes, especialmente quando se considera o conceito de equidade no âmbito das políticas públicas.

Ao destacar que determinados grupos “já estão ficando para trás”, o ministro reconhece a existência de desigualdades, mas não aponta para soluções que promovam a inclusão desses segmentos por meio de políticas públicas robustas, estruturais e universais. Em vez disso, o foco no Pátria Voluntária e em iniciativas como “doações” e “palavras de conforto” evidencia um modelo de assistencialismo que não aborda as raízes dessas expressões da desigualdade de classes. Essa abordagem contrasta diretamente com os

princípios da equidade, que requerem a intervenção do Estado para corrigir disparidades estruturais e garantir direitos fundamentais.

Outro aspecto importante é a retórica que leva à “focalização”. Embora o conceito de focalização possa, em alguns contextos, ser compatível com a equidade, aqui ele aparece vinculado a uma lógica conservadora que utiliza o voluntariado como substituto da ação estatal. Essa substituição fragiliza o SUAS, que é um sistema desenhado para promover acesso equitativo a direitos sociais, e transfere a responsabilidade pela proteção social para a esfera privada, por meio de ações de caridade.

Além disso, ao eleger “bandeiras” como a primeira infância e as pessoas com deficiência, o discurso pode ser visto como uma tentativa de legitimar o desmonte de políticas universais, uma vez que foca em demandas específicas e simpáticas ao senso comum, enquanto negligencia o princípio de equidade como transversal a todas as ações de assistência social. Essa escolha fragmenta o atendimento das necessidades sociais, criando uma hierarquização de vulnerabilidades que, ao invés de corrigir desigualdades, pode aprofundá-las ao marginalizar outros grupos igualmente vulneráveis.

Para o governo Bolsonaro, portanto, a desigualdade social – entendida aqui nos marcos da política de assistência social – é tratada sem nenhuma análise mais profunda, circunscrevendo-a nos marcos das vontades individuais e naturalizando as diferenças de classes. Osmar Terra, em uma entrevista sobre o Bolsa Família, diz:

[...] o que estamos reforçando agora, é um programa de emprego e renda, uma parceria montada com o “sistema S” para capacitar os nossos jovens, vamos focalizar os “nem nem”, os jovens que não trabalham e nem estudam, entre 18 e 29 anos que estão nas famílias do Bolsa Família, e vamos oferecer para eles microcrédito [...] ajudar a esses jovens a encontrar uma profissão, e estamos combinando com as empresas uma cota de emprego, pode ser emprego simples, mas uma cota de empregos em cada associação brasileira, [associações] de supermercado, comércio varejista, e em cada município as empresas ofereçam uma cota de 10% pelo menos de seus novos empregos para os jovens do Bolsa Família (TERRA, 2019).

A fala do ministro sobre a focalização dos jovens conhecidos como “nem-nem” – aqueles que não estudam nem trabalham – e a proposta de capacitação e inserção no mercado de trabalho refletem a abordagem neoliberal característica do governo Bolsonaro no tratamento da desigualdade social. Essa

abordagem é marcada pela individualização das causas da pobreza, desconsiderando as estruturas socioeconômicas e políticas que a perpetuam. Ao enfatizar a capacitação via parcerias com o “Sistema S” e a oferta de microcrédito, o discurso transfere para os indivíduos a responsabilidade de superar as barreiras impostas por uma realidade socioeconômica historicamente desigual.

A proposta de cotas de emprego para jovens do Bolsa Família nas empresas, com a inclusão de “empregos simples”, revela uma tentativa de promover a inserção laboral, mas sem enfrentar os determinantes estruturais do desemprego e da precarização do trabalho no Brasil. Tal medida, embora possa ter impacto pontual, mantém um caráter paliativo, pois não contempla a criação de empregos de qualidade, com salários dignos e direitos trabalhistas assegurados.

Ainda podemos argumentar que o termo utilizado, “empregos simples”, caracteriza a hierarquização social entre jovens da classe trabalhadora beneficiários do programa Bolsa Família e os demais. É relevante essa concepção subjacente ao discurso, que tende a reforçar o estigma sobre os beneficiários do Bolsa Família e os jovens da classe trabalhadora, vistos implicitamente como inativos ou improdutivos. Essa visão ignora os múltiplos fatores que dificultam sua inserção na educação e no mercado de trabalho, como a falta de políticas públicas, a ausência de suporte às famílias vulneráveis e a falta de condições materiais para alcançar o mercado de trabalho, além das condições estruturantes do capital. Em vez de reconhecer essas limitações estruturais, o discurso atribui às ações individuais o peso central na superação da pobreza.

Essa perspectiva está alinhada ao movimento mais amplo do governo Bolsonaro de desmonte progressivo das políticas sociais que se pretendem universais e redistributivas. A ideia de que o combate à desigualdade pode se dar apenas pelo acesso ao trabalho ou pelo empreendedorismo mascara o conteúdo da luta de classes e da exploração capitalista, repondo ideologias funcionais à manutenção do capitalismo. Ao naturalizar as diferenças de classe, o discurso reduz a necessidade de superação da sociabilidade capitalista, atribuindo a barbárie vivenciada pelas famílias mais empobrecidas à responsabilidade dessas famílias.

Ainda poderíamos argumentar, conforme os termos explicitados no capítulo 2 deste trabalho, que o conservadorismo valoriza a hierarquia social como um dos elementos estabilizadores da sociedade. Burke, ao elogiar a Revolução Inglesa (pelo alto) e condenar a Francesa (com participação das camadas populares), traça uma hierarquia valorativa sobre quem deve decidir e pensar e os que devem trabalhar. Ao analisar o parlamento francês, Burke não se constrange ao atribuir toda a vilania e degenerescência das tradições à condição de pobreza originária de seus deputados. Percebemos os mesmos traços na fala do ministro, que para os beneficiários do Bolsa Família bastam empregos simples, e não os que possuem poder decisório.

Terra, em outro momento de sua trajetória no Ministério da Cidadania, ainda debatendo o programa Bolsa Família, afirma:

[...] ele [o PBF] não ajuda as pessoas a sair da pobreza. Então nós criamos programas para que os jovens “nem nem”, são 4 milhões e 600 de jovens “nem nem”, que eles tenham oportunidade de acesso ao ensino [...] que futuro que tem esses jovens nas famílias mais pobres do Brasil? 4 milhões é o exército de reserva do crime organizado. Eles têm que vencer essa barreira. E nosso governo está promovendo pela primeira vez um grande programa de capacitação técnica respeitando os arranjos locais [...] (TERRA, 2020).

A análise desse infeliz discurso, à luz do referencial teórico apresentado em capítulos anteriores, revela uma intersecção significativa entre a lógica do capital, as políticas públicas e a consolidação de um Estado de exceção, como descrito por Menegat. A fala do ministro localiza os jovens “nem-nem” como um problema social e econômico que deve ser enfrentado pela capacitação técnica e pela inserção no mercado de trabalho, numa abordagem permeada por elementos conservadores que ocultam os determinantes estruturais da exclusão e reforçam mecanismos de controle social.

Ao caracterizar os jovens das famílias mais pobres como parte de um “exército de reserva do crime organizado”, o ministro adota uma perspectiva que criminaliza a pobreza e reforça estigmas contra populações vulneráveis, especialmente jovens negras/os e moradoras/es das periferias dos centros urbanos. Essa narrativa legitima práticas de repressão, conectando-se ao aumento da violência estatal mencionado por Menegat (2020), que identifica na militarização e na intensificação das ações policiais ofensivas uma forma de

preservação da ordem capitalista diante de sua crise. A associação direta entre a exclusão social e o crime organizado reflete a incapacidade do capital de integrar amplas massas ao consumo e ao mercado de trabalho, gerando um estado de insegurança fundada em medidas arbitrárias.

A proposta do governo, centrada na capacitação técnica e nos “arranjos locais”, apresenta-se como uma tentativa de oferecer uma resposta à crise social, mas, ao fazê-lo, transfere para os indivíduos a responsabilidade por sua situação de exclusão. Isso reflete a dessubstancialização do capital, conforme analisada por Menegat (2019), que redefine a pobreza e a desigualdade como problemas comportamentais e não estruturais.

Onyx Lorenzoni, segundo ministro a comandar o Ministério da Cidadania, em coletiva com a imprensa, ao tratar do Auxílio Emergencial<sup>41</sup>, reforça ainda mais a criminalização da pobreza e a moralidade conservadora, levando a caracterizações mais problemáticas:

Desses 9 milhões de informais [...] nos encontramos em torno de 70 mil é presidiários; ou seja, nós temos 577 mil presidiário que tem CFPS ativos, nas mais variadas condições, destes em torno de 70 mil [...] tentaram burlar o sistema de controle que nós temos junto com a Dataprev, com a Caixa, e tentaram receber os 600 reais. Os 600 reais não é pra bandido não, não é pra presidiário não, é para famílias de trabalhadores, pessoas de bem, pessoas vulneráveis que precisam ser protegidas. Esse dinheiro tem que ser pra elas, não pra espertalhão não [...] Bandido espertalhão não pode acessar dinheiro dos mais pobres (LORENZONI, 2020).

O discurso do ministro revela elementos que repõem as dinâmicas autoritárias e excludentes características do bolsonarismo. Como descrito no referencial de Menegat, o discurso apresenta uma lógica moralizante que reforça preconceitos contra pessoas encarceradas e instrumentaliza a exclusão social como recurso discursivo para legitimar um projeto político de controle e segregação. Ao estabelecer uma dicotomia entre “trabalhadores de bem” e “bandidos espertalhões”, o ministro justifica a exclusão de pessoas encarceradas através da moralidade e do preconceito, ignorando as condições sociais, econômicas e históricas que levam à privação de liberdade no sistema prisional.

---

<sup>41</sup> O Auxílio Emergencial foi um benefício financeiro criado para garantir renda mínima aos brasileiros em situação vulnerável durante a pandemia de COVID-19 (coronavírus). Fonte: Portal GOV.br.

Destaca-se, portanto, o preconceito explícito na fala do ministro, utilizado para justificar o penal como sinônimo de eficiência.

O uso do termo “bandido” carrega um peso simbólico que reforça estigmas e trata pessoas presas como indignas de qualquer política pública, mesmo em situações de extrema vulnerabilidade. Essa narrativa desconsidera que os encarcerados frequentemente pertencem às camadas mais pobres da sociedade, profundamente impactadas pela precarização do trabalho e pela falta de acesso a direitos básicos<sup>42</sup>. Em vez de abordar as desigualdades estruturais que conduzem à criminalização de populações que não têm acesso à riqueza socialmente produzida, o discurso do ministro utiliza a condição de encarceramento como um marcador moral para justificar sua exclusão do sistema de assistência. Além disso, destaca-se a ideia implícita de meritocracia no discurso, que sugere que apenas pessoas “dignas” merecem proteção social, desviando a atenção das responsabilidades do Estado em garantir a universalidade dos direitos.

Ainda podemos apontar que a figura do “bandido” desempenha, nesse contexto, um papel central na construção de um inimigo comum que mobiliza a população em torno de um projeto político autoritário. Essa construção ideológica sustenta um modelo político que privilegia o controle e a repressão em detrimento de políticas públicas que enfrentam as causas estruturais da desigualdade, portanto mantém uma hierarquização social tão cara aos conservadores.

Igualmente, nesse sentido, outro discurso que também evidencia a questão da moralidade e do preconceito é o do Ministro Ronaldo Vieira Bento:

Importante falar a todos os beneficiários, a todas as mulheres que recebem o Auxílio Brasil, visto que mais de 83% das chefes de família do Auxílio Brasil elas são mulheres donas de casa, avós, que estão cuidando de sua família como um todo [...] que o Auxílio Brasil não só não vai perder o emprego, não vai, também perder seu benefício como

---

<sup>42</sup> O alto índice de encarceramento no Brasil reflete uma dinâmica persistente no sistema de justiça criminal, que afeta desproporcionalmente determinados grupos sociais. A maior parte da população prisional é composta de jovens de até 29 anos (55%), negros (64%) e pessoas com baixo nível de escolaridade, e 75% não concluíram o ensino médio. Essa realidade é corroborada pela pesquisa “Encarceramento, políticas públicas e atuação da Justiça em territórios de vulnerabilidade social”, que traça um perfil predominante entre os autuados: homens jovens, com pouca ou nenhuma formação educacional, de baixa renda, sem filhos e provenientes de áreas marcadas por média a alta vulnerabilidade social. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/estudo-mostra-relacao-entre-vulnerabilidade-e-encarceramento/>. Acesso em: 1 mar. 2024.

também vai receber um incentivo, um fomento para todas as famílias que constituírem um emprego formal, trabalho formal, bem como uma microempresa individual, o empreendedorismo, o Auxílio Brasil, ele garante essa permanência dessas famílias, bem como também o retorno para aquelas que saírem da renda mínima e conseguirem sua autonomia social e sua autonomia financeira, que é isso que a gente estimula (BENTO, 2022).

A fala apresentada evidencia um esforço de reposicionamento discursivo do programa Auxílio Brasil, enfatizando a vinculação entre políticas de transferência de renda e a promoção da autonomia individual por meio da inserção no mercado de trabalho formal ou do empreendedorismo. Essa narrativa se alinha à lógica da moralidade conservadora e à dinâmica neoliberal que permeiam as políticas sociais no contexto do governo Bolsonaro, conforme analisado anteriormente.

O destaque para o papel das mulheres como chefes de família, ainda que reconheça sua posição predominante como beneficiárias, coloca sobre elas o peso de conciliar o cuidado familiar com a busca por inserção no mercado de trabalho formal ou pela criação de microempresas. Essa abordagem desconsidera as barreiras estruturais enfrentadas por mulheres pobres, especialmente negras, que incluem o acesso precário à educação, a falta de suporte estatal para cuidados e o histórico de desvalorização de sua força de trabalho. Além disso, ao associar a permanência no programa a estímulos como o “fomento” para o trabalho formal e o empreendedorismo, o discurso reforça a ideia de que a proteção social deve ser pontual, restringindo o alcance redistributivo das políticas públicas e a transferindo para o mercado.

O excerto analisado sugere o reforço de um preconceito amplamente difundido assentado na moralidade burguesa: a ideia de que os beneficiários de programas de transferência de renda não gostam de trabalhar ou optam por não trabalhar para manter o benefício. Ao destacar que o benefício não será cancelado para aqueles que trabalham, o ministro insinua, de forma implícita, que o “receio de perder o benefício” pode ser superado, uma vez que o governo pretende “recompensar” os beneficiários que buscarem a inserção no mercado de trabalho.

Mais uma vez, o governo estabelece uma linha moral entre os beneficiários de programas de transferência de renda e aqueles que, por terem

suas necessidades atendidas pelo mercado, não dependem de tais políticas, justificando assim uma hierarquização social.

Nos discursos dos ministros é bastante comum observar a subordinação da proteção social às lógicas de mercado, o que enfraquece e esvazia a política de assistência social como política social.

Alinhados à perspectiva de liberdade de mercado, os discursos analisados refletem uma concepção de proteção social profundamente enraizada na lógica da liberdade econômica. Essa abordagem desloca a responsabilidade do Estado em assegurar direitos sociais universais, transferindo-a para a capacidade individual de integração ao mercado de trabalho ou de empreendedorismo. Nessa narrativa, políticas públicas de transferência de renda, como o Auxílio Brasil, são redesenhadas como incentivos temporários para a inserção produtiva dos indivíduos.

Essa retórica reforça a ideia de que a autonomia e a dignidade das pessoas são alcançadas exclusivamente pela capacidade de atender às exigências do mercado, desconsiderando as condições históricas e sociais que produzem a pobreza e a exclusão. Além disso, tal perspectiva ignora a precarização estrutural do mercado de trabalho no Brasil, marcada por altas taxas de informalidade, baixa remuneração e falta de segurança social. A proteção social, sob esse viés, é instrumentalizada para moldar comportamentos que se alinhem às expectativas do capital, enquanto se esvazia o papel da assistência social como direito, transformando-a em uma ferramenta subordinada às dinâmicas econômicas.

João Roma (sucessor de Onyx Lorenzoni em 2021), em um dos poucos pronunciamentos na rede televisiva aberta, declara que:

O Auxílio Brasil veio para oferecer trilhas para as pessoas se emanciparem, famílias que vivem no campo serão estimuladas a produzir alimentos com garantia de compra pelo poder público e de distribuição para chegar à mesa daqueles que mais precisam, dando assim uma grande contribuição para a segurança alimentar e nutricional em nosso país, famílias das áreas urbanas terão acesso a microcrédito e educação financeira para empreender e vislumbrar novos horizontes de todo brasileiro deve ter a chance de mudar sua realidade (ROMA, 2021).

A análise apresentada nesta pesquisa aborda criticamente a orientação da política de assistência social durante o governo Bolsonaro, destacando como

ela foi moldada por uma ideologia conservadora e neoliberal. Sob essa perspectiva, a assistência social foi progressivamente subsumida ao mercado, alterando seu caráter almejado, universal e redistributivo para um modelo voltado à inserção produtiva dos indivíduos no mercado de trabalho formal e ao empreendedorismo. Essa tendência associada à ênfase na moralidade burguesa reflete uma concepção de proteção social, e mais uma vez responsabiliza o indivíduo e as famílias pelo enfrentamento das desigualdades sociais.

As falas dos ministros que comandaram o Ministério da Cidadania ao longo do governo Bolsonaro reiteram a centralidade da moralidade conservadora. Por meio de uma retórica que divide os cidadãos entre “pessoas de bem” e “bandidos”, reforçam estigmas contra populações vulneráveis, como beneficiários de programas sociais, jovens da classe trabalhadora e pessoas encarceradas. A ênfase no mérito individual e na criminalização da pobreza contribui para a legitimação de práticas repressivas e a manutenção de hierarquias sociais. A figura do “bandido” é usada como um inimigo comum, que deve ser combatido a qualquer custo, e que mobiliza o senso comum, fortalecendo um projeto político autoritário e presentista.

A fusão de ministérios e o reposicionamento da assistência social para dentro do Ministério da Cidadania demonstram uma evidente retração dessa política pública enquanto direito. Essa mudança foi justificada por discursos que exaltavam a eficácia e eficiência administrativa, assim como o combate à corrupção, apresentando-se como uma ruptura com práticas políticas anteriores. No entanto, essa “nova” racionalidade ocultava o desmonte de estruturas fundamentais de proteção social e a adoção de um modelo assistencialista que se apoiava em ações pontuais, como o programa Pátria Voluntária, coordenado pela primeira-dama Michelle Bolsonaro. O voluntarismo e o apelo emocional desse programa reforçaram o caráter de caridade e despolitizado da assistência social, desviando o foco do Estado como provedor de direitos para iniciativas individuais e privadas.

Nossa análise também reitera a centralidade do presentismo como elemento estruturante da ideologia conservadora e da narrativa política do governo Bolsonaro. O presentismo, entendido como a percepção do presente como marco isolado, autossuficiente e desvinculado das dinâmicas históricas que o antecedem, permeia os discursos ministeriais e a “reformulação” da

assistência social. Esse enquadramento é evidente na retórica de “um Brasil novo”, que apresenta as ações do governo como uma ruptura definitiva com o passado, especialmente com as gestões anteriores associadas ao Partido dos Trabalhadores. A exaltação da eficiência administrativa e do combate à corrupção reforça essa ideia de que o governo Bolsonaro inaugura uma era de regeneração moral e política, apagando as continuidades históricas de desigualdade, racismo estrutural e exploração capitalista.

Todo esse sistema de ideias, elaborado e propagado pelo governo federal sob comando de Jair Bolsonaro, justifica mudanças importantes na política de assistência social. Nos discursos aqui analisados, percebemos centralidade no Programa Criança Feliz, Programa Pátria Voluntária, Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil, o primeiro criado pós-Golpe de 2016 e os demais no governo Bolsonaro; esses programas e benefícios eclipsaram a estrutura que já existia e se mostrava consolidada nas práticas da política de assistência social. Os serviços de proteção social, básica e especial<sup>43</sup>, assim como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, não foram tratados em nenhum momento pelos ministros. O programa de transferência de renda Bolsa Família compareceu como alvo de críticas e/ou reformulações por uma suposta “ineficiência” em acabar com a pobreza.

O desmantelamento da política de assistência não foi publicizado de maneira aberta, mas afetou substancialmente a capacidade dessa política social de atingir seus objetivos; também podemos apontar que o desmantelamento por deslocamento de arena – quando o governo passa a responsabilidade de manutenção e implementação da política social para outros níveis governamentais – foi uma das estratégias do bolsonarismo.

O SUAS foi mantido formalmente pelo governo federal, porém foram afetadas as capacidades estatais que dão sustentação para essa política social, sobretudo no financiamento e nos recursos humanos. Conforme Caldierario (2024), em 2011 havia 59.106 trabalhadores alocados no CRAS; já em 2021, o número subiu para 107.240 trabalhadores. Embora os números demonstrem que

---

<sup>43</sup> Trata-se do PAIF e PAEFI, executados dentro dos CRAS, CREAS, Centro Pop etc. Ver: TIPIFICAÇÃO dos serviços socioassistenciais. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em: 1 mar. 2024.

a estrutura foi mantida, a autora aponta que os vínculos profissionais desses trabalhadores foram alterados, ou seja, o número de profissionais estatutários foi reduzido e aumentou-se expressivamente o de comissionados e temporários.

A autora, analisando os recursos destinados à Assistência Social (AS), evidencia um processo contínuo de desfinanciamento que se iniciou no governo Temer e se agravou durante Bolsonaro. Conforme os dados do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), os recursos para a área sofreram uma queda expressiva, de R\$ 4,3 bilhões em 2016 para R\$ 3,7 bilhões em 2019, retrocedendo aos níveis de investimento de 2010 (R\$ 3,6 bilhões). Esse cenário, por si só preocupante, foi agravado pela pandemia de COVID-19, que resultou em um aumento significativo da demanda por serviços da assistência social.

Dados do Registro Mensal de Atendimento (RMA) dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) demonstram que, enquanto o investimento na área diminuiu, o número de brasileiros em situação de vulnerabilidade cresceu drasticamente. Em 2021, a população com renda domiciliar *per capita* de até R\$ 497 mensais chegou a 62,9 milhões, representando 29,6% do total da população brasileira, um acréscimo de 6 milhões em comparação a 2019. O número de famílias em extrema pobreza também cresceu, passando de 229 mil em 2020 para 281 mil em 2021. Esses dados demonstram uma pressão crescente sobre o sistema socioassistencial, que, já debilitado por anos de desfinanciamento, mostrou-se incapaz de absorver a demanda por proteção social no contexto pandêmico.

Com isso posto, podemos considerar que a ideologia conservadora evidenciada na fala dos ministros opera como ferramenta para legitimar o desmonte das políticas de assistência social e a implementação de um modelo neoliberal mascarado por um discurso de inovação e eficiência. Ao dissociar as ações do presente das condições materiais e históricas que moldam a realidade brasileira, os discursos ocultam as contradições e os limites estruturais da sociabilidade capitalista. Essa estratégia não apenas inviabiliza a construção de projetos alternativos de sociedade, mas também consolida a hegemonia da ordem vigente, apresentando as reformas conservadoras e neoliberais como inevitáveis e necessárias para o progresso.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada ao longo desta dissertação teve como ponto de partida a análise crítica das refrações políticas da ideologia conservadora na política de assistência social durante o governo Jair Bolsonaro (2019-2022). O problema de pesquisa emergiu da necessidade de compreender como, em um contexto político marcado pelo golpe parlamentar de 2016 e a ascensão de uma retórica conservadora, a assistência social foi afetada por medidas de desmonte e reordenamento e pela criminalização da pobreza. O cenário em questão não apenas abala os fundamentos de proteção social que haviam sido conquistados por meio da luta da classe trabalhadora, mesmo que dentro dos limites do capitalismo, mas também evidencia um recrudescimento de discursos e práticas que retrocedem na construção de um projeto que supere a ordem do capital.

A escolha do objeto e dos objetivos foi guiada não apenas pela relevância acadêmica do tema, mas também pela urgência social e política de compreender as transformações no campo da assistência social em um período de intensas contradições. A pesquisa realizada permitiu compreender que a ideologia conservadora, longe de se restringir ao âmbito cultural, é uma ferramenta de legitimação e perpetuação das relações sociais de produção, sendo particularmente eficaz em momentos de crise do capital. Assim, a análise buscou articular as dimensões teóricas e empíricas da ideologia conservadora com as práticas e orientações políticas concretas que resultaram no esvaziamento da assistência social como política pública e direito social.

A pesquisa, ao evidenciar as articulações entre ideologia, política pública e luta de classes, permite reafirmar a necessidade de análises críticas de uma realidade social que apreenda as determinações históricas e estruturais que configuram as relações sociais no Brasil contemporâneo no bojo das quais se erige a configuração de políticas sociais necessárias para o gerenciamento de expressões contemporâneas da questão social. Entre essas políticas, nesta pesquisa, foi possível voltar-se à política de assistência no período que se inicia com o governo de Michel Temer e se estende ao de Jair Messias Bolsonaro.

Entre as principais aproximações que foi possível realizar na pesquisa, destaca-se, em primeiro lugar, a identificação dos pilares históricos da consolidação da ideologia conservadora no Brasil, que demonstram sua relação

intrínseca com a consolidação de um Estado autocrático, profundamente marcado pelas contradições do capitalismo dependente e periférico. Essa compreensão histórica revelou como o conservadorismo, ao longo de sua trajetória, tem se reinventado como um recurso ideológico de preservação das desigualdades estruturais e de perpetuação da exploração de classe.

No que tange a aspectos conjunturais, foi possível verificar que o golpe parlamentar de 2016 não apenas serviu como catalisador para a implementação de políticas neoliberais, atacando diretamente direitos de trabalhadoras e trabalhadores que não participam da riqueza socialmente produzida no país e abrindo caminhos para a intensificação do discurso conservador. Esse discurso, ancorado em valores como a centralidade da família, o paternalismo e a caridade, foi estrategicamente utilizado para justificar o desmonte das políticas sociais e a criminalização da pobreza, configurando uma guinada reacionária que atingiu diretamente a política de assistência social. Tal retração foi especialmente o evidente esvaziamento de programas e serviços, na diminuição de recursos destinados à assistência social e na deslegitimação dos direitos sociais como um todo.

Outro ponto central da análise construída nesta pesquisa foi a de que o conservadorismo não se limita à esfera das ideias, mas encontra expressão concreta em discursos e práticas institucionais. Ao investigar as declarações públicas dos ministros da Cidadania no período de 2019 a 2022, identificaram-se categorias discursivas recorrentes, como a exaltação do mérito individual, a desqualificação das vulnerabilidades sociais como responsabilidade coletiva e o uso de termos que associam a pobreza à ineficiência ou ao fracasso moral e a apologia, ainda que indireta, ao preconceito. Tais discursos foram fundamentais para sustentar o reordenamento da assistência social em direção a uma perspectiva mais restritiva, focada na contenção de gastos e na culpabilização dos sujeitos atendidos.

Finalmente, a pesquisa aponta que o conservadorismo, ao ser incorporado de maneira hegemônica na política de proteção social, contribuiu para o enfraquecimento dos mecanismos de proteção social e para a ampliação das desigualdades, aprofundando as contradições do capitalismo em crise.

A análise desenvolvida ao longo desta dissertação foi alicerçada em um referencial teórico que está circunscrito em diferentes áreas do saber.

Especialmente, mas não só, é um referencial que se apresenta ancorado no materialismo histórico-dialético e na crítica marxista da ideologia. A partir dessas bases, foi possível interpretar a ideologia conservadora não como uma expressão isolada ou restrita a determinados períodos históricos, mas como um mecanismo estruturante de mediação entre as classes sociais e de preservação das relações de dominação burguesas. Nesse sentido, as reflexões de Georg Lukács sobre a ideologia foram centrais para compreender como o conservadorismo opera na reprodução das condições materiais do capitalismo, legitimando estruturas sociais desiguais e enfraquecendo a consciência de classe da classe trabalhadora.

Essa perspectiva permitiu identificar que o conservadorismo, embora mutável em sua forma, mantém um núcleo ideológico que articula valores morais, culturais e políticos em favor da manutenção da ordem vigente. No caso brasileiro, a aplicação desse referencial teórico revelou as especificidades históricas e conjunturais de um conservadorismo que se desenvolveu em diálogo com as particularidades do capitalismo dependente e com a lógica de subordinação às dinâmicas do imperialismo. Os estudos de autores como Souza (2016) e Escorsim Netto (2013) contribuíram para situar a evolução histórica do pensamento conservador no Brasil, evidenciando sua capacidade de adaptar-se aos contextos de crise e intensificar seu papel de contenção social em momentos de ofensiva neoliberal.

Além disso, o diálogo com os estudos de Mazzeo (2013; 2022) e Marini (2011) permitiu conectar a análise da política de assistência social às dinâmicas mais amplas do capitalismo periférico, destacando como o conservadorismo opera como uma ferramenta de ajuste das políticas públicas às exigências do capital em crise. A revisão bibliográfica incluiu ainda contribuições de autores como Iasi (2019; 2020), Braz (2017) e Brettas (2014), cujas análises foram essenciais para interpretar o desmonte das políticas sociais como parte de um movimento internacional de aprofundamento da exploração e de deslegitimação dos direitos sociais.

Ao longo do estudo, foi possível articular empiricamente os discursos proferidos pelos ministros do governo Bolsonaro à teorização crítica da ideologia. A análise textual discursiva, guiada pelas contribuições de Moraes e Galiazzi (2006), mostrou como categorias típicas do conservadorismo – como a

centralidade na família, o elogio ao preconceito e o presentismo – foram mobilizadas para sustentar políticas de retração social e culpabilização da pobreza. Essa articulação teórica e empírica demonstrou, de forma contundente, que os discursos conservadores não são meramente retóricos, mas cumprem uma função ativa na legitimação de práticas políticas que intensificam a precarização das condições de vida das classes subalternas.

Ao articular teoria e empiria, esta dissertação reafirma a importância de uma análise crítica que desnaturalize as relações sociais e denuncie os mecanismos ideológicos que perpetuam a exploração e a desigualdade. Nesse sentido, a pesquisa contribui para a compreensão das interseções entre conservadorismo, política social e luta de classes, posicionando-se como uma ferramenta teórica inicial para a resistência e para subsídios teóricos com vistas à transformação social.

Por fim, a pesquisa tem limitações e lacunas que podem ser exploradas em estudos futuros. Embora tenha se concentrado nos discursos oficiais e no período de 2016 a 2022, é possível perceber que há espaço para aprofundar a análise das resistências ao conservadorismo, tanto no âmbito das práticas sociais quanto nos movimentos organizados desse mesmo período. Os limites de tempo não permitiram prosseguir nesse caminho.

Além disso, a análise das configurações históricas e conjunturais do conservadorismo brasileiro revelou a profundidade com que essa ideologia se enraizou na formação do Estado e na gestão das políticas públicas. Ao resgatar suas raízes históricas e sua funcionalidade contemporânea, a pesquisa reafirmou a centralidade da luta de classes como categoria explicativa das dinâmicas sociais e das disputas no campo das políticas sociais.

Por meio dessa abordagem, os resultados dessa dissertação reforçam a necessidade de uma leitura crítica que articule as dimensões históricas, teóricas e empíricas, contribuindo para desvelar os mecanismos ideológicos que sustentam o conservadorismo e possibilitando a construção de respostas mais efetivas no campo das políticas sociais.

Com base nas análises e considerações apresentadas, esta pesquisa aponta para a necessidade de ações estratégicas que enfrentem os desafios impostos pela ideologia conservadora e pelo desmonte da política de assistência social no Brasil. Nesse sentido, algumas notas são destacadas, tanto no âmbito

acadêmico quanto no político e social, visando contribuir para a construção de alternativas emancipatórias no campo das políticas sociais.

No âmbito acadêmico, a pesquisa revela a importância de aprofundar os estudos sobre o conservadorismo no Brasil, especialmente em sua interface com o neoliberalismo e com os processos de precarização das políticas sociais. Todos os esforços investigativos, utilizando e articulando diferentes áreas do saber e de diversos pesquisadores, nos parece um esforço positivo para abrir possibilidades de construção de novas estratégias para questionar a hegemonia conservadora e compreender as múltiplas determinações que configuram o cenário político e social brasileiro.

No campo das políticas sociais, é urgente a retomada de um programa tático de lutas que reafirme o papel do Estado como promotor de direitos e de proteção social. Nesse sentido, acreditamos ser importante a ampliação do debate público sobre o significado da assistência social como política de Estado, buscando romper com a visão conservadora que a restringe a um caráter compensatório e caritativo. Daí a necessidade de fortalecer os sistemas de controle social – igualmente esvaziados no governo Bolsonaro – e de participação popular, garantindo que as decisões sobre as políticas públicas sejam tomadas com base nos interesses das classes trabalhadoras, e não como expressão de interesses burgueses travestidos de moralidade.

Durante a pesquisa, foi possível verificar a construção de espaços de formação e debate crítico, de modo a articular resistência ao desmonte das políticas sociais e promover a construção de alternativas baseadas nos princípios da solidariedade, da justiça social e da emancipação humana. Esses debates foram promovidos pelas universidades, entidades profissionais e fórum de trabalhadores.

Essas notas aqui colocadas não se pretendem exaustivas, mas buscam contribuir para o debate sobre os caminhos possíveis para enfrentar as contradições do presente e construir um futuro pautado na defesa intransigente dos direitos sociais como tática importante para a classe trabalhadora na criação de um projeto societário em que a estratégia seja a revolução social.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Mirella Souza; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. O processo de elaboração da Política Nacional de Assistência Social de 2004. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 202-214, jan./jun. 2015.

AMORIM, Felipe; PRAZERES, Leandro; MARCHESAN, Ricardo. Ministro de Temer justifica ausência de mulheres no governo: “não foi possível”. *UOL*, 13 maio 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/13/ministerio-sem-mulheres-no-governo-temer.htm?cmpid=copiaecolaPereira>. Acesso em: 1 mar. 2024.

BOLSONARO cobra apoio de aliados e diz que ‘não acabou a eleição ainda’. *Veja*, 24 out. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-cobra-apoio-de-aliados-e-diz-que-nao-acabou-a-eleicao-ainda>. Acesso em: 9 dez. 2024.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Presidência da República. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*. Brasília, 2004.

BRASIL. *Censo SUAS 2010*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 2011.

BRASIL. *Censo SUAS 2011*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. 2016.

BRASIL. CalnalGov. Cerimônia de transmissão de cargo ao ministro da Cidadania, Osmar Terra. *YouTube*, 15 jan. 2019. 40min18s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8tUbEE8siMw>. Acesso em: 2 out. 2024.

BRASIL, CalnalGov. Transmissão dos cargos de ministros da Casa Civil e da Cidadania. *YouTube*, 15 jan. 2019. 46min06s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KTsP0Dw8qt8>. Acesso em: 2 out. 2024.

BRASIL, CanalGov. Brasil em pauta: Osmar Terra: ministro da Cidadania. *YouTube*, 7 maio 2019. 27min05s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B08uodAdJU0>. Acesso em: 2 out. 2024.

BRASIL. CanalGov. Transmissão dos cargos de ministros da Casa Civil e Cidadania. *YouTube*, 18 fev. 2020. 45min42s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XBMmzllrUfc&t=1965s>. Acesso em: 2 out. 2024.

BRASIL, CanalGov. Ações do Ministério da Cidadania no combate ao coronavírus. *YouTube*, 16 abr. 2020. 1h20min27s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fqPm03HZcps>. Acesso em: 2 out. 2024.

BRASIL, CanalGov. Conheça as ações do governo para o bem-estar social durante pandemia do coronavírus. *YouTube*, 20 abr. 2020. 23min30s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QD2Xre-ldY8>. Acesso em: 2 out. 2024.

BRASIL. CanalGov. BRASIL EM PAUTA | Ministros Onyx Lorenzoni e Tarcísio de Freitas. *YouTube*, 26 abr. 2020. 28min16s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cCHfqiiRq-M&t=871s>. Acesso em: 2 out. 2024.

BRASIL. CanalGov. Pronunciamento do ministro da Cidadania, João Roma. *YouTube*, 12 ago. 2021. 8min25s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DWAo70XHpjU>. Acesso em: 2 out. 2024.

BRASIL. CanalGov. Pronunciamento do ministro da Cidadania, João Roma. *YouTube*, 28 de janeiro de 2022. 6min00s. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=fUGwts\\_Qr4c](https://www.youtube.com/watch?v=fUGwts_Qr4c). Acesso em: 2 out. 2024.

BRASIL. CanalGov. Voz do Brasil: Ronaldo Vieira Bento. *YouTube*, 17 jun. 2022. 18min52s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j3apowuW2K8>. Acesso em: 2 out. 2024.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/J74WJRdJH6sHMHC9MhSDc8Q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 mar. 2024.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. *Temporalis*, Vitória, ano 17, n. 34, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/17702>. Acesso em: 26 fev. 2024.

CABRAL, Paula Bonfim Guimarães. *Conservadorismo moral e serviço social: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

CARVALHO, Yvi Ana. A “Democracia de cooptação” no Brasil e a incidência do empoderamento no serviço social. *Anais do XVI ENPESS*. Vitória: UFES, 2018.

DUARTE, Fabiana Giannetti; OLIVEIRA, Maria Cristina. O Sistema Único de Assistência Social pós-golpe de 2016. *Anais do XVI ENPESS*, Vitória, 2018.

ESCORSIM NETTO, Leila. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2013.

- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa do Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2008.
- GARCIA, Ivan Simões; MOREIRA, Eduardo Ribeiro. A categoria trabalho em Lukács segundo a dialética marxista. *Direito e Praxis*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2020.
- IASI, Mauro. Cinco teses sobre a formação social brasileira. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 136, p. 417- 438, set./dez. 2019.
- IASI, Mauro. Análise de conjuntura. *YouTube*, 27 mar. 2020. 15m23s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=elsXM7Y-blg>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- JANUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 6. ed. Campinas: Alínea, 2017.
- KURZ, Robert. A realidade irreal. In: KURZ, Robert. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 130-131.
- LEIA a íntegra do discurso de Michelle Bolsonaro em Libras. *Folha de S.Paulo*, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-michelle-bolsonaro-em-libras.shtml>. acesso em: 21 mar 2024.
- LUKÁCS, Georg. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, Georg. *Para uma ontologia do ser social II*. Trad. Nelo Shneider, Ivo Tonnet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARINI, Ruy Mauro. *Vida e obra*. 2. ed. São Paulo. Expressão Popular, 2011.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo. Expressão popular, 2008.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Camelot Editora, 2021.
- MASCARO, Alysson Leandro. *Crise e golpe*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MAZZEO, Antônio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAZZEO, Antônio Carlos. Fundamentos históricos da autocracia burguesa no Brasil. In: MAZZEO, Antonio Carlos; PERICÁS, Luiz Bernardo (org.).

*Independência do Brasil: a história que não terminou...* São Paulo: Boitempo, 2022.

MENEGAT, Marildo . A nova guerra total. In: OLIVEIRA, C.; BIRMAN, J.; ALEXIM NUNES, S.; MALAGUTI BATISTA, V.. (Org.). *Segregações, violências e subjetivações*. 1ed.Rio de Janeiro: Revan, 2020, v. , p. 61-96.

MENEGAT, Marildo. Violência e barbárie: um pequeno estudo sobre as origens remotas do bolsonarismo. *Argum*, Vitória, v. 11, n. 2, p. 7-16, maio/ago. 2019.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. *Ciência Educ.*, v.12, n. 1, p.117-128, 2006.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). *Família brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 26-46

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. *Novos Rumos*, Marília, v. 50, n. 1, p. 1-39, 2013.

NISBET, Robert A. Conservadorismo e Sociologia in: *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

NOVACK, G. A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade São Paulo: Rabisco, 1988.

OLIVEIRA; Cinara Brito; SILVA; Luciana Ferreira. “*Cidadão de bem*” versus “*bandido*”: a violência policial e a criminalização da pobreza preta e periférica: afeto e autoritarismo. Taubaté: Editora Letra Selvagem, 2021.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Brasília, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Cadernos MARE da Reforma do Estado, v.1. 1997.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. (org.). *Ascensão da nova direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social*. São Paulo: Cortez, 2020.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUEIROZ, Felipe. Crise política no governo Dilma Rousseff: uma análise a partir do conflito de classes. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, n. 27, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17521>. Acesso em: 28 fev. 2024.

RODRIGUES, Candido Moreira. Críticos da Revolução Francesa: conservadores tradicionalistas e contrarrevolucionários. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 343-367, jan./jul. 2010.

RODRIGUES, Yago de Souza; SILVA, Janine Targino. O *impeachment* de 2016 a partir dos campos de moralidade: Os discursos conservadores ativados na deposição de Dilma Rousseff. *Inter-Legere*, v. 6, n. 38, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/issue/view/1334>. Acesso em: 4 mar. 2024.

ROMANO, Roberto. *Conservadorismo romântico: origem do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SANTOS, Frederico Rios Cury. *A retórica da guerra cultural e o parlamento brasileiro: a argumentação no impeachment de Dilma Rousseff*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/32696/7/TESE\\_FredericoRiosUFMG\\_PDFCompleta%20II-compactado%20%281%29.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/32696/7/TESE_FredericoRiosUFMG_PDFCompleta%20II-compactado%20%281%29.pdf). Acesso em: 27 fev. 2024.

SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. A autonomia da ciência histórica. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 3, p. 71-85, 2006.

SOUZA, Jamerson Murillo Anuniação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 122, abr./jun. 2015.

SOUZA, Jamerson Murillo Anuniação de. *Tendências ideológicas do conservadorismo*. 2016. 304 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SOUZA, Jamerson Murillo Anuniação de. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 126, p. 360-377, maio/ago. 2016.

TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa: a queda do czarismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

## ANEXO I

Fonte	Plataforma	Data	Nome do arquivo	Tipo
CanalGov	Youtube	15/01/2019	Cerimonia de Transmissão de Cargo ao Ministro da Cidadania, Osmar Terra	vídeo
CanalGov	Youtube	12/03/2019	Criança feliz deve chegar a 1 milhão de crianças em 2019, diz Osmar terra	vídeo
CanalGov	Youtube	27/06/2019	Ministro da Cidadania lança campanha nacional de prevenção ao uso de drogas	vídeo
CanalGov	Youtube	22/08/2019	Ministerio do Desenvolvimento Regional já entregou 234 mil casas do Programa Minha Casa, Minha Vida	vídeo
CanalGov	Youtube	11/04/2019	Presidente da República anuncia o 13 salário para beneficiários do Bolsa Família	vídeo
CanalGov	Youtube	13/02/2020	Bolsonaro confirma ida de Onyx Lorenzoni para o Ministério da Cidadania	vídeo
CanalGov	Youtube	07/10/2020	Ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni	vídeo
CanalGov	Youtube	26/04/2020	Brasil em Pauta: Ministro Onyx Lorenzoni	vídeo
CanalGov	Youtube	18/02/2020	Tomam posse os novos ministros da Cidadania e da Casa Civil	vídeo
CanalGov	Youtube	18/02/2020	Transmissão dos cargos de ministros da Casa Civil e Cidadania	vídeo
CanalGov	Youtube	20/04/2020	Conheça as ações do governo para o bem-estar social durante pandemia do corona virus	vídeo
CanalGov	Youtube	08/04/2020	Auxílio não vai sofrer débitos	vídeo
CanalGov	Youtube	30/08/2019	Em Frente Brasil	vídeo

CanalGov	Youtube	31/03/2020	Auxílio emergencial de 600 é aprovado no Senado	vídeo
CanalGov	Youtube	16/04/2020	ações do ministério da cidadania no combate ao coronavirus	vídeo
CanalGov	Youtube	23/03/2020	Bolsa Família está com a fila zerada	vídeo
CanalGov	Youtube	27/04/2020	País tem proteção social para enfrentar pandemia, afirma Guedes	vídeo
CanalGov	Youtube	28/09/2020	Governo anuncia novo programa Renda Cidadã	vídeo
CanalGov	Youtube	08/05/2020	Brasil em dia - 08 de maio de 2020	vídeo
CanalGov	Youtube	07/07/2020	Auxílio Emergencial coronavirus	vídeo
CanalGov	Youtube	28/01/2022	Pronunciamento do Ministro João Roma	vídeo
CanalGov	Youtube	15/08/2022	voz do brasil : Ronaldo Vieira Bento	vídeo
CanalGov	Youtube	28/09/2022	voz do brasil : Ronaldo Vieira Bento	vídeo
CanalGov	Youtube	04/10/2022	voz do brasil : Ronaldo Vieira Bento	vídeo
CanalGov	Youtube	08/08/2022	voz do brasil : Ronaldo Vieira Bento	vídeo
CanalGov	Youtube	01/06/2022	voz do brasil : Ronaldo Vieira Bento	vídeo
CanalGov	Youtube	17/06/2022	voz do brasil : Ronaldo Vieira Bento	vídeo

## ANEXO II

Excerto de discursos

Ministros: Osmar Terra; Onyx Lorenzoni; João Roma; Ronaldo Vieira Bento;

Recorte temporal: 01/01/2019 – 31/12/2022

Fonte: CanalGov <<https://www.youtube.com/@canalgov>>

Compilado por: Everton Yukita

**Título: Cerimônia de transmissão de cargo ao Ministro da Cidadania, Osmar Terra**

23:57 - "Os ministérios se fundiram, não desapareceram, se fundiram, eu estava lendo na internet, não sei se é do Khalil Gibran e tal, que os rios não desaparecem mas se incorporam, se torna um caudal muito maior, eu quero dizer que estamos aqui para celebrar um Ministério Grande [...] Monstro, mas de grande, não de feio. Ele é grande, pode fazer um trabalho extraordinário [...] pode ser um instrumento de redenção, de incorporação de um Brasil novo que a gente espera que venha"

26:50 - "Eu acho que a fusão dos Ministérios não vai tirar a força de que cada Ministério tem, como eu disse, nós vamos ampliar isso e interagir muito mais, mas as estruturas básicas nós estamos mantendo, quer dizer, o Ministério da Cultura na proposta que estamos fazendo, vai continuar com todos os seus componente, ele vai ser fortalecido com a área social e a área do esporte. Eu vejo tanto o esporte quanto ao cultura como instrumento poderoso [...] de trazer a juventude, de atuar em áreas mais violentas; áreas de população mais pobre, pra trazer para o desenvolvimento humano, econômico e social legiões inteiras [...] que estão lá, isolados passando uma necessidade extrema em situação muito difícil"

34:54 - "Acho que o Presidente Bolsonaro vai ser um grande presidente, por vários motivos, e um deles, é porque ele vai ser um presidente preocupado com que as coisas aconteçam, não em beneficiar um partido político, um grupo político, mas fazer com que as coisas aconteçam na realidade, que o Brasil mude de Fato, tanto na economia com [Paulo] Guedes, tanto na segurança com [Sérgio] Moro, também na área social, vocês viram ontem o discurso emocionante da primeira dama, falando sobre as questões [...] a parte que a toca

ela, que a preocupa mais, a área da assistência social<sup>44</sup>, fazendo um discurso em libras, que foi o ponto alto da posse [...] emocionou todo mundo porque ela faz com paixão"

35:04 - "Então vamos ter um presidente que vai poder fazer avançar muita coisa, o discurso que ele fez para os ministros foi muito significativo [...] eu posso dizer para vocês que o presidente chegar e está preocupado e está escolhendo pela qualidade que você pode ter e tem liberdade para agir e que não precisa se preocupar para servir interesses menores e sim interesses do Brasil é um feito [...] O presidente (antigos) era quase prisioneiro do presidencialismo de coalizão, e o presidente Bolsonaro está partindo com muita coragem para se libertar disso e fazer o Brasil mudar de verdade em todos os sentidos, éticos, moral, econômico, social".

37:30 - [sobre o Ministério] "vou torturar todo mundo em horários para dar uma resposta efetiva"

37:53 – Em termos de políticas, nós estamos agora nos reunimos para ver. Nós temos que fazer avançar o que já foi feito na área do Bolsa Família, juntar mais [o bolsa família] com a questão do trabalho e renda, discutir as condicionalidades, vai ter o 13º do bolsa família.

### **Título: Criança Feliz deve chegar a 1 milhão de crianças em 2019, diz Osmar Terra**

01:26 - "É o maior atendimento de crianças do mundo hoje, não tem nenhum país que tenha essa escala de atendimento à criança, no atendimento domiciliar. Mas queremos chegar um milhão [de atendimentos] esse ano.

---

<sup>44</sup> O Discurso a que o Ministro se refere: “*Agradeço ainda à população brasileira pelas orações que nos deram tanta coragem para seguir adiante. Agradeço a Deus essa grande oportunidade de poder ajudar as pessoas que mais precisam. Trabalho de ajuda ao próximo que sempre fez parte da minha vida e que a partir de agora, como primeira-dama, posso ampliar de maneira ainda mais significativa. É uma grande satisfação, um privilégio, poder contribuir e trabalhar para toda a sociedade brasileira. As eleições deram voz a quem não era ouvido e a voz das urnas foi clara: o cidadão brasileiro quer segurança, paz e prosperidade. Um país em que sejamos todos respeitados. Eu gostaria de modo muito especial de dirigir-me à comunidade surda, pessoas com deficiência e a todos aqueles que se sentem esquecidos. Vocês serão valorizados e terão seus direitos respeitados. Tenho esse chamado no meu coração e desejo contribuir na promoção do ser humano*”. Folha de São Paulo <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-michelle-bolsonaro-em-libras.shtml>>

2:26 - "tudo que tu fizer nesses primeiros mil dias, que der um suporte para criança, que é apoiar o desenvolvimento dela de forma adequada que puder fazer com que ela desenvolva emocionalmente bem, vai ter repercussão para o resto da vida"

### **Título 3. Presidente da República anuncia o 13º salário para beneficiários do Bolsa Família**

1:42 - "O pente fino do Bolsa Família, saiu quem não precisava entrou quem precisava, acabou a fila, o Bolsa Família sempre teve fila, mas agora não tem mais"

### **Título 4. Brasil em pauta: Osmar Terra, Ministro da Cidadania**

01:18 – “Olha o Bolsa Família passou um período difícil; foi no ano de 2014 e 2015, onde ele não teve reajuste nenhum e a inflação explodiu, passou dos 10% ao ano. Então caiu muito o poder aquisitivo. O reajuste dos dados posteriormente, e dados aí agora, com esses 8,03% o que equivale a 13ª parcela, o Bolsa Família vai chegar a ter seu maior poder aquisitivo da história, porque a inflação está baixa nos últimos dois anos, no terceiro agora vai ficar baixa. Então ela vai ficar realmente, ela vai aumentar muito, está sendo aumentado o poder aquisitivo das famílias, e vai irrigar com 2 bilhões e meio a economia dos estados, dos municípios pequenos, dos bairros mais pobres, então é uma conquista importante e veio para ficar, nós vamos ter o 13ª parcela todos os anos.”

03:06 - “O Bolsa Família tem critérios, a renda per capita deve ser abaixo de 170 reais, portanto são famílias muito pobres, que estão a beira da pobreza extrema. E o que é pobreza extrema? é a falta de condições de renda para que a pessoa reponha as calorias que consumiu a cada dia, então é uma situação grave e o Bolsa Família vem para segurar essa, mantêm a família pelo menos com o poder aquisitivo, complementa a renda, não é um programa com renda fixa, ele complementa. E nós detectamos que tinha muita gente recebendo sem precisar. E o programa tinha dificuldade de cruzar os dados. Então há dois anos atrás criou-se um mecanismo de cruzar essas informações, aumentou a base de

dados desse cruzamento, e saíram 7 milhões de famílias desse programa, ou saíram porque queriam, não deveriam estar lá e entraram seis milhões de famílias. Tinha uma fila histórica, de um milhão e pessoas esperando para entrar no programa, as vezes esperando mais de um ano, e agora se acabou a fila, está todo mundo que precisa do programa, se cadastrando e nos mês seguinte já está recebendo e se tem hoje, muito menos possibilidade estar no programa sem precisar dele"

05:06 - Na verdade o bolsa família foi montado sobre uma base de transferência de renda, ela é uma transferência de renda com algumas condicionalidades. Se a família tem criança, ela tem que estar com a carteira de vacinação em dia, ela tem que estar na escola, na idade escolar. Então isso é obrigatório para a família continuar recebendo, então ela é basicamente uma transferência de renda, e eu não acredito que um programa de transferência de renda possa por si só diminuir a pobreza, pelo contrário, ele mantém as pessoas. A tendência do BF esses anos todos, mesmo no período em que se dizia que não tinha mais pobreza no Brasil, aumentou muito o Bolsa Família. As pessoas na fronteira da extrema pobreza. Então o que que se criou? o que estamos reforçando agora, é um programa de emprego e renda, uma parceria montada com o "sistema S" para capacitar os nossos jovens, vamos focalizar os "nem nem", os jovens que não trabalham e nem estudam, entre 18 e 29 anos que estão nas famílias do bolsa família e vamos oferecer para eles microcrédito. Conseguimos 4 bilhões de reais do dinheiro que estava parado no Banco Central de depósito compulsório dos bancos. Então esse recurso está sendo usado agora para os jovens do Bolsa família, com parceria do "sistema S" [...] ajudar a esses jovens a encontrar uma profissão e estamos combinando com as empresas uma cota de emprego, pode ser emprego simples, mas uma cota de empregos em cada associação brasileira, [associações] de supermercado, comércio varejista, e em cada município as empresas ofereçam uma cota de 10% pelo menos de seus novos emprego para os jovens do bolsa família.

07:24 – Criança feliz é um programa que leva, que proporciona às famílias mais pobres o acompanhamento focalizado no desenvolvimento das crianças pequenas em suas famílias. A ciência mostrou nos últimos 30 anos, que os primeiros meses de vida, são decisivos na formação das competências

humanas, na inteligência, isso tudo se organiza muito cedo, as capacidades emocionais a capacidade de aprender, então as famílias precisam proporcionar às crianças ambiente rico em estímulos, e que a cada etapa da vida, permitam que essa crianças tenha um estímulo adequado. Há uma diferença enorme entre uma família de classe média e uma família do bolsa família, não no amor que a mãe tem nos filhos, nem na maneira que as crianças nascem, elas nascem com o mesmo potencial, o problema é que a partir do nascimento elas vão estar imersas em um ambiente mais rico em estímulos, a família de classe média, ela tem provavelmente um ensino universitário, um médio completo, ela tem um vocabulário mais rico, lê para crianças, mais palavras, têm livros em casa, e as crianças de famílias mais pobres não. Só 8% das famílias do bolsa família tem algum tipo de literatura em casa. Então a mãe também tem escolaridade menor, um vocabulário mais limitado, essa criança fica imersa em um ambiente com menos palavras, vai ouvir, vai formar memória de menos palavras. Aos 4 anos de idade essa crianças de classe média tem 10 vezes o vocabulário de uma criança de uma família mais pobre, são abismos, ao entrar na escola a professora vai entender melhor o que essa criança de classe média fala, a criança vai entender melhor o que a professora fala, e a criança da família mais pobre vai ter mais dificuldades, e ao longo da vida esse abismo vai se ampliando. Então é muito importante ter um acompanhamento adequado, temos um programa genético para organizar nossas competências todas muito cedo. A visão se organiza em seis meses, se a criança tem uma catarata congênita e não operar em seis meses ela vai ficar, pode operar com 7 ou 8 meses, ela vai estar cega para sempre, a audição também se organiza muito cedo, a parte emocional se organiza nos primeiros 18 meses. Então tudo isso é um processo a ser entendido, e a ciência está entendendo melhor, e vai um visitador toda a semana na casa de uma família do Bolsa Família, fica lá 50 minutos, uma hora, com a mãe, orientando a mãe, observando a criança, toda a semana. Vai fazer o acompanhamento da criança, leva livros, temos uma parceria com o Itaú social com 10 milhões de livros para distribuir para a família do Bolsa Família. Temos um universo de 3 milhões e meio de crianças nas famílias do Bolsa Família nessa faixa etária de 0 a 3 anos que é o período mais crítico e nós estamos procurando chegar e acompanhar todas essas crianças em casa toda semana, já estamos com 600 mil acompanhadas toda a semana, e por isso nosso programa se tornou

um case mundial, porque a maior escala de acompanhamento de criança acompanhadas em casa no mundo. E chegar a 1 milhão até o fim do ano e 3 milhões no final do governo.

12:05 - Nós temos o SUAS, que é financiado basicamente pelo Ministério da cidadania e que manda recurso para os municípios e a assistência social acompanhar essas pessoas, de situação mais frágil, com necessidades especiais, deficiência, Zika vírus, microcefalia, que são casos muito graves de deficiência, são famílias e mães pobres, são 3 mil crianças, e cada município tem um programa de acompanhamento e há recursos repassados para acompanhar e fazer com que essas crianças saiam da rua, fiquem na escola, são programas de contraturno na escola, para que ela não fique na rua no horário que ela não está estudando, são estimulados programas em todo o município.

#### **Título: Transmissão dos cargos de ministro da Casa Civil e Cidadania**

0:41 - O presidente me entrega hoje uma nova missão que vou cumprir com o mesmo zelo e com a mesma dedicação e empenho para melhorar e transformar a vida dos brasileiros e brasileiras, importante dizer que eu carrego como lema servir a DEUS e ao Brasil, e o presidente Bolsonaro comanda esse país que vem se transformando. Um novo Brasil nasceu, e na nova missão vamos juntos transformando o Brasil"

#### **Título: Ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni [sobre o 7 de setembro]**

00:00 - Tudo começou no 7 de setembro, o sonho de uma nação que venceu pela força de seu povo, pela perseverança de cada brasileiro e cada brasileira todos os desafios, hoje caminhamos para nos tornarmos uma das maiores e melhores nações do mundo para se viver, O verde e amarelo voltou, e nosso amor e nossa paixão pelo brasil, estão cada dia mais fortes"

#### **Título: BRASIL EM PAUTA: Ministros Onyx Lorenzoni e Tarcísio de Freitas**

1:25 "O Brasil que foi colocado em ordem no ano passado, nós fizemos a maior reforma previdenciária que o mundo ocidental já fez de uma única vez. O Brasil recuperou a confiança interna, recuperou a confiança externa, e nós fomos todos

surpreendidos com essa pandemia” [...] “nós temos que proteger no presente a vida das pessoas, mas nós temos que pensar no futuro imediato, porque fome e miséria e desemprego, matam tanto ou mais do que a própria pandemia”

2:20 - coube ao ministério [da cidadania] na maior parceria que estabelecemos com a Dataprev e caixa, encontrar, e eu digo encontrar porque algo entre 20 a 30 milhões de brasileiros serão bancarizados pela primeira vez, nunca tiveram uma conta no banco, e junto com o pessoal do cadúnico e bolsa família, devemos atingir mais de 70 milhões de brasileiros [...] que serão assistidos nos próximos 90 dias com valores que vão variar de 600, 1200 a 1800 reais, então isso é um esforço superior a 100 bilhões de reais que chegaram com tranquilidade.

9:40 – Nós com a assistência social que cuidamos dos mais vulneráveis, e a gente do esforço que esse verdadeiro exército de homens e mulheres, que trabalham no SUAS [...] que cuida dos mais vulneráveis, com idosos que estão por exemplo nas ILPIs - instituições de longa permanência [...] nos temos mais de 1913 instituições no Brasil que nós estamos ajudando, inclusive a primeira dama com o Pátria Voluntária<sup>45</sup>, está organizando um processo de voluntariado, de doações. Às vezes além de gêneros alimentícios, medicamentos, roupas, né, melhoria da condição das pessoas, precisa também levar uma palavra, né?!, precisa de um carinho às vezes, não pode ter o toque, mas pode ter uma palavra de conforto, uma palavra carinhosa, isso melhora muito o ânimo da pessoa, ela se sente querida. E esse é um trabalho importante que vem sendo feito, além do suporte de estados e municípios [...] mais de 2 bilhões de reais que nós vamos aplicar no reforço dessa estrutura de acolhimento, de atendimento aos mais vulneráveis, exatamente para minorar o impacto da doença [...] Estamos ajudando famílias que o Estado nunca ajudou, é uma determinação do governo Bolsonaro, atender esses informais que nunca pegaram um centavo do Estado. Ajudar essas famílias e estimular com responsabilidade, de maneira gradual as prefeituras vão soltando as atividades econômicas nas cidades. Porque enquanto não tinha esse auxílio emergencial, teve gente que passou fome,

---

<sup>45</sup> DECRETO Nº 9.906, DE 9 DE JULHO DE 2019: Institui o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Conselho do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Prêmio Nacional de Incentivo ao Voluntariado e o Selo de Acreditação do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado.

porque tem gente que trabalha hoje para comer hoje, e aí? Como é que faz? Então viveu da caridade dos amigos e dos vizinhos, mas isso não é sustentável por dois meses. Então, Bolsonaro montou esse programa de auxílio, agora tem 4 mil cidades no Brasil que não tem um caso de coronavírus e estão paradas, a pergunta é porque? Pra que? Então tem que despolitizar isso, e a gente com equilíbrio tem que trabalhar essa linha de voltar o Brasil a trabalhar.

**Título: Transmissão dos cargos de ministros da Casa Civil e Cidadania:  
OSMAR TERRA:**

7:17 – Eu sou muito agradecido [...] quero lhe dizer que vou continuar trabalhando ao seu lado, onde eu estiver. Sou um soldado para que esse país mude, porque o senhor representa a única possibilidade que nós temos de fazer uma mudança profunda nesse país, mudar conceitos. Na questão do grande Ministério que eu recebi [...] nós conseguimos avançar na primeira infância, estamos com praticamente com 1 milhão de crianças atendidas semanalmente em suas casas [...] para que essas crianças tenham um futuro melhor do que seus pais, que possam ter uma escolaridade melhor do que seus pais, para que possam ajudar sua família a sair da pobreza. Mas não é só isso, é que todos os seres humanos nascem com potencial semelhante, só que um vão viver em ambientes muito estimulantes, e outros em ambientes pouco estimulantes. Uns vão nascer e viver em um ambiente onde a mãe lê conto infantil, tem um vocabulário riquíssimo, tem nível superior, enfim, tem capacidade enorme, lhe dado pelos privilégios que ela teve em sua vida, e outras em que a criança vão viver em um ambiente limitada na educação, embora amorosa, vai ter uma dificuldade de vocabulário para se formar o vocabulário dessa criança, e elas que nascem com o mesmo potencial, aos quatro anos de idade já tem uma desigualdade gigantesca. As crianças da família mais rica, de classe média, vão ter um vocabulário 40 vezes maior do que uma criança da família mais pobre, do Bolsa Família. Isso é um abismo que só vai aumentar na escola, a professora vai entender melhor o que uma fala, ela vai entender melhor o que o prof fala, e a outra vai ter mais dificuldade. Elas nasceram com o mesmo potencial. Acho que esse é o grande resgate que a gente tem que fazer no enfrentamento da questão social no Brasil. É o combate à desigualdade. O Bolsa Família, que é um programa importantíssimo, ele não combate a desigualdade, ele é um

programa de transferência de renda. Ele mantém as pessoas com um mínimo de dignidade de vida. Não resolve o problema, ele não ajuda as pessoas a sair da pobreza. Então nós criamos programas para que os jovens “Nem nem”, são 4 milhões e 600 de jovens nem nem, que eles tenham oportunidade de acesso ao ensino [...] que futuro que tem esses jovens nas famílias mais pobres do Brasil. 4 milhões é o exército de reserva do crime organizado. Eles têm que vencer essa barreira. E nosso governo está promovendo pela primeira vez, um grande programa de capacitação técnica respeitando os arranjos locais [...]

11:03 – nós temos que rever o nome do ministério, porque quando fala cidadania, tem que ficar explicando meia hora o que é cidadania.

13:00 – A máxima que eu tenho desde de jovem, “ele olha uma criança num trem de operário, uma criança dormindo no meio dos pais, no chão, e uma criança linda, e ele diz, essa criança pode ser um Mozart, pode ser um grande poeta, um grande astrônomo, um grande cientista, mas o destino dela está selado por ela ter nascido nessas condições, no máximo que ela pode ser é um músico de um barzinho, e ela vai ter muita dificuldade de ter um futuro melhor”, ele diz isso, “o que me atormenta, a caridade não resolve, as cestas básicas não resolvem, o que me atormenta é ver o Mozart assassinado em cada uma dessas crianças” poderia ser um grande gênio. O seu governo vai proporcionar isso, Sr. Presidente.

13:45 - O Guedes tem uma tarefa gigantesca, porque na verdade o ministro da área social, no fundo é o Paulo Guedes, porque depende da economia, pra gente ter mais emprego, mais renda, mais gente. Mas tudo isso tem que estar junto, não podemos deixar ninguém para trás.

14:13 – Queria reforçar o papel que teve a primeira dama no movimento pátria voluntária, que é focalizando nas pessoas, naqueles “que de saída”, os deficientes, “que de saída” já estão ficando para trás. Os surdos, a primeira infância, tudo isso são bandeiras que temos que levar em frente.

**Título: ações do ministério da cidadania no combate ao coronavírus**

0:00 - Agora na páscoa, eu estava, lendo a bíblia, e eu encontrei em Galatas uma citação que eu acho que é muito adequado ao momento que estamos vivendo no Brasil, que é Galatas 5,1, e diz o seguinte: "foi para a liberdade que Cristo nos libertou, portanto, permaneçam firmes e não se deixem submeter novamente ao jugo de escravidão". O Presidente Bolsonaro alicerça seu governo desde o primeiro dia em dois grandes pilares: o Pilar da Verdade, e o Pilar da Liberdade. Lembrar que durante todo o processo que trouxe o presidente Bolsonaro para a presidência da república, a base fundamental de conexão com a sociedade brasileira foi o João 8, 32, conhecereis a verdade e a liberdade vos libertará. Espero que a reflexão inicial que fiz aqui, possa ajudar prefeitos e governadores a entender a relevância a importância e o momento que o Brasil vive na busca que nós fazemos aqui de equilibrar, e repito mais uma vez, os cuidados com a saúde de brasileiros e brasileiras, sem descuidar, que nós precisamos combater a miséria a fome e o desemprego.<sup>46</sup> O auxílio emergencial encontrou - e esse é o anúncio do dia de hoje - brasileiros que estavam categorizados do grupo que são microempreendedores individuais, os contribuintes individuais do INSS, e os informais, cadastros feitos no dia 7, 8, 9, 10 no app da caixa federal, para o auxílio emergencial, nós tivemos um primeiro lote de 23.078.429 requerentes, destes nós tivemos considerados elegíveis, 16.417.850 e desses estão homologados, os demais estão em processo de análise e de homologação, a partir de hoje com os recursos de 5.453.762.400, já transferidos agora no final da manhã para a caixa econômica federal, temos 9.089.604 pessoas habilitadas que passarão a receber muito provavelmente na noite de hoje, já amanhecerá no dia de amanhã [...] com seu auxílio emergencial já creditado.

16:13 - Desses 9 milhões de informais [...] nos encontramos em torno de 70 mil é presidiários; ou seja, nós temos 577 mil presidiário que tem ctps ativos, nas mais variadas condições, destes em torno de 70 mil [...] tentaram burlar o sistema de controle que nós temos junto com a dataprev, com a caixa, e tentaram receber os 600 reais. Os 600 reais não é pra bandido não, não é pra presidiário não, é para famílias de trabalhadores, pessoas de bem, pessoas vulneráveis que

---

<sup>46</sup> Aqui sobre o discurso de Liberdade.

precisam ser protegidas. Esse dinheiro tem que ser pra elas, não pra espertalhão não. Eu estou dizendo isso porque recebemos uma, ainda não recebemos só notícias pela imprensa, na questão de um juiz que quer cancelar a exigência de que exista o CPF para nós fazermos a seleção das pessoas elegíveis. Se o CPF for cancelado, tem 577 mil presidiários que poderão organizar nos presídios, usinas de fraude. Como não tem mais como fazer o batimento, ele compra, ou a quadrilha compra, vários chips, só troca o chip e manda um cpf da lista que eles adquirem rapidamente. [...] Essa é uma informação gravíssima, e temos que ter todo o cuidado com isso [...] estamos trabalhando de maneira integrada, como vocês podem ver, para simplificar (o cpf) pra fazer com agilidade mas com segurança e pra verdadeira para quem mais precisa. Bandido espertalhão não pode acessar dinheiro dos mais pobres.

01:02:49 - "merecedor"

### **Título: Pronunciamento do ministro da Cidadania, João Roma**

00:00 “Boa noite na última segunda-feira o presidente Jair Bolsonaro entregou ao congresso nacional a medida provisória que cria o auxílio Brasil, novo programa social. O auxílio Brasil representa a evolução do conceito de transferência de renda e de assistência às famílias em condição de vulnerabilidade. Com essa medida o governo federal integra várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação e emprego, ao mesmo tempo em que garante uma renda básica as pessoas que estão na faixa de pobreza e de extrema pobreza oferece ferramentas para emancipação socioeconômica; estamos falando aqui de inserção no mercado de trabalho e de autonomia a conquista de qualidade de vida em busca do acesso à cidadania com liberdade de escolha. O auxílio Brasil veio para oferecer trilhas para as pessoas se emanciparem, famílias que vivem no campo serão estimuladas a produzir alimentos com garantia de compra pelo poder público e de distribuição para chegar à mesa daqueles que mais precisam dando assim uma grande contribuição para a segurança alimentar e nutricional em nosso país, famílias das áreas urbanas terão acesso a microcrédito e educação financeira para empreender e vislumbrar Novos Horizontes de todo brasileiro deve ter a chance

de mudar sua realidade. Desde a primeira infância até a vida adulta o “Auxílio Brasil” vai promover o desenvolvimento infantil e juvenil por intermédio de apoio a gestantes nutrizes crianças e adolescentes. Estamos dando condições para nossas crianças desenvolverem as habilidades físicas, cognitivas e afetivas principalmente nos primeiros 36 meses de vida que são fundamentais para um crescimento saudável. O auxílio Brasil vai apoiar o aluno que se destaca em competições científicas com Olimpíadas de Matemática também vai conceder benefício ao atleta estudantil que se destacar nos jogos escolares, isso é cidadania, dar condições para a pessoa desde cedo exercer o seu papel na sociedade. O governo federal vem dando mostras de agilidade e eficiência no combate à maior crise sanitária e social que o mundo já enfrentou em Abril do ano passado. Ainda no início da pandemia o auxílio emergencial foi concebido como a resposta imediata para amparar a população carente; em tempo recorde o governo federal ergueu uma operação gigantesca de cadastramento, inclusão digital e pagamento do benefício para milhões de brasileiros, muitas vezes impossibilitados de garantir o sustento de suas famílias. Mais da metade da população foi assistida, instituições internacionais como as nações unidas e o Banco Mundial elogiaram o Brasil por ter de forma inovadora e eficaz combatido o crescimento da pobreza. Este ano voltamos a pagar o auxílio emergencial e o presidente Jair Bolsonaro prorrogou por mais três meses o benefício que seguirá até outubro. Junto com a vacinação em massa e a retomada da economia, implementamos um programa social integrado, prova de que a maior disposição deste governo é o cuidado das pessoas. Com apoio e contribuição do congresso nacional o auxílio Brasil chegará em Novembro para milhões de famílias brasileiras, sem abrir mão da responsabilidade fiscal, o auxílio Brasil é uma conquista da sociedade, amplia a abrangência do sistema único de assistência social, da Transparência a cesta de benefícios e conferem instrumentos para o cidadão melhorar de vida. Como o braço social do governo federal o ministério da Cidadania está empenhado em fazer do auxílio Brasil um marco histórico nas políticas públicas e transferência de renda; a economia e a área social são Duas Faces da mesma moeda, a busca por um país mais justo significa dar oportunidades a cada um dos brasileiros e não deixaremos ninguém para trás. Muito obrigado”

**Título: Transmissão dos Cargos de ministro da Casa Civil e Cidadania.**

17:54 – Ontem à noite eu estava olhando a bíblia, e eu encontrei no Marcos 10, 42, 45, escrito a mais de dois mil anos atrás, algo que parece que foi escrito para o Brasil que nós herdamos, olha só, diz Marcos, “Jesus os chamou e disse, vocês sabem que aqueles que são considerados governantes das nações as dominam, e as pessoas importantes exercem poder sobre elas” O Brasil não era assim presidente? Era sim. E continua Jesus através de Marcos ”não será assim entre vocês, ao contrário, quem quiser tornar-se importante entre vocês, deverá ser servo, e quem quiser ser o primeiro, o sr presidente, deve ser escravo de todos, pois nem mesmo filho do homem veio para ser servido, mas para servir e dar sua vida em resgate por muitos” Começo por ai, porque todos nós do time Bolsonaro, ministros, ouvimos do presidente que estamos aqui reunidos para servir o Brasil. Talvez nesse momento da história brasileira não exista nenhum homem mais obstinado a servir cada brasileiro do que o presidente Jair Messias Bolsonaro.

**Título: Conheça as ações do governo para o bem-estar social durante pandemia do coronavírus**

14:24 –”Bom nós logo que nós tivemos o decreto de calamidade nós emitimos uma portaria dizendo que os internamentos continuam, que o atendimento não pode ser suspenso, porque esse é um trabalho muito relevante né? De recuperação das pessoas, de tirá-las dos efeitos das drogas, né? Então esse trabalho continua, nós também, é...fizemos uma portaria bem no início lá da calamidade, fazendo com que tanto o BF, BPC, qualquer uma das condicionantes estão suspensas por 90 dias, nenhuma modificação. ninguém sai dos programas, exatamente para enfrentar esse momento, agora, tem que haver a partir dessa semana a reflexão ai, dos gestores municipais, prefeitos e governadores né? No sentido de entender como o presidente Bolsonaro tem dito, que precisamos equilibrar a defesa da vida, claro, sim, sempre, mas nós temos que nos dar conta de que devemos proteger o presente, mas não podemos matar o futuro próximo, porque miséria, fome e desemprego, mata tanto ou mais do que epidemia. Num país que tem aí 60 mil assassinatos, 50 mil acidentes de trânsito por ano, né? Então a gente precisa dar a dimensão, temos que proteger,

na minha visão, os grupos de risco, proteger muito nossos idosos, isso tem que ser um esforço não só de governo, mas tem que ser um esforço das famílias, tem que ter uma rotina de alternância dos familiares. Às vezes a gente tem aquele tio-avô, aquela madrinha que é aquela tia, além do pai do avô e da mãe, essas pessoas tem que ser protegidas, os pequenos da nossas famílias que são portadores [...] assintomáticos, não podem ser levados aos avós né? Porque os colocam sob risco. Agora a sociedade que tem, uma outra condição orgânica, uma outra condição etária, na minha visão tem que com responsabilidade, de maneira gradual, tem que voltar a funcionar. Porque o auxílio emergencial nós vamos segurar as família por 60, por 90 dias e depois? Se não tem emprego, se acabou a fonte de renda, como é que faz? Aí nós vamos ter o que? Saques aos mercados, pessoas assaltando as outras? Quer dizer, porque, pra que é pai ou mãe o desespero é não ter comida pro filho, então esse equilíbrio tem que ser buscado.

[...]

O governo criou na semana passada um comitê para pensar, né? Atitudes e ações e programas para após a pandemia né? Eu sinceramente espero que pra maio e pra junho a gente já tenha vencido essa questão da pandemia, o governo já está pensando pra frente. E é claro que não está descartado se alguma região, cidade ou local do Brasil, depois que passar, vamos dizer assim, o surto, quer dizer, as epidemias têm uma curva de ascensão, é um pico e depois elas caem, isso é mais ou menos, epidemias no século 20 duram de 12 a 14 semanas. Então dependendo de quanto a gente bota no começo, nós já estamos na 5ª, em alguns lugares, na 6ª semana. Ou seja, sinceramente, eu acho que mais dois meses. Abril, maio e pedacinho de junho a gente já subiu e já desceu no Brasil. E mais de 50% da população já tem a barreira imunológica. Nesse tempo os gestores municipais, os governadores, têm a sensibilidade, protege seus idosos, Ok, reforça as estruturas de saúde, mas a vida tem que continuar. Porque senão a tragédia virá. O governo federal está transferindo recursos para estados e municípios para todas as horas.

**Título: Em Frente Brasil**

1:55 Comportamento violento é fruto de uma trajetória de vida, e as bases dele se estabelecem no início da vida, na primeira infância, por isso os programas sociais são importantes para complementar os programas de ocupação e repressão.

voz do brasil : Ronaldo Vieira Bento

04:03 - O Auxílio Brasil trouxe uma mudança de conceito no benefício de transferência de renda, focado para a assistência social, dando autonomia para essas famílias, fomentando o trabalho, a geração do emprego e renda, né? eu no final do ano passado, trouxemos um piso, um valor mínimo desse benefício no valor de 400 reais, isso para você ter ideia [...] é mais que dez vezes o valor que era o mínimo do programa anterior, que gerava em torno de 45, 49 reais atualizado, o auxílio Brasil já veio dando esse ganho financeiro para as famílias nesse momento de recuperação pós pandemia.

5:45 - Temos uma proposta de uma ajuda sistêmica a essas famílias, ao mesmo tempo que entregamos o benefício do auxílio Brasil, colocamos a disposição ferramentas que vão trazer um auxílio na procura do sem emprego formal, bem como do empreendedorismo para que as famílias superem as dificuldades que as famílias estão passando no pós pandemia. 2 3

6:15 - Importante falar a todos os beneficiários, à todas as mulheres que recebem o auxílio Brasil, visto que mais de 83% das chefes de família do auxílio Brasil elas são mulheres donas de casa, avós, que estão cuidando de sua família como um todo [...] que o auxílio Brasil não só não vai perder o emprego, não vai, também perder seu benefício como também vai receber um incentivo um fomento para todas as famílias que constituírem um emprego formal, trabalho formal, bem como uma micro empresa individual, o empreendedorismo, o auxílio Brasil, ele garante essa permanência dessas famílias, bem como, também o retorno para aquelas que saírem da renda mínima e conseguirem sua autonomia social e sua autonomia financeira, que é isso que a gente estimula.